



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI SUP. AO Nº 7 TERÇA-FEIRA, 16 DE FEVEREIRO DE 2016

SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL DO 3º QUADRIMESTRE DE 2015

BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori

Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Roberta Lys de Moura Rochael

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

José Farias Maranhão

Coordenador Industrial

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL

Do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (Ofício nº 389/2015, na origem)	4
Do Supremo Tribunal Federal (Mensagem nº 2/2016, na origem)	5
Do Ministério Público da União e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (Ofício nº 73/2016, na origem).....	9
Do Conselho Nacional de Justiça (Ofício nº 20/2016, na origem).....	15
Do Superior Tribunal de Justiça (Ofício nº 25/2016, na origem).....	19
Do Tribunal Superior Eleitoral (Ofício nº 272/2016, na origem)	23
Do Tribunal de Contas da União (Aviso nº 40/2016, na origem)	29
Do Conselho da Justiça Federal (Ofício nº 168/2016, na origem).....	36
Do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Ofício nº 121/2016, na origem)	40
Do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (Ofício nº 1.778/2016, na origem)	43
Do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Ofício nº 1/2016, na origem).....	49
Do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (Ofício nº 13/2016, na origem)	60
Do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (Ofício nº 6/2016, na origem).....	64
Do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (Ofício nº 66/2016, na origem)	68
Do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (Ofício nº 68/2016, na origem)	71
Do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (Ofício nº 24/2016, na origem).....	75
Do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (Ofício nº 41/2016, na origem).....	78
Do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (Ofício nº 13/2016, na origem).....	92
Do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (Ofício nº 33/2016, na origem).....	95
Do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (Ofício nº 53/2016, na origem).....	99
Do Poder Executivo Federal (Mensagem nº 31/2016, na origem).....	103
Da Câmara dos Deputados (Ofício nº 35/2016, na origem)	141
Do Tribunal Superior do Trabalho (Ofício nº 35/2016, na origem).....	146
Do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Ofício nº 1/2016, na origem).....	150
Do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (Ofício nº 29/2016, na origem)	153
Do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (Ofício nº 1/2016, na origem).....	156
Do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (Ofício nº 1/2016, na origem)	161
Do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (Ofício nº 30/2016, na origem).....	164
Do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (Ofício nº 27/2016, na origem).....	168
Do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (Ofício nº 07/2016, na origem).....	172
Do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (Ofício nº 33/2016, na origem).....	178
Do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (Ofício nº 9/2016, na origem)	179



04 JAN 2016

A CMO.
Em 15/12/2015
Jusce

Ofício n. 389/2015/TRT/SOF/DG

00100.000160/2016-04

Cuiabá-MT, 16 de dezembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Renan Vasconcelos Calheiros
Presidente do Congresso Nacional
Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15º andar
CEP 70.165-900 - Brasília - DF

Assunto: Republicação do Relatório de Gestão Fiscal - Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região.

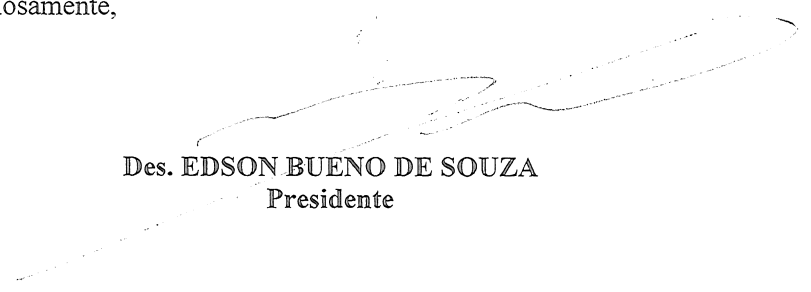
Senhor Presidente,

A par de cumprimentá-lo, em atendimento ao disposto no art. 59, da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal c/c art. 5º, I da Lei nº 10.028/2000, comunico a Vossa Excelência a republicação do Relatório de Gestão Fiscal deste Egrégio Tribunal, relativo ao período de setembro de 2014 a agosto de 2015, no Diário Oficial da União, Seção 1, página 246, em 15/12/2015, por intermédio da Portaria TRT/DG/GP nº 3146, de 16/11/2015.

A publicação original ocorreu em 28/09/2015, Seção 1, página 91 do Diário Oficial da União, por intermédio da Portaria TRT/DG/GP nº 2641, de 22/09/2015.

Ao ensejo, renovo protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,



Des. EDSON BUENO DE SOUZA
Presidente



A CMO.
Em 15/2/2016.
Luscar

Supremo Tribunal Federal

04 FEV 2016

Mensagem nº 2

00100.013985/2016-81
Brasília, 28 de janeiro de 2016.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, referente ao terceiro quadrimestre de 2015, de que trata o artigo 54 da Lei Complementar nº 101/2000.

Aproveito o ensejo para externar meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
Presidente

Assinatura manuscrita de Ricardo Lewandowski, com uma traçada inicial longa e decorativa.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN/15 A DEZ/15

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$1,00


<u>DESPESA COM PESSOAL</u>	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) ¹	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) ²
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	361.245.944,06	6.992.816,83
Pessoal Ativo	241.888.564,62	6.720.196,27
Pessoal Inativo e Pensionistas	119.357.379,44	272.620,56
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	107.744.033,29	4.319.712,22
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	70.966,89	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	126.095,80	4.060.893,82
Inativos e pensionistas com Recursos Vinculados	107.546.970,60	258.818,40
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	253.501.910,77	2.673.104,61
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	674.522.742.049,70	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	256.175.015,38	0,037979%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	497.298.636,80	0,073726%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	472.433.704,96	0,070040%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	447.568.773,12	0,066353%


FONTE: Tesouro Gerencial e Portaria 82/2005. UG: 040001, 14/01/2016, às 13h23min.

Nota:

1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em: a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64; b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

2. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.


Armando Akio Santos Doi
Secretário de Administração e Finanças


Cicero Rodrigues de Oliveira Gomes
Diretor-Geral Substituto


Jacob Barreto de Sales
Secretário de Controle Interno

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN/15 A DEZ/15

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA ² (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações ³ Financeiras ³ (c)				
		De exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)						
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	4.024.278,59	0,00	0,00	0,00	0,00	4.024.278,59	258.818,40	0,00	
CONTRIBUIÇÃO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR (56)	1.300.354,71	0,00	0,00	0,00	0,00	1.300.354,71	258.818,40	0,00	
CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV. (69)	2.723.923,88	0,00	0,00	0,00	0,00	2.723.923,88	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	179.869.581,75	0,00	54.287,38	3.288.696,47	92.859,42	176.433.738,48	28.080.393,72	0,00	
RECURSOS ORDINÁRIOS (00)	151.372.657,56	0,00	54.287,38	3.238.696,47	0,00	148.079.673,71	18.693.516,34	0,00	
CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIÁRIO (27)	18.278.993,39	0,00	0,00	50.000,00	0,00	18.228.993,39	6.284.222,09	0,00	
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS (50)	2.971.002,68	0,00	0,00	0,00	0,00	2.971.002,68	0,00	0,00	
TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS (75)	4.395.140,82	0,00	0,00	0,00	0,00	4.395.140,82	343.727,41	0,00	
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIB. DO TESOUREIRO NACIONAL (88)	2.758.927,88	0,00	0,00	0,00	0,00	2.758.927,88	2.758.927,88	0,00	
RECURSOS DIVERSOS (90)	92.859,42	0,00	0,00	0,00	92.859,42	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	183.893.860,34	0,00	54.287,38	3.288.696,47	92.859,42	180.458.017,07	28.339.212,12	0,00	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RS 1,00

1


Fonte: Tesouro Gerencial e Portaria 82/2005. UG: 0400001, 14/01/2016, às 13h23min.


FONTE: Tesouro Gerencial e Portaria 82/2005. UG: 040001, 14/01/2016, às 13h23min.

Nota:

1. A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.
2. A Disponibilidade Bruta de Caixa refere-se aos valores da conta Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional e Bancos Conta Movimento (recebimentos de caução em dinheiro).
3. As Demais Obrigações Financeiras referem-se à conta Bancos Conta Movimento (recebimentos de caução em dinheiro).


Armando Akto Santos Doi
Secretário de Administração e Finanças



Cícero Rodrigues de Oliveira Gomes
Diretor-Geral Substituto


Jacob Barreto de Sales
Secretário de Controle Interno

UNIAO - PODER JUDICIARIO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATORIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN/15 A DEZ/15

LRF, art. 48 - Anexo 6		R\$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		674.522.742.049,70	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		256.175.015,38	0,037979%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <0,073726%>		497.298.636,80	0,073726%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <0,070040%>		472.433.704,96	0,070040%
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		-	-
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		-	-
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		28.339.212,12	180.458.017,07

FONTE: Tesouro Gerencial e Portaria 82/2005. UG: 040001, 14/01/2016, às 13h23min.


Armando Altio Santos Doi
Secretário de Administração e Finanças


Jacob Barreto de Sales
Secretário de Controle Interno


Cícero Rodrigues de Oliveira Gomes
Diretor-Geral Substituto

PGR 00015298 / 2016
25/1 / 2016

A CMO.
Em 15/2/2016.
Luiz Carlos

OFÍCIO Nº 73 /GAB/PGR

Brasília, 25 de janeiro de 2016.

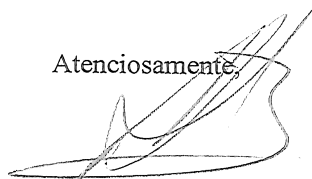
A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Senado Federal
Brasília-DF

Senhor Presidente,

Cumprindo determinação expressa no art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, encaminho a Vossa Excelência os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao 3º quadrimestre de 2015.

Na oportunidade, cabe informar que, em razão do disposto na Portaria PGR nº 192, de 29 de abril de 2010, até a fixação, por lei, do percentual próprio, as despesas com pessoal concernentes ao Conselho Nacional do Ministério Público foram incluídas no Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Ministério Público da União.

Atenciosamente,



RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Procurador-Geral da República

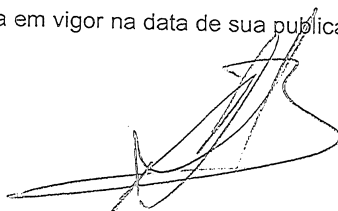
PGP 00015278 / 2016
25/1/2016

PORTARIA PGR/MPU Nº 3, DE 25 DE JANEIRO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e tendo em vista o disposto no inciso IV do art. 54 e no § 2º do art. 55, ambos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar públicos os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao 3º quadrimestre de 2015, conforme Anexos I a IV desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

ANEXO I
 MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55; inciso I, alínea "a")


DESPESA COM PESSOAL	R\$ 1,00 DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		
Pessoal Ativo	3.633.337.704,99	20.009.531,88
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.110.539.466,09	19.034.620,45
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	522.798.238,90	974.911,43
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	480.336.824,88	31.001,32
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária ²		
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	19.064.271,74	156,46
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	461.272.553,14	30.844,86
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	3.153.000.880,11	19.978.530,56
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	674.522.742.000,00	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III + III b)	3.172.979.410,57	0,47
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	4.047.136.452,00	0,60
LIMITE PRUDENCIAL (VII) (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	3.844.779.629,40	0,57
LIMITE DE ALERTA (VIII) (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	3.642.422.806,80	0,54

Fonte: Sistemas SIAFI e Tesouro Gerencial, Unidade Responsável AUDIN-MPU, Data de emissão 20/jan/2016 e hora de emissão 15h e 30m.

1 - Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

2 - O valor de R\$ 11.580,44 foi contabilizado, indevidamente, na natureza de despesa 3190.94.01 (Indenizações e Restituições Trabalhistas - Ativo Civil), quando o correto seria 3190.96.02 (Pessoal Requisitado de Outros Entes). Por esse motivo, o mencionado valor não foi lançado como "Despesas Não Computadas", na linha "Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária", sendo considerado apenas no cálculo da "Despesa Bruta com Pessoal", na linha "Pessoal Ativo".

Nota: Foi incluída a despesa total de pessoal do Conselho Nacional do Ministério Público, em observância à Portaria PGR nº 192, de 29/4/2010.


 RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
 Procurador-Geral da República


 FLÁVIO OLIVEIRA BARBOZA
 Secretário-Geral em exercício


 SEBASTIÃO GONÇALVES DE AMORIM
 Auditor-Chefe

ANEXO II

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		
Pessoal Ativo	552.059.868,29	4.725.600,57
Pessoal Inativo e Pensionistas	483.341.885,57	4.636.050,29
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	68.717.982,72	89.550,28
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	61.151.136,56	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	1.593.603,56	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	59.557.533,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	490.908.731,73	4.725.600,57
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	674.522.742.000,00	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	495.634.332,30	0,0735
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF e Decreto nº 3.917/2001)	620.560.922,54	0,0920
LIMITE PRUDENCIAL (VII) (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	589.532.876,51	0,0874
LIMITE DE ALERTA (VIII) (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	558.504.830,38	0,0828

Fonte: Sistemas SIAFI e Tesouro Gerencial, Unidade Responsável AUDIN-MPU, Data de emissão 20/jan/2016 e hora de emissão 15h e 30m.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Procurador-Geral da República

FLÁVIO OLIVEIRA BARBOZA
Secretário-Geral em exercício

SEBASTIÃO GONÇALVES DE AMORIM
Auditor-Chefe

ANEXO III

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a - (b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)				
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)						
						(a)			
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	876.911,70					876.911,70	30.844,86		
Contribuição Plano Seguridade Social Servidor (56)	473.270,47					473.270,47	30.844,86		
Contribuição Patronal p/ Plano de Segur. Social Serv. (69)	54.623,68					54.623,68			
Remuneração das Disponib. do Tesouro Nacional (88)	349.017,55					349.017,55			
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	702.958.173,23	1.255.311,08	4.989.499,00	183.001.887,20	460.096,93	513.251.379,02	398.978.219,41		
Recursos Ordinários (00)	699.594.229,55	1.255.311,08	4.989.499,00	183.001.237,20	5.611,00	510.342.571,27	397.786.414,65		
Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados (50)	2.909.457,75			650,00		2.908.807,75	1.191.804,76		
Recursos Diversos (90)	454.485,93				454.485,93				
TOTAL (III) = (I + II)	703.835.084,93	1.255.311,08	4.989.499,00	183.001.887,20	460.096,93	514.128.290,72	399.009.064,27		

Fonte: Sistema Tesouro Gerencial, Unidade Responsável: AUDIN-MPU, Data de emissão 20/jan/2016 e hora de emissão 15h e 30m.

Fonte: Sistema Tesouro Gerencial, Unidade Responsável/AUDIN-MPU, Data de emissão 20/jan/2016 e hora de emissão 15h e 30m.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Procurador-Geral da República

FLÁVIO OLIVEIRA BARBOZA
Secretário-Geral em exercício

SEBASTIÃO GONÇALVES DE AMORIM
Auditor-Chefe

ANEXO IV

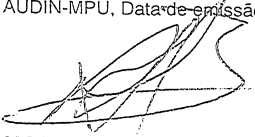
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

LRF, art. 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR TOTAL DOS ÚLTIMOS 12 MESES
Receita Corrente Líquida		674.522.742.000,00
DESPESA COM PESSOAL - MPU	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	3.172.979.410,67	0,47
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,60%	4.047.136.452,00	0,60
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,57%	3.844.779.629,40	0,57
DESPESA COM PESSOAL - MPDFT	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	495.634.332,30	0,0735
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,092%	620.560.922,64	0,0920
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,0874%	589.532.876,51	0,0874
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	399.009.064,27	514.128.290,72

Fonte: Sistema Tesouro Gerencial, Unidade Responsável AUDIN-MPU, Data de emissão 20/jan/2016 e hora de emissão 15h e 30m.


RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Procurador-Geral da República


FLÁVIO OLIVEIRA BARBOZA
Secretário-Geral em exercício


SEBASTIÃO GONÇALVES DE AMORIM
Auditor-Chefe



Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça**mesid 12/2016-12*
A CMO.
Em 15/2/2016.
Lusou

Ofício 20/GP/2016 - SOF

02 FEV 2016

Brasília, 29 de janeiro de 2016.

Senhor Presidente,

Em atenção ao art. 5º da Lei 10.028, de 19 de outubro de 2000, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2015 do Conselho Nacional de Justiça, de que trata o art. 54 da Lei Complementar 101/2000.

Aproveito o ensejo para renovar os votos de elevada estima e distinta consideração.



Ministro Ricardo Lewandowski
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Brasília – DF

CON(26)30

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea “a”)										RS 1,00
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pago		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras¹	(c)				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(0 = (a - (b + c + d + e))				
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	381.543,00	0,00	0,00	0,00	0,00	381.543,00	0,00	0,00	0,00	
0156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor	121.543,00					121.543,00				
0169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor	260.000,00					260.000,00				
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	153.695.642,26	1.288.992,62	107.090,35	1.894.462,29	-	150.405.097,00	48.950.027,38		-	
0100 - Recursos Ordinários	152.736.855,68	1.288.992,62	107.090,35	1.894.462,29		149.446.310,42	48.950.027,38			
0150 - Recursos Não Financeiros Diret. Arrecadados	958.786,58					958.786,58				
TOTAL DOS RECURSOS DETALHADOS POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS (III) = (I+II)	154.077.185,26	1.288.992,62	107.090,35	1.894.462,29	-	150.786.640,00	48.950.027,38		-	
0190 - Outras Contas Bancárias - Caução	10.112,15				10.112,15					
TOTAL DOS DEBÊIS RECURSOS (IV)	10.112,15	-	-	-	10.112,15	-	-		-	
TOTAL (V) = (III+IV)	154.087.297,41	1.288.992,62	107.090,35	1.894.462,29	10.112,15	150.786.640,00	48.950.027,38		-	

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹								
---	--	--	--	--	--	--	--	--

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial e Resolução CNI 177/2013, Unidade Responsável: Seção de Contabilidade - Secretaria de Orçamento e Finanças, Data da emissão 20/01/2016 e hora de emissão 13:00h.

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Nota: ² Ao apurar as Demais Obrigações Financeiras (coluna "e"), foi excluído o saldo da conta 2.1.8.9.2.39.01 (Cota Recebida Diferida) no montante de R\$ 126.632.058,51 na Fonte 0100; R\$ 121.543,00 na Fonte 0156 e R\$ 260.000,00 na Fonte 0169 conforme orientação contida na Macrofunção Siasf.021301 - DEMONSTRATIVOS DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR- RGF (versão 3).

Werne Pereira e Silva
Secretário de Orçamento e Finanças

Salatiel Gomes dos Santos
Secretário de Controle Interno

Fabiano Alberto Stalschmidt Prestes
Diretor-Geral

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

LRF, art. 48 - ANEXO 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente líquida	674.522.742.000,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	51.242.027,17	0,007597%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <0,017000%>	114.668.866,14	0,017000%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <0,016150%>	108.935.422,83	0,016150%
Limite Alerta (inciso II do § 1º do art.59 da LRF) - <0,015300%>	103.201.979,53	0,015300%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

OPERÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	48.950.027,38	150.786.640,00

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial e Resolução CNJ 177/2013, Unidade Responsável Seção de Contabilidade - Secretaria de Orçamento e Finanças, Data da emissão 20/01/2016 e hora de emissão 13:00h.



Wernne Pereira e Silva
Secretário de Orçamento e Finanças



Salatiel Gomes dos Santos
Secretário de Controle Interno



Fabyano Alberto Stalschmidt Prestes
Diretor-Geral

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	49.134.254,97	2.107.772,20
Pessoal Ativo	49.134.254,97	2.107.772,20
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	-	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	49.134.254,97	2.107.772,20
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		51.242.027,17


APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	674.522.742.000,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (IV/V)*100	0,007597%
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,017000%
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x VII) (§ único, art. 22 da LRF)	0,016150%
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x VII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	0,015300%

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial e Resolução CNJ 177/2013, Unidade Responsável Seção de Contabilidade - Secretaria de Orçamento e Finanças,
Data da emissão 20/01/2016 e hora de emissão 13:00h.

Nota: 1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64.

Nota: 2 - O limite máximo da despesa com pessoal é estabelecido pelo art. 20, inciso I, alínea "b" para o Poder Judiciário Federal. A Resolução CNJ nº 177/2013 distribui o valor máximo de 6% entre os órgãos integrantes do Poder Judiciário Federal. Ao CNJ coube o limite máximo de 0,017%, o limite prudencial de 0,016150% e o limite de alerta de 0,015300%.



Wernne Pereira e Silva
Secretário de Orçamento e Finanças



Salatiel Gomes dos Santos
Secretário de Controle Interno



Fabiano Alberto Stalschmidt Prestes
Diretor-Geral



A CMO.
Em 13/2/2016.
Luis Carlos

Superior Tribunal de Justiça

C 5 FEV 2016

Ofício n. 25 /GDG

00100.014737/2016-57
Brasília, 29 de janeiro de 2016

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Brasília - DF

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal - 3º Quadrimestre de 2015.

Senhor Presidente,

Em conformidade com o inciso I, art. 5º da Lei n. 10.028, de 19 de outubro de 2000, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça inerente ao 3º Quadrimestre de 2015 (Portaria n. 37, de 22/01/2016), publicado no Diário Oficial da União, Seção I, Páginas 181 a 183, no dia 29 de janeiro de 2016.

Respeitosamente,

Miguel Augusto Fonseca de Campos
Diretor-Geral

Nº 20, sexta-feira, 29 de janeiro de 2016

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

183



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

LRF, art 48 Anexo VII

RECETTA CORRENTE LIQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE		RS 1,00
Recetta Corrente Líquida		674.522.742,049,70		
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL	
Despesa Total com Pessoal para fins de apuração do Limite - TDP		655.117.927,52	0,97123%	
Limite Máximo (incisos I, II e III, art.20 da LRF)		1.509.642.603,75	0,223809%	
Limite Prudencial (parágrafo único, art.22 da LRF)		1.434.160.473,57	0,212619%	
Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)		1.358.678.343,38	0,201428%	
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
Valor Total		105.088.051,47	231.705.317,37	

FONTE: TESOUREIRO GERENCIAL e SIAFI OPERACIONAL, Secretaria de Orçamento e Finanças, 20/jan/2016, 17hs 20 min.

MIGUEL AUGUSTO FONSECA DE CAMPOS
Diretor-GeralWILSON DE OLIVEIRA BEZERRA
Secretário de Controle InternoSULAMITA AVELINO CARDOSO MARQUES
Secretária de Orçamento e Finanças

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

PORTARIA Nº 39, DE 28 DE JANEIRO DE 2016

Dispõe sobre a aprovação do Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal - 3º Quadrimestre de 2015

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e no § 2º do art. 55, ambos da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal, referente ao 3º quadrimestre de 2015, na forma do anexo, a ser publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado ao público por meio da rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. FRANCISCO FALCÃO

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL		Despesas Executadas (últimos 12 meses)		RS 1,00
		Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total
		(a)	(b)	(c) = (a)+(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				
Pessoal Ativo		52.936.162,79	11.537,96	52.947.700,75
Pessoal Inativo e Pensionistas		48.197.104,86	11.537,96	48.208.642,82
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		4.739.057,93	0,00	4.739.057,93
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		3.801.887,69	0,00	3.801.887,69
Decorrentes de Decisão Judicial		0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores		0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		139.847,79	0,00	139.847,79
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)		3.663.030,90	0,00	3.663.030,90
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		49.134.275,10	11.537,96	49.145.813,06
RECETTA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				
% de DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III) e / (IV)*100		0,007284%	0,000012%	0,007296%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) -><		0,024639%		0,024639%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) -><		0,023407%		0,023407%
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) -><		0,022175%		0,022175%

FONTE: SIAFI/TESOURO GERENCIAL

Notas:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei n. 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II, da Lei n. 4.320/64.

CÉSAR AUGUSTO DO VALLE
Secretário de AdministraçãoJESSE ANDROS PIRES DE CASTILHO
Secretário de Controle InternoEVA MARIA FERREIRA BARROS
Diretora-GeralEste documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012016012900183

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



182

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 20, sexta-feira, 29 de janeiro de 2016

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,097123%	0,002724%	674.522.742.049,70
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,223809%		0,097123%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,212619%		1.509.642.603,75
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,201428%		1.434.160.473,57
FONTE: TESOUREIRO GERENCIAL e SIAFI OPERACIONAL, Secretaria de Orçamento e Finanças, 20/jan/2016, 17hs 20 min.			1.358.678.343,38

I. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

MIGUEL AUGUSTO FONSECA DE CAMPOS
Diretor-Geral

WILSON DE OLIVEIRA BEZERRA
Secretário de Controle Interno

SULAMITA AVELINO CARDOSO MARQUES
Secretária de Orçamento e Finanças

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2015 A DEZEMBRO DE 2015

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS		DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	RS 1,00
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
			De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (a+b+c+d+e))		
< Identificação do Recurso Vinculado >									
< Identificação do Recurso Vinculado >									
< Identificação do Recurso Vinculado >									
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)									
0100000000 - Recursos Vinculados		234.879.599,30	2.819.717,60	5.996.552,04	37.184.627,07		188.878.702,59	91.469.015,88	
0127000000 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário		24.838.067,75	578,71	312.365,68	361.879,88		24.163.243,48	12.642.667,64	
0150000000 - Recursos Não-Financeiros Diret. Arrecados		318.957,63					318.957,63	71.622,70	
015011010 - Recursos Não-Finan.Diret.Arrec- Concurso/STJ		5.774.940,08					5.774.940,08	0,00	
017511010 - STJ-Ressarc. Desp. Port Remes./Ret. Autos		13.905.177,79			5.775.047,61		8.130.130,18	904.745,25	
0350000000 - Rec. Não-Finance. Diret. Arrec. Exerc. Anteriores		200.652,00					200.652,00	0,00	
037511010 - Taxas por Serviços Públicos - STJ		4.215.251,22					4.215.251,22	0,00	
0190000000 - Bancos - CEF (Caução)		128.044,18			0,00	128.044,18	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)		284.260.689,95	2.820.296,31	6.308.917,72	43.321.554,56	128.044,18	231.681.877,18	105.088.051,47	0,00
TOTAL (III) = (I + II)		284.284.130,95	2.820.296,31	6.308.917,72	43.321.554,56	128.044,18	231.705.317,37	105.088.051,47	0,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	23440,19					23440,19		
--	----------	--	--	--	--	----------	--	--

FONTE: <TESOURO GERENCIAL e SIAFI OPERACIONAL> <Secretaria de Orçamento e Finanças> <20/jan/2016> <17hs 20 min>

Nota: 'A' disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Foi incluído o valor de R\$ 1.805.288,45 (2015NE000799) - RPNP de Exercícios Anteriores e de R\$ 4.588.126,47 (2015NE001814) - RPNP do Exercício na linha de fonte 0100000000 -

- Recursos Ordinários em virtude da orientação constante do Manual de Demonstrativos Fiscais, 6ª Edição. Os valores referendados foram subtraídos, respectivamente, das colunas RPNL de Exercícios Anteriores e de RPNL do Exercício.

O MDF destaca que as obrigações de precatórios emitidos e a pagar são obrigações líquidas e certas que se enquadram no conceito de despesa liquidadas por força da Lei (art. 35, inciso II da Lei 4.320/64) não se coadunando, portanto, como despesa inscritas em Restos a Pagar Não Processados. Uma vez emitido o título judicial as despesas de precatórios em restos a Pagar serão sempre liquidadas do tipo processada.

MIGUEL AUGUSTO FONSECA DE CAMPOS
Diretor-Geral

WILSON DE OLIVEIRA BEZERRA
Secretário de Controle Interno

SULAMITA AVELINO CARDOSO MARQUES
Secretária de Orçamento e Finanças

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012016012900182

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 20, sexta-feira, 29 de janeiro de 2016

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

181



ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco

ANEXO

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	Reabertura de Crédito Especial Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral								
		Projetos								2.500.000
02 122	0570 14ET	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Limociro - PE								2.300.000
02 122	0570 14ET 1666	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Limociro - PE - No Município de Limociro - PE								2.300.000
02 122	0570 7U99	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Vitória de Santo Antão - PE	F	4	2	90	0	300		2.300.000
02 122	0570 7U99 1747	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Vitória de Santo Antão - PE - No Município de Vitória de Santo Antão - PE								200.000
TOTAL - FISCAL										200.000
TOTAL - SEGURIDADE										2.500.000
TOTAL - GERAL										0
										2.500.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14119 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

ANEXO

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	Reabertura de Crédito Especial Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral								
		Projetos								577.380
02 122	0570 7S12	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro								577.380
02 122	0570 7S12 3341	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro - No Município do Rio de Janeiro - RJ	F	4	2	90	0	327		577.380
TOTAL - FISCAL										577.380
TOTAL - SEGURIDADE										577.380
TOTAL - GERAL										0
										577.380

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14120 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte

ANEXO

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	Reabertura de Crédito Especial Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral								
		Projetos								1.295.000
02 122	0570 15HT	Ampliação de Cartório Eleitoral no Município de Parnamirim - RN								1.295.000
02 122	0570 15HT 1209	Ampliação de Cartório Eleitoral no Município de Parnamirim - RN - No Município de Parnamirim - RN	F	4	2	90	0	300		1.295.000
TOTAL - FISCAL										1.295.000
TOTAL - SEGURIDADE										1.295.000
TOTAL - GERAL										0
										1.295.000

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 37, DE 22 DE JANEIRO DE 2016

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 21, inciso XXXI, do Regimento Interno e atendendo ao disposto no art. 54, inciso III, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Publica, na forma dos anexos, o relatório de gestão fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2015, consoante previsto no art. 55, § 2º, da Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. FRANCISCO FALCÃO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

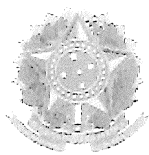
DESPESA COM PESSOAL	R\$ 1,00		
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS 1 (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)			
Pessoal Ativo	890.781.399,35	35.438.918,83	926.220.318,18
Pessoal Inativo e Pensionistas	610.835.508,01	22.616.335,40	633.451.843,41
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	279.945.891,34	12.822.583,43	292.768.474,77
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)			
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	254.038.913,44	0,00	254.038.913,44
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	17.063.477,22	17.063.477,22
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	304.808,77	0,00	304.808,77
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.845.518,67	17.063.477,22	19.908.995,89
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	250.888.586,00	0,00	250.888.586,00
	636.742.485,91	18.375.441,61	655.117.927,52

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012016012900181

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

02/02/2016

:: SEI / TSE - 0069285 - Ofício ::



A CMO.
Em 15/2/2016
Juscega

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Ofício nº 272 GAB-DG

00100.012032/2016-32

Brasília, 1º de fevereiro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Brasília - DF

02 FEV 2016

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal - 3º Quadrimestre 2015. Tribunal Superior Eleitoral.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao terceiro quadrimestre de 2015, publicado no Diário Oficial da União do dia 26 de janeiro de 2016.

Atenciosamente,

Ministro DIAS TOFFOLI
Presidente



Documento assinado eletronicamente por JOSÉ ANTÔNIO DIAS TOFFOLI, PRESIDENTE, em 01/02/2016, às 22:36, conforme art. 1º, §2º, III, b, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida em
[https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=77605&infra_sistema=100000...)

02/02/2016

:: SEI / TSE - 0069285 - Ofício ::



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=0069285&crc=6FB57EA0](#),
informando, caso não preenchido, o código verificador **0069285** e o código CRC
6FB57EA0.

2015.00.000002322-9

Documento nº 0069285 v3



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PORTARIA TSE Nº 44, DE 22 DE JANEIRO DE 2016.

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do
Tribunal Superior Eleitoral relativo ao terceiro
quadrimestre de 2015.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e ainda no Procedimento Administrativo nº 4.147/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral relativo ao terceiro quadrimestre de 2015, nos termos dos anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Ministro DIAS TOFFOLI

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	194.022.343,70	3.157.283,98
Pessoal Ativo	149.117.885,67	2.995.321,47
Pessoal Inativo e Pensionistas	44.904.458,03	161.962,51
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 16 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	42.087.001,35	114.636,84
Indenizações por Demissão e Inconívulos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas do Exercício Anterior de período anterior ao da apuração	92.949,59	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	41.994.051,76	114.636,84
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	151.935.342,35	3.042.647,14
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	674.522.742.000,00	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (V) = (III + III b)	154.977.983,49	0,022976
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	296.027.795,78	0,043987
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	281.228.766,82	0,041693
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (Inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	266.422.992,64	0,039498

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFIC/SCF/TSE, Data da emissão 20/jan/2016 e hora de emissão 13h.

¹Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.Notas: 1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 365/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 20, de 18/1/2016.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alíneas "a" e "b")

R\$1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (b)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (d-e-c-a)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR RESERVA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Processados	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercício	Demais Obrigações Financeiras			
	(b)	(c)	(d)	(e)	(a)	(d-e-c-a)	(f)	(g)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	5.523.076,16	-	-	-	1.442.579,94	4.179.585,17	114.636,84	-
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	711,05	-	-	-	711,05	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	4.875.559,84	-	-	-	813.911,98	4.061.646,86	114.636,84	-
0159 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	746.805,27	-	-	-	628.767,96	118.038,31	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	955.446.555,20	6.136.365,92	4.511.509,60	13.788.619,80	313.865.387,56	617.144.772,32	300.974.346,65	-
0100 - Recursos Ordinários	800.177.062,93	1.524.017,51	2.188.303,85	11.130.001,23	270.565.798,57	514.768.940,77	244.709.639,31	-
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	126.716.641,59	4.612.348,41	2.323.205,75	2.658.618,57	32.964.455,32	84.160.013,54	56.264.707,34	-
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecados	12.780.167,57	-	-	-	-	12.780.167,57	-	-
0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	8.913.481,20	-	-	-	6.959.423,27	1.954.057,93	-	-
0190 - Recursos Diversos	20.138,78	-	-	-	20.138,78	-	-	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	5.063.120,96	-	-	-	2.437.952,12	2.625.168,84	-	-
0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores	213.965,00	-	-	-	917.508,40	(703.543,40)	-	-
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	1.569.076,05	-	-	-	-	1.569.076,05	-	-
TOTAL (III) = (I+II)	960.969.651,36	6.136.365,92	4.511.509,60	13.788.619,80	315.307.967,50	621.734.497,49	365.609,19	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	5.622.965,11	-	-	-	1.442.579,94	4.179.585,17	114.636,84	-

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável: COFIN/STN, Data da emissão: 20/jan/2016 e hora da emissão: 13h.

¹A Disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Pagamento Atualizado.

Notas:

- Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.
- O valor negativo da Disponibilidade de Caixa Líquida na fonte 0327 refere-se à falta de processamento automático, no sistema SIAFI, do limite de Restos a Pagar a Programar no Saldo Financeiro no encerramento do exercício, ajustado pelo COFIN/STN (UG 170500) por meio do documento SIAFI 2016NL332, de 21 de Janeiro de 2016.
- Na coluna "Demais Obrigações Financeiras" foram incluídos os valores de recursos a liberar de restos a pagar autorizado no montante de R\$ 314.522.284,63.
- Estão incluídos os valores do débito setorial da programação financeira (UG 070026), em atendimento ao item nº 9.4.4 do Ajuste TCU nº 1573/2005, conforme abaixo:
Limite de Saque com Vinculação Pagto = R\$ 942.374.054,70.
Recursos a Liberar para Pagamento do RP = R\$ 625.523.322,71.

[Assinaturas manuscritas]

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

LRF, art. 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida		674.522.742.000,00
DESESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - OTP	154.977.989,49	0,022376
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	296.027.795,78	0,043887
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	281.228.766,82	0,041693
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CADA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	301.088.983,49	621.324.457,49

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável: COFIC/SOF/TSE, Data da emissão 20/jan/2016 e hora de emissão 13h.


 Leda Bandeira
 Diretora-Geral


 Anderson Vidal Corrêa
 Secretário de Administração


 Adalberto Aguiar Lima
 Secretário de Controle Interno e Auditoria


 Eduardo Demétrio Bechara
 Secretário de Planejamento, Orçamento,
 Finanças e Contabilidade


 Ministro Dias Toffoli
 Presidente

A CMO.
Em 15/2/2016.
Juscega

Aviso nº 40 -GP/TCU

Brasília, 29 de janeiro de 2016.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Em atendimento ao art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União referente ao 3º quadrimestre do exercício de 2015, publicado no Diário Oficial da União nº 20, de 29/1/2016, Seção I, páginas 159 e 160.

Respeitosamente,


AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Brasília - DF



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Presidente

PORTARIA-TCU Nº 16, DE 27 DE JANEIRO DE 2016

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso XLIII do art. 28 do Regimento Interno, e consoante previsto pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e, ainda, tendo em vista as informações constantes do processo nº TC-011.500/2015-8, resolve:

Art. 1º É aprovado o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2015, na forma do Anexo Único desta Portaria.

Parágrafo único. O relatório a que se refere o caput será publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado, para acesso ao público, na forma prevista no § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AROUZO CEDRAZ DE OLIVEIRA



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Presidente

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA-TCU Nº 16, DE 27 DE JANEIRO DE 2016

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1.00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.474.060.986,56	5.783.166,50
Pessoal Ativo	918.409.334,74	5.647.482,89
Pessoal Inativo e Pensionistas	555.651.651,82	135.683,61
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	278.660.388,58	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	18.932.446,58	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	259.727.942,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.195.400.597,98	5.783.166,50
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	674.522.742.049,70	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	1.201.183.764,48	0,178079%
LIMITE MÁXIMO (VI) incisos I, II e III, art. 20 da LRF	0,430000%	2.900.447.790,81
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	0,408500%	2.755.425.401,27
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	0,387000%	2.610.403.011,73

FONTES: Tesouro Gerencial 2015; Portaria nº 20, de 18 de Janeiro de 2016 (RCL). Data de emissão: 25/01/2016

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2015

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

JANEIRO A DEZEMBRO/2015

RS 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I) = (a) - (b) + c + d + e)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	8.367,32	0,00	0,00	0,00	0,00	8.367,32	0,00	0,00	0,00
56 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	1.504,19					1.504,19			
69 - Contribuição Patronal p/ Plano de Seguridade Soc. Serv.	6.863,13					6.863,13			
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	157.567.071,60	0,00	78.475,94	16.610.151,10	71.631,57	140.806.812,99	100.168.543,45	0,00	
00 - Recursos Ordinários	154.351.825,43		78.475,94	16.610.151,10	71.631,57	137.591.566,82	100.168.543,45		
50 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	3.215.246,17					3.215.246,17			
TOTAL (III) = (I + II)	157.575.438,92	0,00	78.475,94	16.610.151,10	71.631,57	140.815.180,31	100.168.543,45	0,00	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES 1									

FONTE: Teseuro Gerencial. SIG/DICON/SECOP/SEGEDAM. Data da emissão 25/01/2016, 17h30.

Nota: 1. A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

FONTE: Tesouro Gerencial, SIG/DICON/SECOF/SEGEDAM. Data da emissão 25/01/2016, 17h30.

Nota: 1. A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Presidente

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2015

LRF, art. 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida		674.522.742.049,70
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.201.183.764,48	0,178079
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	2.900.447.790,81	0,430000
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	2.755.425.401,27	0,408500
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	100.168.543,45	140.815.180,31

Fonte: Tesouro Gerencial. SIG/DICON/SECOF, 25/01/2016 17h50

Carlos Roberto Caixeta
Secretário-Geral de Administração

Wagner Martins de Moraes
Secretário de Controle Interno

Ary Fernando Beirao
Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Nº 20, sexta-feira, 29 de janeiro de 2016

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

159



Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 416, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

ICP nº 08190.154005/14-70

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, por sua Terceira Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor);

CONSIDERANDO que a informação adequada e clara sobre os serviços prestados, com a especificação correta de seus atributos, é direito básico dos consumidores (art. 6º, III, do CDC);

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento deste Ministério Público, por intermédio de representação - e-mail eletrônico do consumidor Márcio Carvalho e documentos - de suposta prática abusiva praticada pelo Hospital Santa Lúcia, consistente na exigência de pagamento antecipado de despesas médicas e hospitalares sem a apresentação de qualquer orçamento ou estimativa prévia;

CONSIDERANDO que o Hospital Santa Lúcia manifestou-se alegando, em síntese, que o procedimento médico referido era eletivo e os custos finais ficaram próximo aos exigidos previamente, fato que afastaria qualquer abusividade da exigência reportada por abusiva pelo consumidor;

CONSIDERANDO que, no dia 30 de setembro de 2014, foi realizada audiência com representantes do Hospital Santa Lúcia e, na oportunidade, o hospital solicitou prazo razoável para informar ao Ministério Público as medidas administrativas que irá adotar para informar sobre custos de procedimentos eletivos no momento da internação de seus pacientes;

CONSIDERANDO que as investigações estão em curso e a Promotoria aguarda novas informações do Hospital Santa Lúcia para avaliar a necessidade de eventual ação coletiva para garantir o direito de informação de seus consumidores;

CONSIDERANDO o decurso de prazo de tramitação deste Procedimento Preparatório e a necessidade de diligências e outros procedimentos investigatórios para melhor apuração dos fatos, resolve:

com suporte nas Leis Federais nºs 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar nº 75/93, determine a conversão do presente feito em Inquérito Civil, que terá por objeto a análise da conduta do Hospital Santa Lúcia no tocante ao direito de informação de seus consumidores sobre o preço de procedimentos médico hospitalares por ocasião de internação para procedimentos eletivos, determinando, na oportunidade, o cumprimento das seguintes diligências:

1. Autuar e registrar esta Portaria;
2. Encaminhar cópia desta Portaria para publicação na imprensa oficial;
3. Comunicar à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Civil deste MPDFT a instauração deste Inquérito Civil Público;
4. Aguarde-se a audiência já designada.

Após cumpridas as providências acima, voltem conclusos os autos.

PAULO ROBERTO BINICHESKI
Promotor de Justiça

PORTARIA Nº 1, DE 27 DE JANEIRO DE 2016

A Promotoria de Justiça titular da Segunda Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, inciso III e IX da Constituição Federal e o artigo 7º, inciso I, fine, da Lei Complementar nº 75/1993 e com o art. 8º, § 1º da Lei 7.347/85 e artigos 11 e 22 da Resolução nº 90, de 14 de setembro de 2009, do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e Resolução nº 23 de 07 de novembro de 2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando que o Ministério Público tem o dever constitucional de promover as ações necessárias, no exercício de suas funções institucionais, para defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, e, no presente caso, nos termos do artigo 225, da CF de 1988, do meio ambiente ecologicamente equilibrado, objetivando propiciar segurança e qualidade de vida aos moradores do Distrito Federal;

Considerando que o sistema jurídico brasileiro adota a teoria da responsabilidade civil objetiva, prevista na Constituição Federal no artigo 225, parágrafo 3º e também no art. 14, parágrafo 1º da Lei 6.938/81;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012016012900159

Considerando as informações colhidas no bojo do Procedimento Preparatório nº 08190.132156/15-11 no qual restou demonstrado a necessidade de melhor investigar a possível poluição atmosférica provocada pela fábrica World Trailers; resolve:

converter o Procedimento Preparatório nº 08190.132156/15-11 em INQUÉRITO CIVIL com o objetivo de apurar eventual ocorrência de irregularidades por parte da empresa World Trailers que gerem ou possam gerar danos ambientais;

1) apurar as responsabilidades civil e administrativa por danos ambientais decorrentes de parcelamento irregular do solo na Chácara n. 50, Lote 14, da Colônia Agrícola Samambaia, Região Administrativa de Vicente Pires - DF.

Determina, de início, o seguinte:

1) autue-se a presente portaria, com os documentos que a lastreiam, promovendo-se os registros necessários no Sistema de Acompanhamento dos Feitos e Requerimentos do MPDFT, com observância do disposto nos artigos 2º, 4º § 2º, e 13, parágrafo único, da Resolução nº 66, de 17.10.2011, do C S M P D F T;

2) comunique-se a instauração do presente ICP à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Civil Especializada, encaminhando-se cópia desta portaria;

3) publique-se a presente portaria, assim como os extratos referentes aos atos realizados, na forma do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e também do artigo 2º, inciso VII, da Resolução nº 66/2005 do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

CRISTINA RASIA MONTENEGRO

PORTARIA Nº 4, DE 21 DE JANEIRO DE 2016

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por meio da promotoria de justiça em exercício junto a 3ª PROREG, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pelos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 1993, resolve: instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.015836/16-34, que tem como interessado: Administração Regional do Gama, Correo do Gama Produções e Eventos Ltda. Tropa Produções e Eventos AS, Sol Produção e Arte, Eventos e Serviços Gráficos Ltda, Top One Eventos Produções e Publicidade Ltda e Master Produções e Eventos Ltda para investigar a forma como foi contratada pela Administração Regional do Gama, por inexistibilidade de licitação, as empresas supracitadas para a produção do Evento Fest Gama 2010, realizado em outubro de 2010 em comemoração ao 50º aniversário da cidade do Gama.

CLAUDIA BRAGA TOMELIN
Promotora de Justiça Adjunta

LUIS HENRIQUE ISHIHARA
Promotor de Justiça

PORTARIA Nº 5, DE 21 DE JANEIRO DE 2016

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por meio da promotoria de justiça em exercício junto a 3ª PROREG, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pelos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 1993, resolve: instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.017052/16-03, que tem como interessado: Administração Regional do Gama e a empresa Cunha e Lemes Ltda (ou Cunha e Nogueira Ltda - ME) para investigar a forma como foi contratada pela Administração Regional do Gama, por inexistibilidade de licitação, a empresa supracitada para a realização do Evento Festival de Música Católica do Gama, realizado em novembro de 2010.

CLAUDIA BRAGA TOMELIN
Promotora de Justiça Adjunta

LUIS HENRIQUE ISHIHARA
Promotor de Justiça

PORTARIA Nº 6, DE 21 DE JANEIRO DE 2016

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por meio da promotoria de justiça em exercício junto a 3ª PROREG, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pelos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 1993, resolve: instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.017053/16-68, que tem como interessado: Administração Regional do Gama e a Federação de Motociclismo do Distrito Federal - FMDF para investigar a forma como foi contratada pela Administração Regional do Gama, por inexistibilidade de licitação, a entidade supracitada para a realização do Evento Gama Off Road, realizado em novembro de 2010.

CLAUDIA BRAGA TOMELIN
Promotora de Justiça Adjunta

LUIS HENRIQUE ISHIHARA
Promotor de Justiça

PORTARIA Nº 7, DE 21 DE JANEIRO DE 2016

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por meio da promotoria de justiça em exercício junto a 3ª PROREG, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pelos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 1993, resolve: instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.017054/16-21, que tem como interessado: Administração Regional do Gama e a empresa Genie Produções e Eventos Ltda para investigar a forma como foi contratada pela Administração Regional do Gama, por inexistibilidade de licitação, a empresas supracitadas para a realização do Evento Festa de Transferência da Sede Paroquial N. Sra. Auxiliadora, realizado em outubro de 2010.

CLAUDIA BRAGA TOMELIN
Promotora de Justiça Adjunta

LUIS HENRIQUE ISHIHARA
Promotor de Justiça

PORTARIA Nº 8, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por meio da promotoria de justiça em exercício junto a 3ª PROREG, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pelos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 1993, resolve: instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.015825/16-18, que tem como interessado: Administração Regional do Gama, para apurar eventuais fraudes e atos de improbidade administrativa em procedimento para aprovação de projeto de construção de Shopping na Região Administrativa do Gama.

CLAUDIA BRAGA TOMELIN
Promotora de Justiça Adjunta

Tribunal de Contas da União

PORTARIA Nº 16, DE 27 DE JANEIRO DE 2016

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso XLIII do art. 28 do Regimento Interno, e consoante previsto pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e, ainda, tendo em vista as informações constantes do processo nº TC-011.500/2015-8, resolve:

Art. 1º É aprovado o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2015, na forma do Anexo Único desta Portaria.

Parágrafo único. O relatório a que se refere o caput será publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado, para acesso ao público, na forma prevista no § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AROLD CEDRAZ DE OLIVEIRA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



160

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 20, sexta-feira, 29 de janeiro de 2016

ANEXO

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		RS 1,00
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)			
Pessoal Ativo	1.474.060.986,56	5.783.166,50	
Pessoal Inativo e Pensionistas	918.409.334,74	5.647.482,89	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	555.651.651,82	135.583,61	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)			
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	278.660.388,58	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	18.932.446,58		
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	259.727.942,00		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados			
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.195.400.597,98	5.783.166,50	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			% SOBRE A RCL
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III + II b)	674.532.742.049,70		
LIMITE MÁXIMO (VI) inciso I, II e III, art. 20 da LRF	1.201.183.764,48	0,178079%	
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	0.430.000,00	2.900.447.790,81	
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	0.408.500,00	3.755.425.401,27	
FONTE: Tesouro Gerencial 2015; Portaria nº 20, de 18 de Janeiro de 2016 (RCL). Data de emissão: 25/01/2016	0.387.000,00	3.610.403.011,73	

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2015

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS

LRF - ANEXO 5 (LRF art. 55, inciso III, alínea "a")) IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	RS 1.00	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		NÃO PROCESSADOS - Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS)	
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a) - (b) + (c) + (d) + (e)				
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	8.367,32	0,00	0,00	0,00	0,00	8.367,32	0,00	0,00	
56 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	1.504,19					1.504,19			
69 - Contribuição Patronal p/ Plano de Seguridade Soc. Serv.	6.863,13					6.863,13			
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	157.567.071,60	0,00	78.475,94	16.610.151,10	71.631,57	140.806.812,99	100.168.543,45	0,00	
00 - Recursos Ordinários	154.351.825,43		78.475,94	16.610.151,10	71.631,57	137.591.566,82	100.168.543,45		
50 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	3.215.246,17					3.215.246,17			
TOTAL (III) = (I + II)	157.575.438,92	0,00	78.475,94	16.610.151,10	71.631,57	140.815.180,31	100.168.543,45	0,00	

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹

FONTE: Tesouro Gerencial, SIG/DICON/SECOF/SEGEDAM, Data da emissão 25/01/2016, 17h30.

Nota: 1. A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2015

LRF, art. 48 - Anexo 6

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		RS 1,00	
Receita Corrente Líquida		VALOR ATÉ O BIMESTRE	674.532.742.049,70
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		1.201.183.764,48	0,178079
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <= %>		2.900.447.790,81	0,430000
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <= %>		3.755.425.401,27	0,408500
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		100.168.543,45	140.815.180,31

FONTE: Tesouro Gerencial, SIG/DICON/SECOF, 25/01/2016 17h30

CARLOS ROBERTO CAIXETA
Secretário-Geral de AdministraçãoWAGNER MARTINS DE MORAIS
Secretário de Controle InternoARY FERNANDO BEIRÃO
Secretário de Orçamento, Finanças e ContabilidadeEste documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012016012900160

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

mes 2016-47
L
A CMO.
Em: 15/2/2016
Jurouso

OFÍCIO Nº CJF-OFI-2016/00168

Brasília, 28 de janeiro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Brasília - DF

Assunto: Relato de Atividades

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, em conformidade com o inciso I do art. 5º da Lei n. 10.028/2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal, referente ao terceiro quadrimestre de 2015.

Atenciosamente,

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

PORTARIA Nº CJF-POR-2016/00039 de 28 de janeiro de 2016

Dispõe sobre a aprovação do Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal - 3º quadrimestre de 2015.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e no § 2º do art. 55, ambos da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal referente ao 3º quadrimestre de 2015, na forma do anexo, a ser publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado ao público por meio da rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Assinatura manuscrita de Francisco Falcão, com traços fluidos e uma longa horizontal final.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

Nº 20, sexta-feira, 29 de janeiro de 2016

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

183



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

LRF, art 48 Anexo VII

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE		RS 1,00
Receita Corrente Líquida		674.522.742.049,70		
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL	
Despesa Total com Pessoal para fins de apuração do Limite - TDP		655.117.927,52	0,097123%	
Limite Máximo (incisos I, II e III, art.20 da LRF)		1.509.642.603,75	0,223809%	
Limite Prudencial (parágrafo único, art.22 da LRF)		1.434.160.473,57	0,212619%	
Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)		1.358.678.343,38	0,201428%	
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
Valor Total			231.705.317,37	

FONTE: TESOIRO GERENCIAL e SIAFI OPERACIONAL, Secretaria de Orçamento e Finanças, 20/jan/2016, 17hs 20 min.

MIGUEL AUGUSTO FONSECA DE CAMPOS
Diretor-GeralWILSON DE OLIVEIRA BEZERRA
Secretário de Controle InternoSULAMITA AVELINO CARDOSO MARQUES
Secretária de Orçamento e Finanças

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

PORTARIA Nº 39, DE 28 DE JANEIRO DE 2016

Dispõe sobre a aprovação do Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal - 3º Quadrimestre de 2015

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e no § 2º do art. 55, ambos da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal, referente ao 3º quadrimestre de 2015, na forma do anexo, a ser publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado ao público por meio da rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. FRANCISCO FALCÃO

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL				RS 1,00
Despesas Executadas (últimos 12 meses)		Inscritas em Restos a Pagar não processados (b)		Total
(a)	Liquidadas	(c) - (a) + (b)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				
Pessoal Ativo	52.936.162,79	11.537,96		52.947.700,75
Pessoal Inativo e Pensionistas	48.197.104,86	11.537,96		48.208.642,82
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	4.739.057,93	0,00		4.739.057,93
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00		0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	3.801.887,69	0,00		3.801.887,69
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00		0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00		0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	139.847,79	0,00		139.847,79
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)	3.862.039,90	0,00		3.862.039,90
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	49.134.275,10	11.537,96		49.145.813,06
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - TDP sobre a RCL (V) = (III) e / (IV) * 100	0,007284%	674.522.742.000,00	0,000002%	0,007286%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) -><	0,024639%	166.195.658,40		
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) -><	0,023407%	157.885.875,48		
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) -><	0,022175%	149.576.092,56		

FONTE: SIAFI/TESOURO GERENCIAL

Notas:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei n. 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II, da Lei n. 4.320/64.

CÉSAR AUGUSTO DO VALLE
Secretário de AdministraçãoJESSE ANDROS PIRES DE CASTILHO
Secretário de Controle InternoEVA MARIA FERREIRA BARROS
Diretora-GeralEste documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012016012900183

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I/ TRF1 - 1724809 - Ofício Presi ::

https://sei.trf1.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir00100.013142/2016-89
mescl

03 FEV 2016

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

OFÍCIO PRESI 121

A CMO.
Em 15/2/2016.

durocup

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Brasília-DF

Ref.: Relatório de Gestão Fiscal - 3º Quadrimestre de 2015

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, conforme determina o inciso I do art. 5º da Lei 10.028/2000, a publicação do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, referente ao 3º Quadrimestre de 2015, no DOU1, de 28/1/2016, p. 99, elaborado nos termos dos arts. 54 e 55 da Lei Complementar 101/2000.

Atenciosamente,

CÂNDIDO RIBEIRO

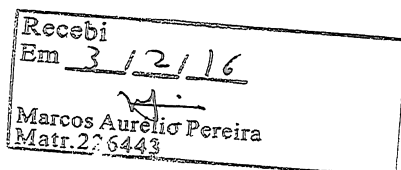
Desembargador Federal Presidente do TRF 1ª Região



Documento assinado eletronicamente por Cândido Ribeiro, Presidente do TRF - 1ª Região, em 01/02/2016, às 16:47 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador 1724809 e o código CRC 750392A9.SAU/SUL - Quadra 02, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores - CEP 70070-900 - Brasília - DF - www.trf1.jus.br
0001598-21.2016.4.01.8000

1724809v3





100

JSSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 19, quinta-feira, 28 de janeiro de 2016

ANEXO V

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF - ANEXO V

LRF, art. 52, inciso III, alínea "a")

R\$ 100

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR, NÃO PROCESSADOS)		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS NO EXERCÍCIO		EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)		
				Restos a Pagar Liquidados e Não pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores		Demais Obrigações Financeiras					
				De Exercícios Anteriores		Do Exercício							
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a) - (d) - (e)						
00 - Recursos Ordinários													
		354.256.377,88	6.396.865,18	1.919.903,68	124.730.388,82	643.765,56	189.363.271,64			190.165.244,70			
27 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário		28.186.242,35	182.812,85	1.170.776,36	4.462.038,64	-1.047,19	22.371.416,66			22.370.494,47			
50 - Recursos Não-Financeiros Dinammente Arrecadados		1.959.213,61	2.871,09		9.816,69		1.921.402,91			903.769,27			
51 - Cont. Social S/O Lucro das Pessoas Jurídicas		42.887,45				326,26	42.561,19						
52 - Contribuição P/Financiarm. da Seguridade Social		28.961,91					28.961,91						
56 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor		312.677,99			216.77,99		191.000,00			191.000,00			
60 - Contrib. Patronal P/Plano de Segur. Previd.Serv.		369.379,85			316.309,05		52.070,80			52.070,80			
81 - Recursos de Convênios		2.049.191,74				1.630.855,98	418.332,76						
88 - Remuneração dos Dispenh. Do Tesouro Nacional		7.892.684,26		182.128,65			7.711.755,63			7.707.886,63			
90 - Recursos Diversos		1.234.151,22				1.597.927,08	219.775,76						
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)		376.246.065,29	6.584.569,06	2.272.808,69	140.539.951,01	3.287.833,60	231.960.697,87			231.960.697,87			
Recursos não submetidos à classificação por fonte de recursos													
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)													
TOTAL (III) = I + II		376.246.065,29	6.584.569,06	2.272.808,69	140.539.951,01	3.287.833,60	231.960.697,87			231.960.697,87			
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES													
FONTE: Tesouro Geral													

Nota: 1 A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Anual.

Nota: 2 As demais obrigações financeiras na fonte (II) - Recursos Ordinários decorrem de erros em eventos contábeis que resultaram em obrigações no passivo sem os respectivos saldos nas contas de controle de empenho nas UGs 090003/JPPA, 090027 e 090049/TRF 1ª Região.

Nota: 3 As demais obrigações financeiras na fonte 27 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário decorrem de falta de reclassificação de passivo de 2014 transposto para a fonte 90 - Recursos diversos na UG 090003/JPPA.

Nota: 4 As demais obrigações financeiras na fonte 51 - Cont. Social S/O Lucro das Pessoas Jurídicas decorrem de falta de reclassificação de transferência financeira recebida pela UG 090027/TRF 1ª Região referente à devolução de despesas, efetuada por meio documento PF - Nota de programação financeira, em vez de GRU - Guia de recolhimento da União.

Nota: 5 As demais obrigações financeiras na fonte 81 - Recursos de Convênios decorrem de apropriação de restituição à instituição repassadora de recursos não aplicados, que aguarda autorização para liquidação.

Nota: 6 As demais obrigações financeiras na fonte 90 - Recursos Diversos são referentes a depósitos de caucões e retenções de encargos trabalhistas (Resoluções CNJ 98/2009 e 169/2013), esta última na UG 090024/JFAC, em face de não reclassificação para nova conta do PCASP.

Nota: 7 Recursos a Receber para RP /valores líquidos, incluídos em Disponibilidade Bruta: fonte 00 (R\$ 211.773.871,70), fonte 27 (R\$ 5.342.967,79), fonte 51 (R\$ 4.919,00), fonte 69 (R\$ 242.373,23) e fonte 88 (R\$ 4.023.402,39).

Nota: 8 A insuficiência na disponibilidade de caixa líquida na fonte 00 - Recursos Ordinários decorre dos erros em procedimentos contábeis citados na Nota 2, que resultaram em apuração inferior de recursos e receber nas UGs 090003/JPPA, 090027 e 090049/TRF 1ª Região.

Nota: 9 O valor negativo na fonte 90 - Recursos Diversos decorre de falta de reclassificação, pela UG 090003/JPPA, de passivo de 2014 transposto para essa fonte, relativo a empenhos (fontes 00 e 27), bem como da reclassificação, pela mesma UG, de ativo transposto para 2015 na fonte 77 - Fonte a classificar para a fonte 00, em vez da 90, por se tratar de caucões.

Nota: 10 Os ajustes contábeis necessários serão efetuados no Sifin 2016.

KÁTIA REGINA RIBEIRO DE SANTA ANA

Diretora de Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro

MARÍLIA ANDRE DA SILVA MENESES GRACA

Diretora de Secretaria de Controle Interno

CARLOS FREDERICO MAIA BEZERRA

Diretor-Geral

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 70, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e ainda no Procedimento Administrativo nº 4.147/2015, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas relativo ao terceiro quadrimestre de 2015, nos termos do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO GUEDES MOURA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.tre-am.gov.br/transparenta.html>, pelo código 09012016012800100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.204-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 19, quinta-feira, 28 de janeiro de 2016

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

99



DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		494.040.044,88	0,073243
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 29 da LRF)		1.226.039.316,77	0,181764
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)		1.164.732.144,75	0,172675
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		48.365.931,29	349.394.455,96

FONTE: Demonstrativo da Despesa com Pessoal e Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - DICON/SEAFST, 29/jan/2016, às 14h11min.

Nota: 1) A Disponibilidade de Caixa Líquida inclui o valor de R\$ 299.922.574,63, relativo ao Órgão Setorial de Programação Financeira (UG 080017) da Justiça do Trabalho, em atendimento ao disposto no item 9.4.4 do Acórdão nº 1.573/2006 - TCU - Plenário. Assim, a Disponibilidade de Caixa Líquida do Tribunal Superior do Trabalho (UG 080001) é de R\$ 49.672.379,33.

Mm. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
Presidente do Tribunal Em exercício

GUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO
Diretor-Geral da Secretaria

RUBENS LUIZ MURGA DA SILVA
Secretário de Controle Interno

MARIA TEREZA DE ANDRADE LIMA ORLANDI
Secretária de Administração Substituta

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 27 DE JANEIRO DE 2016

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao disposto no art. 54 da Lei Complementar 101 de 04/05/2000, resolve:

Art. 1º Aprovar, ad referendum do Conselho de Administração, o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, exigido pela Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, referente ao 3º quadrimestre de 2015, na forma dos Anexos, bem como autorizar sua publicação no Diário Oficial da União e na internet, consoante previsto no art. 55, § 2º, da referida Lei.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Des. CÂNDIDO RIBEIRO

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF - ANEXO I (LRF art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL

	Despesas Executadas (últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.138.281.993,64	15.836.312,97	2.141.918.306,61
Pessoal Ativo	1.823.705.525,08	9.954.840,80	1.833.660.365,88
Pessoal Inativo e Pensionistas	304.576.468,56	3.681.472,17	308.257.940,73
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0	0	0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	272.110.310,83	4.323.980,76	276.434.291,59
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	2.739.066,85	15.566,96	2.752.633,81
Despesas de Exercícios Anteriores	8.249.966,49	4.067.343,00	12.317.309,49
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	261.121.237,49	243.070,80	261.364.348,29
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)	1.866.171.682,81	9.512.332,21	1.865.484.015,02
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			674.522.743 (439,70)
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III e / IV)*100			0,275183%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 29 da LRF) - % (a)	0,457394%		0,276564%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - % (b)	0,434524%		3,083.276.550,77
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 29 da LRF) - % (c)	0,411633%		2.930.963.333,33

FONTE: Tesouro Gerencial, Resolução CJF 250/2015 e Portaria STN 20/2016.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas e não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

KÁTIA REGINA RIBEIRO DE SANTA ANA
Diretora da Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro

MARÍLLA ANDRÉ DA SILVA MENESES GRACA
Diretora da Secretaria de Controle Interno

CARLOS FREDERICO MAIA BEZERRA
Diretor-Geral

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.tjrn.gov.br/transparentidade.html>, pelo código 00612016012800099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

04 FEV 2016

OFÍCIO Nº TRF2-OFI-2016/01778

00100.013870/2016-916
Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2016.

Excelentíssimo Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes
Brasília - DF
CEP.: 70.160-900

Assunto: Demonstrativo - Balanço

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar a Portaria nº TRF2-PTP-2016/00035, de 27/01/2016, que aprova o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 2ª Região, referente ao 3º quadrimestre de 2015, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, do dia 29/01/2016, às fls. 254 e 255, conforme determina o inciso I, do art. 5º, da Lei 10.028/2000.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração.

GUILHERME COUTO DE CASTRO
Corregedor-Regional da Justiça Federal da 2ª Região, no exercício da Presidência



Assinado digitalmente por GUILHERME COUTO DE CASTRO.
Documento Nº: 1630249-3386 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>

Classif. documental | 10.06.01.02



TRF2OFI201601778A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

PORTARIA Nº TRF2-PTP-2016/00035 de 27 de janeiro de 2016

O VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, no exercício da Presidência, no uso de suas atribuições e em atendimento ao disposto nos arts. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, RESOLVE:

APROVAR o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal de 1ª e 2ª Graus da 2ª Região, referente ao 3º quadrimestre de 2015, na forma dos anexos, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da *internet*, conforme previsto no art.55, § 2º, da referida lei.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

REIS FRIEDE

Vice-Presidente no exercício da Presidência

Classif. documental: 10.05.00.10



TRF2PTP201600035A



TRF2ADM201500126V01



Autenticado digitalmente por MARCOS ALVES DE SIQUEIRA.
Documento Nº: 1492008.15388295-4679 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª E 2ª GRAU DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

ROF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1/01

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(R\$)	(R\$)	(R\$)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.257.446.346,67	9.253.479,81	1.266.700.826,48
Pessoal Ativo	1.025.872.647,42	8.716.796,68	1.034.589.444,10
Pessoal Inativo e Pensionista	201.537.113,23	1.116.640,31	202.653.753,54
Outras despesas de pessoal decorrentes de convênios de terceirização (I - 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (I - 1º do art. 19 da LRF) (II)	196.071.722,80	1.929.731,64	197.991.454,44
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	555.611,21	42.444,34	598.055,55
Documentos de Despesa Adicional	11.263.771,14	1.876,04	11.265.647,18
Despesas de Exercícios Anteriores	1.131.296,24	1.264.299,26	2.395.595,50
Inativos e Pensionistas em Exercícios Anteriores	177.891.454,17	0,00	177.891.454,17
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (II) = (I - II)	1.061.374.623,87	7.323.748,17	1.068.708.372,04

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	674.512.742.800,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - (II) / (I) x 100 = RCL (V) = (III) x (IV) / (I) x 100	8,108224%
LIMITE MÁXIMO (despesa L, II + III, art. 20 da LRF) - <= %	0,267713%
LIMITE PRORROGATÓRIO (despesa L, art. 22 da LRF) - <= %	0,247344%
LIMITE DE DESPESA (despesa L, art. 19 da LRF) - <= %	0,210996%

NOTA: Durante o exercício, sempre as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, considerando aquelas em que houve a entrega de material no exercício, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, considerando liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Limite máximo fixado pela Resolução CFM 259/2013

MARIA DE FÁTIMA GONÇALVES LESSA
Diretora da Secretaria de Controle Interno

MÁRCIO COSTA VIDAL
Diretor da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças - Substituto

ANDRÉIA ÁLVARES DE AZEVEDO OLIVEIRA
Diretora da Secretaria Geral - Substituto



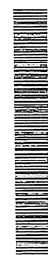
Assinado digitalmente por MARIA DE FÁTIMA GONÇALVES LESSA, MÁRCIO COSTA VIDAL e ANDRÉIA ÁLVARES DE AZEVEDO OLIVEIRA.
Autenticado digitalmente por MARIA ELIZABETH DOS SANTOS TAVARES FONTES.
Documento Nº: 16289228-16374882-6174 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



Autenticado digitalmente por MARCOS ALVES DE SIQUEIRA.
Documento Nº: 1630828.15385435-8647 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



Autenticado digitalmente por MARCOS ALVES DE SIQUEIRA.
Documento Nº: 1492008.15388295-4679 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2015001600700



TRF201500160035A



TRF2ADM201500126V01



254

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 20, sexta-feira, 29 de janeiro de 2016

Fonte 150 - Recursos Não Financeiros Diret. Arrecadados	1.239.703,27	0,00	0,00	111.389,72	0,00	1.128.313,55	165.481,27	0,00
Fonte 188 - Remuneração das Disposições do Tesouro Nacional	2.454.545,02	0,00	0,00	0,00	0,00	2.454.545,02	2.454.545,02	0,00
Fonte 190 - Recursos Diversos	164.304,00	0,00	0,00	0,00	164.304,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	52.002.201,53	9.565,86	290.867,44	8.293.068,06	2.368.218,00	41.040.482,17	24.220.267,63	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	52.155.067,18	9.565,86	290.867,44	8.293.068,06	2.368.218,00	41.193.347,82	24.231.920,73	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	152.865,65	0,00	0,00	0,00	0,00	152.865,65	11.653,10	0,00

FONTE: SIAFI/2015

Nota: 1. A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Min. ARTUR VIDIGAL DE OLIVEIRA
Presidente do Tribunal
Em exercício

JOSÉ CARLOS SANTOS
Diretor-Geral

IVO ROMERO DA SILVA
Secretário de Planejamento Em exercício

VALDEMIR REGIS FERREIRA DE OLIVEIRA
Secretário de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

PORTARIA Nº 35, DE 27 DE JANEIRO DE 2016

O VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, no exercício da Presidência, no uso de suas atribuições e em atendimento ao disposto nos arts. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, resolve:

Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 2ª Região, referente ao 3º quadrimestre de 2015, na forma dos anexos, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da internet, conforme previsto no art.55, § 2º, da referida lei.

REIS FRIEDE

ANEXO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2015

RGF - ANEXO I (LRF art. 55, inciso I, alínea "a")
DESPESA COM PESSOAL

	R\$ 1,00		
	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.257.460.360,67	9.833.479,81	1.267.293.840,48
Pessoal Ativo	1.055.872.647,42	8.716.796,60	1.064.589.444,02
Pessoal Inativo e Pensionistas	201.587.713,25	1.116.683,21	202.704.396,46
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	190.071.727,80	1.929.731,64	192.001.459,44
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	555.611,71	42.444,59	598.056,30
Decorrentes de Decisão Judicial	11.263.771,18	1.078,00	11.264.849,18
Despesas de Exercícios Anteriores	1.153.886,74	1.886.209,05	3.040.095,79
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	177.098.458,17	0,00	177.098.458,17
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.067.388.632,87	7.903.748,17	1.075.292.381,04
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	674.522.742.000,00		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,158244%	0,001172%	0,159415%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <= %>	0,256773%		0,731.992.280,32
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <= %>	0,243934%		1.645.392.656,30
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <= %>	0,231096%		1.558.793.052,28

FONTE: tesouro gerencial

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Limite máximo fixado pela Resolução CJF 250/2013

MARIA DE FÁTIMA GONÇALVES LESSA
Diretora da Secretaria de Controle Interno

MÁRCIO COSTA VIDAL
Diretor da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças Substituto

ANDRÉIA ÁLVARES DE AZEVEDO OLIVEIRA
Diretora da Secretaria-Geral Substituta

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012016012900254

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 20, sexta-feira, 29 de janeiro de 2016

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

255



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")							R\$ 1,00	
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)					
		(a)	(b)	(c)	(d)			
100 - Recursos ordinários	111.677.636,04	1.049.521,53	719.531,52	14.950.976,23	0,00	94.957.606,76	94.957.606,76	0,00
127 - Custas e emolumentos - Poder Judiciário	10.828.117,95	15.822,50	192.074,60	318.130,58	0,00	10.302.090,27	10.302.090,27	0,00
150 - Recursos não-financeiros diretamente arrecadados	11.148,72	0,00	0,00	10.866,67	0,00	282,05	0,00	0,00
151 - Contribuição social s/o lucro das pessoas jurídicas	343,20	343,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
188 - Remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional	155.501,48	0,00	0,00	0,00	0,00	155.501,48	155.501,48	0,00
190 - Recursos diversos	2.485.864,22	0,00	0,00	0,00	2.485.864,22	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	125.158.611,61	1.065.687,23	911.606,12	15.279.973,48	2.485.864,22	105.415.480,56	105.415.198,51	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	125.158.611,61	1.065.687,23	911.606,12	15.279.973,48	2.485.864,22	105.415.480,56	105.415.198,51	0,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹

FONTE: Tesouro gerencial

Nota: ¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Nota: Parte da disponibilidade de caixa refere-se aos valores de recursos a receber para Restos a Pagar, totalizando R\$ 88.737.991,20.

MARIA DE FÁTIMA GONÇALVES LESSA

Diretora da Secretaria de Controle Interno

MÁRCIO COSTA VIDAL

Diretor da Secretaria de Planejamento, Orçamento e FinançasSubstituto

ANDRÉIA ÁLVARES DE AZEVEDO OLIVEIRA

Diretora da Secretaria-Geral Substituta

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

PORTARIA Nº 20, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá relativo ao terceiro quadrimestre de 2015.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e ainda no Procedimento Administrativo nº 5.223/2015, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá relativo ao terceiro quadrimestre de 2015, nos termos do Anexo a esta Portaria.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Des. CARLOS TORK

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015 RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015 RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		DESPESAS EXECUTADAS		RS 1,00
DESPESA COM PESSOAL		(Últimos 12 meses)		
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS¹ (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				
Pessoal Ativo		30.125.294,89		374.581,54
Pessoal Inativo e Pensionistas		28.886.381,38		374.581,54
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		1.238.913,51		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		1.943.801,36		9.131,09
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		56.223,50		
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração		124.536,45		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		931.039,41		9.131,09
		832.000,00		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)		28.181.493,53		365.450,45

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012016012900255

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

:: SEI / TRF3 - 1611584 - Ofício ::

http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...MODA
S. C. F. 7A CMO.
Em 15/2/2016

Jusouza

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

OFÍCIO - Nº 1 - PRESI/GABPRES/SCAJ

00100.041305/2016-94
01 FEV 2016

São Paulo, 26 de janeiro de 2016.

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal.

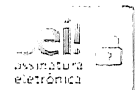
Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região, referente ao 3º quadrimestre de 2015, ante o disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000.

Sendo o que havia para o ensejo, aproveito para reiterar a Vossa Excelência os meus votos de respeito e consideração, subscrevendo-me, atenciosamente,

Desembargador Federal Fábio Prieto de Souza
Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Ao
Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**.
Digníssimo Presidente do Congresso Nacional.
Brasília - DF.



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Prieto de Souza, Desembargador Federal Presidente**, em 27/01/2016, às 20:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1611584** e o código CRC **34B9F3B0**.

SEI / TRF3 - 1607438 - Resolução CATRF3R ::

http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_inprimir_web&acao_origem=arvore_vi...

Diário Eletrônico nº 17
Disponibilização: 27/01/2016



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

RESOLUÇÃO CATRF3R Nº 5, DE 22 DE JANEIRO DE 2016.

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições regimentais, "ad referendum", CONSIDERANDO o disposto no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000, e art. 1º da Resolução nº 250, de 19/8/2013, do Conselho da Justiça Federal,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal da 3ª Região, referente ao 3º quadrimestre de 2015, na forma dos anexos, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da internet, consoante previsto no art. 55, § 2º, da referida lei.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Desembargador Federal Fábio Prieto de Souza
Presidente

ANEXO I
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 3ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2015 A DEZEMBRO DE 2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	R\$ 1,00		
	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
	1.697.669.268,59	10.896.509,59	1.708.565.778,18
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.466.257.934,71	7.150.879,38	1.473.408.814,09
Pessoal Ativo			

Pessoal Inativo e Pensionistas	231.411.333,88	3.745.630,21	235.156.964,09
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF)	197.218.522,34	5.703.308,26	202.921.830,60
(II)			
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	190.378,25	0,00	190.378,25
Decorrentes de Decisão Judicial	466.973,37	0,00	466.973,37
Despesas de Exercícios Anteriores	2.812.480,17	5.672.036,72	8.484.516,89
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	193.748.690,55	31.271,54	193.779.962,09
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.500.450.746,25	5.193.201,33	1.505.643.947,58
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) 674.522.742.049,70			
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III e IV)*100	0,222446%	0,000770%	0,223216%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,355468%		2.397.712.500,71
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)	0,337695%		2.277.826.875,67
LIMITE DE ALERTA (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	0,319921%		2.157.941.250,64

Fonte: SIAFI Gerencial e Tesouro Gerencial

Notas:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados também são consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.
- c) Integram o total de despesas com pessoal ativo, os registros da conta contábil 11.311.01.02 - 1/3 de Férias - Adiantamento.

MARIA APARECIDA MARTINEZ CILIANO

Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

AMADOR SANT'ANA FILHO

Diretor da Subsecretaria de Controle Interno

GILBERTO DE ALMEIDA NUNES

Diretor-Geral

ANEXO II

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 3ª REGIÃO

SEI / TRF3 - 1607438 - Resolução CATRF3R ::

http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_vii...

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DE JANEIRO/2015 ATÉ DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a"))										R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISP.CAIXA LÍQ. (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RP NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	R P EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQ. CÂNC. (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras	(f) = (a – (b + c + d + e))				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
										(b)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	146.347.350,76	1.657.461,14	1.710.204,09	42.996.201,83	0,00	99.983.483,70	98.760.883,70	0,00		
00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	118.022.452,49	1.203.878,17	1.235.958,29	40.788.790,27	0,00	74.793.825,76	74.793.825,76	0,00		
27 - CUSTAS E EMOLUMENTOS DO PODER JUDICIÁRIO	20.953.800,54	453.582,97	474.245,80	2.074.967,20	0,00	17.951.004,57	17.951.004,57	0,00		
69 - CONTR.PATRONAL P/PLANO DE SEGUR.SOCIAL SERV.	163.715,90	0,00	0,00	132.444,36	0,00	31.271,54	31.271,54	0,00		
88 - REMUNERAÇÃO DISPONIBILIDADES DO TESOUREIRO	5.984.781,83	0,00	0,00	0,00	0,00	5.984.781,83	5.984.781,83	0,00		
90 - RECURSOS NÃO FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	1.222.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.222.600,00	0,00	0,00		
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	2.232.340,52	0,00	0,00	0,00	2.232.340,52	0,00	0,00	0,00		
90 - RECURSOS DIVERSOS	2.232.340,52	0,00	0,00	0,00	2.232.340,52	0,00	0,00	0,00		

http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_vi...

SEI / TRF3 - 1607438 - Resolução CATRF3R ::

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹										
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI (Tesouro Gerencial - consulta Anexo V RGF em 20/01/2016).

Nota:

- 1. A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.
- 2. O Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa apresenta superavit de R\$ 1.222.600,00, referente a taxa de arrecadação de concurso de juízes em 2015.
- 3. O valor do diferido da Fonte 27 foi abatido na Disponibilidade de Caixa Bruta.
- 4. Em conformidade ao item 3.1.1 da Macrofunção do SIAFI nº 02.13.01, foram incluídos na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" os recursos a receber para Restos a Pagar registrados nas contas de controle da classe 8 (8.2.2.4.01.01 Restos a Pagar Recursos a Receber Autorizado Inscrição, e 8.2.2.1.4.01.01 Restos a Pagar Recursos a Liberar Autorizado Inscrição) como segue:Fonte 00 - R\$ 76.977.648,81, Fonte 27 - R\$ 11.341.458,83, Fonte 69 - R\$ 112.406,45 e Fonte 88 - R\$ 5.950.686,01.
- 5. Na fonte 00 - Recursos Ordinários encontram-se agregados os valores referentes a Fonte SOF 0100 e Fonte SOF 0300.

MARIA APARECIDA MARTINEZ CILIANO
Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças
AMADOR SANT'ANA FILHO
Diretor da Subsecretaria de Controle Interno
GILBERTO DE ALMEIDA NUNES
Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por Fábio Prieto de Souza, Desembargador Federal Presidente, em 22/01/2016, às 16:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador 1607438 e o código CRC 5217633C.

000566-24.2016-4.03.8000

1607438v12

SEI / TRF3 - 1607438 - Resolução CATRF3R ::

http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...
 Diário Eletrônico nº 17
 Disponibilização: 27/01/2016

 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
 Av. Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

RESOLUÇÃO CATRF3R Nº 5, DE 22 DE JANEIRO DE 2016.

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

 O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições regimentais, "ad referendum",
 CONSIDERANDO o disposto no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000, e art. 1º da Resolução nº 250, de 19/8/2013, do Conselho da Justiça Federal,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal da 3ª Região, referente ao 3º quadrimestre de 2015, na forma dos anexos, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da internet, consoante previsto no art. 55, § 2º, da referida lei.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

 Desembargador Federal Fábio Prieto de Souza
 Presidente

ANEXO I

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª E 2ª GRAUS DA 3ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO DE 2015 A DEZEMBRO DE 2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ 1,00	
		DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)	
DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.697.669.268,59	10.896.509,59	1.708.565.778,18
Pessoal Ativo	1.466.257.934,71	7.150.879,38	1.473.408.814,09
Pessoal Inativo e Pensionistas	231.411.333,88	3.745.630,21	235.156.964,09
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	197.218.522,34	5.703.308,26	202.921.830,60
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	190.378,25	0,00	190.378,25
Decorrentes de Decisão Judicial	466.973,37	0,00	466.973,37
Despesas de Exercícios Anteriores	2.812.480,17	5.672.036,72	8.484.516,89
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	193.748.690,55	31.271,54	193.779.962,09
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.500.450.746,25	5.193.201,33	1.505.643.947,58
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) 674.522.742.049,70			
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III e IV)*100	0,222446%	0,000770%	0,223216%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,355468%		2.397.712.500,71
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)	0,337695%		2.277.826.875,67
LIMITE DE ALERTA (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	0,319921%		2.157.941.250,64

Fonte: SIAFI Gerencial e Tesouro Gerencial

Notas:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados também são consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.
- c) Integram o total de despesas com pessoal ativo, os registros da conta contábil 11.311.01.02 - 1/5 de Férias - Adiantamento.

MARIA APARECIDA MARTINEZ CILIANO

Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

AMADOR SANT'ANA FILHO

Diretor da Subsecretaria de Controle Interno

GILBERTO DE ALMEIDA NUNES

Diretor-Geral

ANEXO II

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª E 2ª GRAUS DA 3ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DE JANEIRO/2015 ATÉ DEZEMBRO/2015

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")	R\$ 1,00
--	----------

:: SEI / TRF3 - 1607438 - Resolução CATRF3R ::

http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISP.CAIXA LÍQ. (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RP NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	R P EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQ. CANCEL. (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	146.347.350,76	1.657.461,14	1.710.204,09	42.996.201,83	0,00	99.983.483,70	98.760.883,70	0,00
00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	118.022.452,49	1.203.878,17	1.235.958,29	40.788.790,27	0,00	74.793.825,76	74.793.825,76	0,00
27 - CUSTAS E EMOLUMENTOS DO PODER JUDICIÁRIO	20.953.800,54	453.582,97	474.245,80	2.074.967,20	0,00	17.951.004,57	17.951.004,57	0,00
69 - CONTR.PATRONAL P/PLANO DE SEGUR.SOCIAL SERV.	163.715,90	0,00	0,00	132.444,36	0,00	31.271,54	31.271,54	0,00
88 - REMUNERAÇÃO DISPONIBILIDADES DO TESOURO	5.984.781,83	0,00	0,00	0,00	0,00	5.984.781,83	5.984.781,83	0,00
50 - RECURSOS NÃO FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	1.222.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.222.600,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	2.232.340,52	0,00	0,00	0,00	2.232.340,52	0,00	0,00	0,00
90 - RECURSOS DIVERSOS	2.232.340,52	0,00	0,00	0,00	2.232.340,52	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	148.579.691,28	1.657.461,14	1.710.204,09	42.996.201,83	2.232.340,52	99.983.483,70	98.760.883,70	0,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI (Tesouro Gerencial - consulta Anexo V RGF em 20/01/2016).

Nota:

1. A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.
2. O Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa apresenta superavit de R\$ 1.222.600,00, referente a taxa de arrecadação de concurso de juizes em 2015.
3. O valor do diferido da Fonte 27 foi abatido na Disponibilidade de Caixa Bruta.
4. Em conformidade ao item 3.1.1 da Macrofunção do SIAFI nº 02.13.01, foram incluídos na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" os recursos a receber para Restos a Pagar registrados nas contas de controle da classe 8 (8.2.2.2.4.01.01 Restos a Pagar Recursos a Receber Autorizado Inscrição, e 8.2.2.1.4.01.01 Restos a Pagar Recursos a Liberar Autorizado Inscrição) como segue: Fonte 00 - R\$ 76.977.648,81, Fonte 27 - R\$ 11.341.458,83, Fonte 69 - R\$ 112.406,45 e Fonte 88 - R\$ 5.950.686,01.
5. Na fonte 00 - Recursos Ordinários encontram-se agregados os valores referentes a Fonte SOF 0100 e Fonte SOF 0300.

MARIA APARECIDA MARTINEZ CILIANO
Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

AMADOR SANTANA FILHO

Diretor da Subsecretaria de Controle Interno

GILBERTO DE ALMEIDA NUNES

Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por Fábio Prieto de Souza, Desembargador Federal Presidente, em 22/01/2016, às 16:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador 1607438 e o código CRC 5217633C.

0000566-24.2016.4.03.8000

1607438v12



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2015 A DEZEMBRO DE 2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.697.669.268,59	10.896.509,59	1.708.565.778,18
Pessoal Ativo	1.466.257.934,71	7.150.879,38	1.473.408.814,09
Pessoal Inativo e Pensionistas	231.411.333,88	3.745.630,21	235.156.964,09
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	197.218.522,34	5.703.308,26	202.921.830,60
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	190.378,25	0,00	190.378,25
Decorrentes de Decisão Judicial	466.973,37	0,00	466.973,37
Despesas de Exercícios Anteriores	2.812.480,17	5.672.036,72	8.484.516,89
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	193.748.690,55	31.271,54	193.779.962,09
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.500.450.746,25	5.193.201,33	1.505.643.947,58
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	674.522.742.049,70		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c/ IV)*100	0,222446%	0,000770%	0,223216%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,355468%		2.397.712.500,71
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)	0,337695%		2.277.826.875,67
LIMITE DE ALERTA (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	0,319921%		2.157.941.250,64

Fonte: SIAFI Gerencial e Tesouro Gerencial

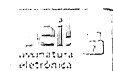
Notas:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados também são consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.
- c) Integrar o total de despesas com pessoal ativo, os registros da conta contábil 11.311.01.02 - 1/3 de Férias - Adiantamento.

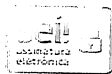


Documento assinado eletronicamente por **Maria Aparecida Martinez Ciliano**, Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças, em 20/01/2016, às 19:13, conforme art. 1º, III, "a", da Lei 11.419/2006.
Nº de Série do Certificado: 157680023347368708



Documento assinado eletronicamente por **Amador Sant'Ana Filho**, Diretor da Subsecretaria de Controle Interno, em 20/01/2016, às 23:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

:: SEI / TRF3 - 1584908 - RGF-1 - Demonstrativo da Despesa com ... http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...



Documento assinado eletronicamente por Gilberto de Almeida Nunes, Diretor-Geral, em 21/01/2016, às 12:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador 1584908 e o código CRC 03F9ADDE.

0000566-24.2016.4.03.8000

1584908v5

SEI / 1RF3 - 15926/4 - RGF 5 Demonstrativo Disponibilidade Ca... http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª E 2ª GRAUS DA 3ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DE JANEIRO/2015 ATÉ DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")							RS 1,00	
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a – (b + c + d + e))	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	146.347.350,76	1.657.461,14	1.710.204,09	42.996.201,83	0,00	99.983.483,70	98.760.883,70	0,00
90 - RECURSOS ORDINÁRIOS	118.022.452,49	1.203.878,17	1.235.958,29	40.788.790,27	0,00	74.793.825,76	74.793.825,76	0,00
27 - CUSTAS E EMOLUMENTOS DO PODER JUDICIÁRIO	20.953.800,54	453.582,97	474.245,80	2.074.967,20	0,00	17.951.004,57	17.951.004,57	0,00
69 - CONTR.PATRONAL P/PLANO DE SEGUR.SOCIAL SERV.	163.715,90	0,00	0,00	132.444,36	0,00	31.271,54	31.271,54	0,00
88 - REMUNERAÇÃO DISPONIBILIDADES DO TESOURO	5.984.781,83	0,00	0,00	0,00	0,00	5.984.781,83	5.984.781,83	0,00
50 - RECURSOS NÃO FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	1.222.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.222.600,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	2.232.340,52	0,00	0,00	0,00	2.232.340,52	0,00	0,00	0,00
90 - RECURSOS DIVERSOS	2.232.340,52	0,00	0,00	0,00	2.232.340,52	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	148.579.691,28	1.657.461,14	1.710.204,09	42.996.201,83	2.232.340,52	99.983.483,70	98.760.883,70	0,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹								
---	--	--	--	--	--	--	--	--

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI (Tesouro Gerencial - consulta Anexo V RGF em 20/01/2016).

Nota:

1. A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.
2. O Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa apresenta superavit de R\$ 1.222.600,00, referente a taxa de arrecadação de concurso de juizes em 2015.
3. O valor do diferido da Fonte 27 foi abatido na Disponibilidade de Caixa Bruta.
4. Em conformidade ao item 3.1.1 da Macrofunção do SIAFI nº 02.13.01, foram incluídos na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" os recursos a receber para Restos a Pagar registrados nas contas de controle da classe 8 (8.2.2.2.4.01.01 Restos a Pagar Recursos a Receber Autorizado Inscrição, e 8.2.2.1.4.01.01 Restos a Pagar Recursos a Liberar Autorizado Inscrição) como segue: Fonte 00 - R\$ 76.977.648,81. Fonte 27 - R\$ 11.341.458,83. Fonte 69 - R\$ 112.406,45 e Fonte 88 - R\$ 5.950.686,01.
5. Na fonte 00 - Recursos Ordinários encontram-se agregados os valores referentes a Fonte SOF 0100 e Fonte SOF 0300.



Documento assinado eletronicamente por Maria Aparecida Martinez Ciliano, Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças, em 20/01/2016, às 19:16, conforme art. 1º, III, "a", da Lei 11.419/2006. Nº de Série do Certificado: 157680025347368708

SEI / TRF3 - 1592674 - RGF 5 Demonstrativo Disponibilidade Ca... http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimi



Documento assinado eletronicamente por Amador Sant'Ana Filho, Diretor da Subsecretaria de Controle Interno, em 20/01/2016, às 23:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por Gilberto de Almeida Nunes, Diretor-Geral, em 21/01/2016, às 12:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador 1592674 e o código CRC 36FCSESD.

0000566-24.2016.4.03.8000

1592674v15

Recebi
Em 3/2/16

Marcos Aurelio Pereira
Matr. 226443



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

DIRETORIA-GERAL

Avenida Presidente Antônio Carlos, 251, 8º andar, Centro
Rio de Janeiro/RJ, CEP 20020-010
21-2380-6252 e 2380-6828 (fax) - dg@trtrio.gov.br

A CMO.
Em 13/2/2016
[Assinatura]

00100.013057/2016-16

Ofício nº 13/2016/TRT-DG

03 FEV 2016

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 2016.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional
Senador José Renan Vasconcelos Calheiros
Senado Federal - Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15º andar
Brasília – DF
Cep: 70.165-900

Assunto: Encaminhamento do RGF – 3º Quadrimestre de 2015
Anexo: Relatório de Gestão Fiscal

Senhor Presidente,

Em atendimento à mensagem CFIN/CSJT Nº 004/2016, encaminho a Vossa Excelência, em anexo, o Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2015.

Atenciosamente,

[Assinatura]
Flávio Pires Ferreira Clementino
Diretor-Geral

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO?

(1 = SIM 2 = NÃO)

2

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.470.374.293,39	2.808.382,83	1.473.182.676,22
Pessoal Ativo	979.596.729,91	1.823.698,84	981.420.428,75
Pessoal Inativo e Pensionistas	490.777.563,48	984.683,99	491.762.247,47
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	440.993.357,40	2.808.382,83	443.801.740,23
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.962.359,66	0,00	1.962.359,66
Decorrentes de Decisão Judicial	454.148,25	0,00	454.148,25
Despesas de Exercícios Anteriores	2.317.340,90	2.808.382,83	5.125.723,73
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	436.259.508,59	0,00	436.259.508,59
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.029.380.935,99	0,00	1.029.380.935,99

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	674.522.742.000,00		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,152609%	0,000000%	0,152609%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>	0,294541%		1.986.746.029,51
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>	0,279814%		1.887.408.728,04
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <=>	0,265087%		1.788.071.426,56

FONTE: SIAFI - DICOP/CON/SOF/TRT 1ª Região - 12/01/2016 - 16:12h

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

- 2) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 17.159.779,45.
3) Despesa liquidada de Precatórios da Administração Indireta: R\$ 29.072.815,67.
4) Despesa com Precatórios da Administração Direta executada por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 36.173.477,91.
5) Houve cancelamento de Restos a Pagar não Processados (conta contábil 631980000), nas seguintes ações:
0181- Pagamento de Aposentadorias e Pensões (R\$ 504.507,89); 0625 - Cumprimento de Sent. Judicial Trans. em Julgado (R\$ 1.000.000,30);
09HB- Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações (R\$ 3.185.941,66) e 20TP- Pagamento de Pessoal Ativo da União (R\$ 1.187.741,22).

Desembargadora Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos
Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região

Flávio Pires Ferreira Clementino
Diretor-Geral

Sérgio Honorato dos Santos
Diretor da Secretaria de Controle Interno

Maria de Lourdes Pires Bittencourt
Diretora da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO?
(1 = SIM, 2 = NAO)

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alinea "a")

[illegible]

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES'

FONTE: TESOIRO GERENCIAL- DICOP/CCON/SOF/TRT 1ª Região - 19/01/2016 - 16:30h

Nota: 'A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Nota: 2 Os Recursos a Receber referentes a Restos a Pagar, valores líquidos, foram incluídos na Disponibilidade de Caixa Bruta (Fonte 00 - Recursos Ordinários- R\$ 551.642,78 e Fonte 88 - Remuneração dos Disponib. do Tesouro Nacional- R\$ 1.313.641,18).

Desembargadora Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos
Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região

Flavio Pires Ferrelra Clementino
Diretor-Geral

Sérgio Honorato dos Santos
Diretor da Secretaria de Controle Interno

Maria de Lourdes Pires Bittencourt
Diretora da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade

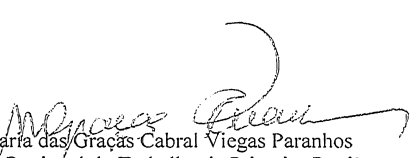
UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

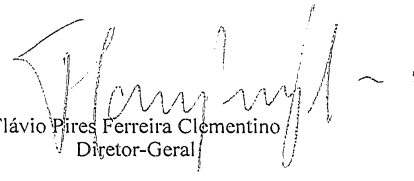
RGF - Anexo VII (LRF, art. 48)

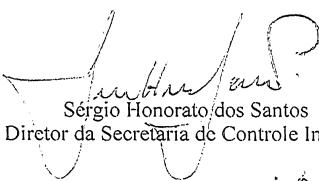
R\$ 1,1

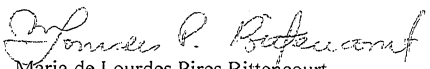
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.029.380.935,99	0,1521
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	1.986.746.029,51	0,2941
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	1.887.408.728,04	0,2791
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	33.093.243,05	34.901.943

FONTES: SIAFI e TESOUREIRO GERENCIAL-CCON/SOF/TRT 1ª Região - 22/01/2016 - 14:30h


 Desembargadora Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos
 Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região


 Flávio Pires Ferreira Clementino
 Diretor-Geral


 Sérgio Honorato dos Santos
 Diretor da Secretaria de Controle Interno


 Maria de Lourdes Pires Bittencourt
 Diretora da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
Diretoria-Geral

A CMO.
Em 15/2/2016.
Jusce

03 FEV 2016

OFÍCIO nº DG/006/2016

00100.013074/2016-53

Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2016.

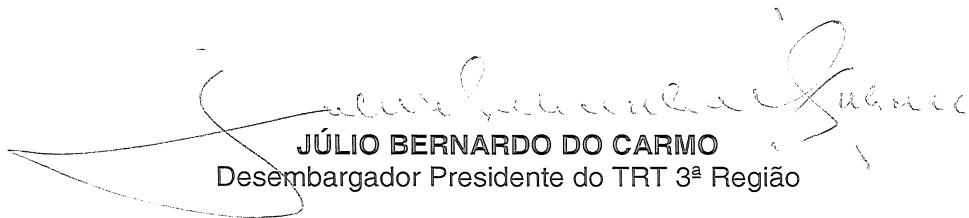
A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional

Excelentíssimo Senhor,

Em atendimento ao disposto no art. 59 da LRF, c/c art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça do Trabalho da Terceira Região anexo, referente ao 3º quadrimestre de 2015.

Ao ensejo, renovo-lhe protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,


JÚLIO BERNARDO DO CARMO
Desembargador Presidente do TRT 3ª Região

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1 = SIM 2 = NÃO)

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 3ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.380.935.591,39	9.064.277,61	1.389.999.869,00
Pessoal Ativo	976.739.572,37	7.644.763,63	984.384.336,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	404.196.019,02	1.419.513,98	405.615.533,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	284.866.616,90	7.119.640,89	291.986.257,79
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	780.865,40	0,00	780.865,40
Despesas de Exercícios Anteriores	6.910.914,55	7.110.627,84	14.021.542,39
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	277.174.836,95	9.013,05	277.183.850,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.096.068.974,49	1.944.636,72	1.098.013.611,21

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	674.522.742.000,00		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,162495%	0,000288%	0,162784%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>	0,304548%		2.054.245.520,31
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>	0,289321%		1.951.533.244,29
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <=>	0,274093%		1.848.820.968,28

FONTE: Tesouro Gerencial 2015- DOF/SECPD/TRT3 -20/jan/2016 - 16h e 02 min.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 - Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.
- 2- Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$1.181.565,14. Inscrição em Restos a Pagar Não Processados em Liquidação R\$63.257,00.
- 3- Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$4.334.034,13. Não houve inscrição em restos a pagar não processados.
- 4- Despesas com Precatórios da Administração Indireta: despesa liquidada de R\$68.291,57. Inscrição em Restos a Pagar Não Processados em Liquidação R\$1.393.006,00.

JÚLIO BERNARDO DO CARMO
 Desembargador Presidente do TRT da 3ª Região

JOSÉ NACIP COELHO
 Assessor de Ordenação de Despesas

MARÍLIA SOUZA DINIZ ALVES
 Diretora de Orçamento e Finanças

ANA RITA GONÇALVES LARA
 Secretária de Controle Interno

RS 1.00

Nota 2: Valor de R\$18.310.165,89 incluído na Disponibilidade de Caixa Bruta em razão da existência de valores líquidos de recursos a receber para pagamento de Restos a Pagar, registrados na conta de controle 82.224.01.01 – Restos a Pagar Autorizado – inscrição.

ANA RITA GONÇALVES LARA
Secretária de Controle Interno

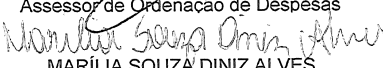
UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 3ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

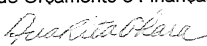
LRF, art. 48 - Anexo VII			RS 1,00
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL	
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.098.013.611,21		0,162784
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,304548%	2.054.245.520,31		0,304548
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,289321%	1.951.533.244,29		0,289321
Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,274093%	1.848.820.968,28		0,274093
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL	
Dívida Consolidada Líquida	-	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-	-
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL	
Total das Garantias Concedidas	-	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL	
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	-	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-	-
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
Valor Total	50.539.606,23	65.183.523,33	

FONTE: Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Demonstrativo dos Restos a Pagar e Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa.


JÚLIO BERNARDO DO CARMO
Desembargador Presidente do TRT da 3ª Região

JOSE NACIF COELHO
Assessor de Ordenação de Despesas


MARÍLIA SOUZA DINIZ ALVES
Diretora de Orçamento e Finanças


ANA RITA GONCALVES LARA
Secretária de Controle Interno



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região



Ofício GP Nº 0066/2016

00100.013068/2016-04
Salvador, 27 de janeiro de 2016

A Sua Excelência o Senhor

SENADOR JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS

Presidente do Congresso Nacional

Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15º Andar. Brasília-DF

CEP: 70.165-900


03 FEV 2016
A CMO.
Em 15/2/2016
chuscuze

Assunto: **encaminha Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre/2015**

Senhor Senador:

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a cópia do Relatório de Gestão Fiscal do 3.º quadrimestre de 2015, demonstrativo da despesa com pessoal, orçamentos fiscais e da seguridade social, demonstrativo da disponibilidade de caixa e dos restos a pagar e demonstrativo simplificado, referente ao período de janeiro a dezembro/2015, ao tempo em que levo ao conhecimento de Vossa Excelência que o referido relatório foi publicado no DOU do dia 26/01/2016 - Seção I, págs. 48/49 -, e se encontra disponível no Portal deste Tribunal no endereço www.trt5.jus.br.

No ensejo, apresento protestos de consideração e apreço.


MARIA ADNA AGUIAR DO NASCIMENTO
Desembargadora do Trabalho
Presidente do TRT 5ª Região



48

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 17, terça-feira, 26 de janeiro de 2016

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

ATO Nº 25, DE 21 DE JANEIRO DE 2016

A DESEMBARGADORA DO TRABALHO PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve determinar a publicação, no Diário Oficial da União, do Relatório de Gestão Fiscal de que tratam os artigos 54, 55 e 72, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, na forma dos Anexos a seguir

Des. MARIA ADNA AGUIAR DO NASCIMENTO

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 3.º QUADRIMESTRE DE 2015
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$1,00

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Insc. R. a Pagar não Process.	Total
Despesa Intra-Com-Pessoal (I)	812.916.229,28	1.030.865,36	813.947.194,64
Pessoal Ativo	599.918.746,24	688.913,38	600.607.659,62
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Orçamento)	-	-	-
Sent. Judiciais com Precatórios (do Próprio Orçamento e de Outros do Ativo Direto)	-	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	212.997.483,04	342.051,98	213.339.535,02
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Orçamento)	-	-	-
Sentenças Judiciais com Precatórios (do Próprio Orçamento e de Outros da Administração Direta)	-	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de concessão (art. 18, § 1º da LRF)	-	-	-
(II) DESPESAS NÃO COMPLETADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	184.751.467,16	302.665,09	185.054.132,25
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Documentos da Despesa Judicial	5.358,70	0,00	5.358,70
Despesas de Exercícios Anteriores	1.500.000,46	302.655,09	1.802.655,55
Inativos e Pensionistas e Recursos Vinculados	183.249.013,00	10,00	183.249.023,00
Despesa Liquidada COM PESSOAL (III) = (I + II)	628.161.707,12	728.580,27	628.890.287,39
Despesa Liquidada COM PESSOAL (IV) = (II + III)	183.249.013,00	10,00	183.249.023,00
Receita Corrente Liquidada - RCL (IV)	-	-	-
% Do Total Da Despesa com Pessoal - DTP - a RCL (V) = [(IV)/(I)] x 100	0,093122%	0,000100%	1.245.820.911,07
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,184667%	-	-	1.183.339.866,37
Limite Prudencial (§ 3º inciso, art. 22 da LRF) 0,175434%	-	-	1.121.058.820,77
Limite de Alena (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) 0,166200%	-	-	-

FONTE: SIAFI - CCONT/D.GERAL/TRTS 12/JAN/2016 às 09:50

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inseridas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inseridas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64;
- Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) - AÇÃO 0625: despesa Liquidada R\$ 1.984.900,68 e DESTAQUE: despesa liquidada R\$ 29.048.357,00;
- No item " Demais Despesas com Pessoal Ativo" estão acrescidos os valores de R\$ 43.417.951,36 e R\$ 688.913,38, relativos a Obrigações Patronais: Obrigações Intra-Orçamentárias referentes às Despesas Liquidadas e Despesas Inseridas em Restos a Pagar não Processados, respectivamente.

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHOS E NÃO LIQUID. DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUID. CANCEL. (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenh. Não Liquidados De Exerc. Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	De Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a) - (b) - (c) - (d) - (e)		
56 - Contribuição Plano Seguridade Social-Servidor	233,36	0,00	0,00		223,36	0,00	10,00	
60 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Soc. Serv.	631.344,35	0,00	0,00	631.344,35		0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	631.577,71	0,00	0,00	631.567,71		0,00	10,00	0,00
68 - Recursos Ordinários	42.034.988,57	0,00	1.410,04	24.621.541,72	15.364,46	17.396.682,35	17.396.682,35	
27 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	3.231.171,39	0,00	0,00	734.950,41		2.496.220,98	2.496.220,98	
29 - Recursos de Concessões e Pensões	65.924,34	0,00	0,00	65.924,34		0,00	0,00	
50 - Recursos Não Finance. Diretamente Arrecados	798.598,24	0,00	0,00	103.779,05		694.819,19	73.886,69	
51 - Contrib. Social Sobre o Lucro das Empresas Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
53 - Contrib. p/ Financiamento da Seguridade Social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012016012600048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 17, terça-feira, 26 de janeiro de 2016

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

49



70 - Fundo de Fidej. das Telecomunicações	318.207,27	0,00	0,00	318.207,27	0,00	0,00	0,00	-
81 - Recursos de Convênios	1.988.531,41	0,00	0,00	353.198,85	0,00	1.635.332,56	1.333.357,87	
88 - Remuneração dos Disp. do Tesouro Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	48.437.331,32	0,00	1.410,04	26.197.501,64	15.364,46	22.223.055,18	21.300.147,89	0,00
TOTAL (III) - (I + II)	49.065.909,03	0,00	1.410,04	26.829.069,35	15.364,46	22.223.065,18	21.300.157,89	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	631.244,35	0,00	0,00	0,00	0,00	631.244,35	0,00	0,00

FONTE: SIAFI/SIAFI GERENCIAL - CCONT/D.GERAL/TRTS - 20/JAN/2016 - 8h e 32min.

Nota: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

2) Foram incluídos os valores a receber para pagamento de Restos a Pagar na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta": R\$ 20.702.790,27 e R\$ 14.136,10 nas Fontes de Recursos 00 e 27, respectivamente.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2015

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	628.890.067,39	0,092255
Limite Máximo (Inscos I, II e III, art. 20 da LRF) - "<="	1.245.620.911,97	0,184667
Limite Presencial (Inscos I, II e III, art. 22 da LRF) - "<="	1.183.339.866,37	0,175434
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	21.300.157,89	22.223.065,18

FONTE: SIAFI/TESOURO GERENCIAL-CCONT/D.GERAL/TRTS- 22/JAN/2016 às 14h e 45min

Des. MARIA ADNA AGUIAR DO NASCIMENTO
Presidente do TribunalANTONIO JOSÉ IMPERIAL PIMENTEL PEREIRA
Diretor-GeralANNIBAL MAIA SAMPAIO JÚNIOR
Diretor da S.O.F.ANA LOURDES SILVA PINHO
Diretora da Secretaria de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

PORTARIA Nº 22, DE 25 DE JANEIRO DE 2016

O EXMA. DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e §2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2015, na forma constante do anexo.

Des. GISANE BARBOSA DE ARAÚJO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO /2015
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ 1.00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS JANEIRO-DEZEMBRO/2015		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	606.362.441,71	897.543,29	607.359.985,00
Pessoal Ativo	491.311.112,57	534.752,43	491.845.865,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	155.151.329,14	362.790,86	155.514.120,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	134.353.317,18	550.574,25	134.903.891,43
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Despesas de Decisão Judicial	4.867,98	0,00	4.867,98
Despesas de Exercícios Anteriores	2.142.244,73	532.399,72	2.674.644,45
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	132.206.104,47	17.074,53	132.223.179,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) - (I + II)	472.109.124,53	347.169,04	472.456.293,57

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012016012600049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – SEXTA REGIÃO
Cais do Apolo, 739, Bairro do Recife, Recife/PE, Cep: 50.030-902
Fone: (81) 3225.3200 – e-mail: presidencia@trt6.jus.br

A CMO.
Em 15/21/2016
Luz

Ofício TRT6-GP nº 68./2016

00100.012040/2016-41

Recife, 27 de janeiro de 2016.

Exmo. Senhor Presidente do Congresso Nacional
Senador JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS
Senado Federal
Brasília - DF

2 FEV 2016

Assunto: **Encaminhamento do Relatório de Gestão Fiscal relativo ao terceiro quadrimestre de 2015.**

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 59 da LRF c/c o art. 5º, inciso I da Lei 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, referente ao terceiro quadrimestre de 2015 (período de janeiro a dezembro de 2015).

O aludido relatório foi publicado no Diário Oficial da União do dia 26 de janeiro de 2016, seção 1, páginas 49 a 51.

Saliento, por fim, que o relatório foi encaminhado, eletronicamente, para o endereço cmo@camara.leg.br.

Réspeitosamente,

GISANE BARBOSA DE ARAÚJO
GISANE BARBOSA DE ARAÚJO
Desembargadora Presidente do TRT da 6ª Região

Nº 17, terça-feira, 26 de janeiro de 2016

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

49



78 - Fundo de Fidej. das Telecomunicações	318.207,27	0,00	0,00	318.207,27	0,00	0,00	0,00
81 - Recursos de Contribuições	1.988.531,41	0,00	0,00	351.198,85	0,00	1.635.332,66	1.333.157,87
88 - Remuneração das Disp. do Tesouro Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VIN. CULADOS (II)	48.437.331,32	0,00	1.410,04	26.197.501,64	15.364,46	22.223.055,18	21.300.147,89
TOTAL (III) = (I + II)	49.068.909,03	0,00	1.410,04	26.829.069,35	15.364,46	22.223.055,18	21.300.157,89
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	631.344,35	0,00	0,00	0,00	0,00	631.344,35	0,00

FONTE: SIAF/SIAFI GERENCIAL - CCONT/D.GERAL/TRT5 - 20/JAN/2016 - 8h e 32min.

Nota: 1ª Disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

2) Foram incluídos os valores a receber para pagamento de Restos a Pagar na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta": R\$ 20.702.790,27 e R\$ 14.136,10 nas Fontes de Recursos 00 e 27, respectivamente.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO/2015

LRF, art. 48 - Anexo 6		VALOR		% SOBRE A RCL		RS 1,00	
DESPESA COM PESSOAL							
Despesa Total com Pessoal - DTP		628.890.067,39		0,003235			
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=		1.245.620.911,97		0,184667			
Limite Prudencial (registro único, art. 22 da LRF) - <=		1.183.339.866,37		0,175434			
DÍVIDA CONSOLIDADA		0,00					
Dívida Consolidada Líquida							
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		0,00					
GARANTIAS DE VALORES		0,00					
Total das Garantias Concedidas							
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		0,00					
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00					
Operações de Crédito Internas e Externas							
Operações de Crédito por Antecipação da Receita							
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		0,00					
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita							
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)			
Valor Total		21.300.157,89		22.223.065,18			

FONTE: SIAF/TESOURO GERENCIAL-CCONT/D.GERAL/TRT5- 22/JAN/2016 às 14h e 45min

Des. MARIA ADNA AGUIAR DO NASCIMENTO
Presidente do TribunalANTONIO JOSÉ IMPERIAL PIMENTEL PEREIRA
Diretor-GeralANNIBAL MAIA SAMPAIO JÚNIOR
Diretor da S.O.F.ANA LOURDES SILVA PINHO
Diretora da Secretaria de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

PORTARIA Nº 22, DE 25 DE JANEIRO DE 2016

O EXMA. DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e §2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2015, na forma constante do anexo.

Des. GISANE BARBOSA DE ARAÚJO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO /2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") RS 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS JANEIRO DEZEMBRO/2015		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a)+(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	606.462.441,71	897.543,29	607.359.985,00
Pessoal Ativo	451.311.112,57	534.752,43	451.845.865,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	155.151.329,14	362.790,86	155.514.120,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	134.353.317,18	550.374,25	134.903.691,43
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	4.867,98	0,00	4.867,98
Despesas de Exercícios Anteriores	2.142.344,73	532.399,72	2.674.744,45
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	132.206.104,47	17.973,53	132.224.078,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	472.109.124,53	347.169,04	472.456.293,57

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012016012600049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



50

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 17, terça-feira, 26 de janeiro de 2016

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			674.572.742.000,00
1) DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - TDP sobre a RCL (IV) a (III e IV) * 100	0,066602%	0,000051%	0,070343%
LIMITE MÁXIMO (inciso I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,12641%	0,12641%		850.460.478,06
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,12638%	0,12638%		874.437.455,01
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 50 da LRF) - 0,122815%	0,122815%		828.414.431,06

Fonte: Tesouro Geral e Coordenadoria de Contabilidade/SOF/TRT da 6ª Região - 21.01.2016, 11h e 40m.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) Foram pagos, R\$ 1.985.146,07 e R\$ 1.166.891,25 referentes a Precatórios da Administração Direta e Sentenças Judiciais de Pequeno Valor, respectivamente na UO 71103.

3) No período foi pago o valor de R\$ 190.174,93 a título de Precatórios da Administração Indireta (Devaquest).

4) No período não houve cancelamento de empenhos inscritos em RAP referente ao Grupo da Despesa 1.

5) Pagamento de Auxílio-Funeral: R\$ 167.386,69 e R\$ 16.022,31 inscritos em RAP.

6) Pagamento de Auxílio-Quilidade: R\$ 31.336,12 e R\$ 4.410,88 inscritos em RAP.

GISANE BARBOSA DE ARAÚJO
Presidente do Tribunal

WLADEMIR DE SOUZA ROLIM
Diretor-Geral

FLÁVIO ROMERO MENDES DE OLIVEIRA
Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

ENOQUE DE SOUZA E SILVA SOBRINHO
Diretor da Secretaria de Auditoria e Controle Interno

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO /2015

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a") R\$ 1,00

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta	Obrigações Financeiras					Disponibilidade de Caixa Líquida (Antes da Inscricao em Restos a Pagar - Não Processados do Exercício) *	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados No Exercício	Empenhos não Liquidados Cancelados (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)
		Restos a Pagar Liquidados e não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados		Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	de Exercícios Anteriores					
		(I)	(II)	(III)	(IV)				
		01 - Total dos Recursos Vinculados (I)	1.321.034,96						
01 - Contribuição Patronal para o PSSS	1.321.034,96			180.594,56		1.140.440,40	17.074,43		
01 - Total dos Recursos Não Vinculados (II)	10.055.271,45	38.067,04	791,92	3.324.333,47	113.499,51	15.578.579,51	11.712.338,86		
01 - Recursos Ordinários (2)	10.479.426,13	8.750,14		3.078.676,89		7.391.999,30	7.391.999,30		
27 - Custas e Emolumentos	3.403.436,83		791,92			3.402.644,91	3.385.372,68		
28 - Recursos de Contribuições e Permissões	1.056,55			1.056,55					
81 - Rec. Não-financeiros diretamente arrecadados	1.623.352,01	2.450,00				1.615.502,01	204.260,48		
81 - Recursos de Contribuições	3.434.469,30	21.866,90		244.690,03		3.168.032,37	830.726,30		
90 - Recursos Diversos	113.499,51				113.499,51				
Total (III) + (IV) + (V)	20.376.306,41	38.067,04	791,92	3.404.878,03	113.499,51	16.719.109,91	11.730.333,59		
Resumo Projeção de Provisões dos Servidores									
Fonte: Trezena Gerencial, SIAFI, Círculo de Cont./SOP/RTT de 6º Região, 21/01/2016, 11h e 40m.									
1 - A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Ativo									
2 - Incluiu o valor de R\$ 3.190.266,08 referente a "Restos a Pagar Antecipados a Projeção",									
3 - Depósitos e Cancelos									

Fonte: Tesouro Geral, SIAFI, Coord. de Cont./SOF/TRT da 6ª Região, 21.01.2016, 11h e 40m.

1 - A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

2 - Incluído o valor de R\$ 3.091.266,08 referente a "Restos a Pagar Autorizados a Processar".

3 - Depósitos e Cauções.

GISANE BARBOSA DE ARAÚJO
Presidente do Tribunal

WLADEMIR DE SOUZA ROLIM
Diretor-Geral

FLÁVIO ROMERO MENDES DE OLIVEIRA
Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

ENOQUE DE SOUZA E SILVA SOBRINHO
Diretor da Secretaria de Auditoria e Controle Interno

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012016012600050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 17, terça-feira, 26 de janeiro de 2016

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

51



UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO /2015

LRF, art. 48 - Anexo 6 Em R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		674.532.742,000,00	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		472.456.203,57	0,070043%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <I>		920.260.478,96	0,136261%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <II>		874.437.455,01	0,129638%
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		11.730.333,39	16.719,109,91

FONTE: Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar e Coordenadoria de Contabilidade/SOF/TRT 6ª REGIÃO - 21/01/2016, 11h e 40m.

GISANE BARBOSA DE ARAÚJO
 Presidente do Tribunal

WLADEMIR DE SOUZA ROLIM
 Diretor-Geral

FLÁVIO ROMERO MENDES DE OLIVEIRA
 Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

ENOCHE DE SOUZA E SILVA SOBRINHO
 Diretor da Secretaria de Auditoria e Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

ATO Nº 12, DE 25 DE JANEIRO DE 2016

O DESEMBARGADOR VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Determinar a publicação, no Diário Oficial da União, do Relatório de Gestão Fiscal de que tratam os artigos 48 e 54 c/c 55, I, "a", e III, "a" e "b", da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na forma do anexo único a este Ato.

CARLOS DE MENEZES FARO FILHO

ANEXO ÚNICO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RCL - Anexo I (LRF), art. 55, inciso I, alínea "a")		RS 1,00		
DESPESA COM PESSOAL		Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c) = (a) + (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	127.252.700,88	1.369.782,34	128.622.483,22	
Pessoal Ativo	111.444.699,92	1.363.569,30	112.808.269,22	
Pessoal Inativo e Pensionistas	15.808.000,96	6.213,04	15.814.214,00	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, §1º da LRF)	-	-	-	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	12.303.390,11	1.306.190,27	14.809.580,38	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	-	
Despesas de Exercícios Anteriores	12.429,11	1.306.190,27	1.318.619,38	
Instituições e Pensões com Recursos Vinculados	13.480.961,00	-	13.480.961,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	113.749.310,77	63.892,07	113.813.202,84	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				674.532.742,000,00
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III e IV) * 100	0,016864%			0,016864%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <I>	0,020988%			0,020988%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <II>	0,027643%			0,027643%
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <III>	0,026188%			0,026188%

FONTE: SIAFI - TESOUREIRO GERENCIAL - SOF TRT da 20ª região - 20 a 21/janeiro/2016-10:41.

Notas:

- 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
 - a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 - b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.
- 2) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de créditos (destaque): despesa liquidada R\$ 80.573,53.
- 3) Despesas com Requisição de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 711.821,36.
- 4) Despesas com Precatórios da Administração Indireta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 11.716.861,51.
- 5) No campo "Pessoal Ativo" está incluída a importância de R\$ 17.181.830,22 relativa a CPSSS patronal.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012016012600051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

112 FEV 2016

OFÍCIO TRT GP/CGPRES Nº 024/2016

A CMO.
Em 15/2/2016
Justiça

João Pessoa/PB, 01 de fevereiro de 2016.

Excelentíssimo Senhor
SENADOR JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Senado Federal
Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15º Andar
Brasília/DF
CEP: 70.165-900

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal – RGF, 3º quadrimestre do exercício de 2015.

PROTOCOLO TRT Nº 000.0958/2016

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000, c/c art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000, bem como em atendimento à solicitação contida na Mensagem CFIN/CSJT 004/2016, oriunda da Coordenadoria de Orçamento e Finanças do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CFIN/CSJT, encaminho a Vossa Excelência, em anexo, o Relatório de Gestão Fiscal – RGF, deste Regional, referente ao 3º quadrimestre do exercício 2015, publicado no D.O.U, Seção 01. pág. 277 e 278, do dia 29.01.2016.

Cordialmente,

TRT 13

Assinado de forma digital por
UBIRATAN MOREIRA
DELGADO:103003500
Localização: TRT 13ª - Gabinete da
Presidência
Dados: 2016.02.01 10:52:41 -03'00'

UBIRATAN MOREIRA DELGADO
Desembargador Presidente

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1 = SIM, 2 = NÃO)

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	322.134.384,71	1.038.516,29	323.172.901,00
Pessoal Ativo	266.702.422,69	1.031.869,31	267.734.292,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	55.431.962,02	6.646,98	55.438.609,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	43.761.245,90	1.038.516,29	44.799.762,19
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	395.200,90	1.038.516,29	1.433.717,19
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	43.366.045,00	0,00	43.366.045,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	278.373.138,81	0,00	278.373.138,81

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	674.522.742.000,00	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III e / IV) * 100	0,041270%	0,000000%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - < % >	0,067578%	455.828.978,59
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - < % >	0,064199%	433.037.529,66
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - < % >	0,060820%	410.246.080,73
FONTE: SIAFI/2015 - SPF - NCONT - 21/JAN/2016 - 14h30min		

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Despesas com Sentenças Judiciais de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): R\$ 2.082.645,52.

Despesas com Outros Precatórios Judiciais executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): R\$ 2.414.696,72.

UBIRATAN MOREIRA DELGADO
Desembargador Presidente

ARYOSWALDO JOSÉ BRITO ESÍNOLA
Diretor Geral

CAIO GERALDO BARROS PESSOA DE SOUZA
Diretor da Secretaria de Controle Interno

LEONARDO GUEDES PEREIRA
Diretor da Secretaria de Planejamento e Finanças

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO?
(1 = SIM 2 = NÃO)

2

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras	
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))
76 - CONTRIBUIÇÃO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVID	22.861,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.861,00
69 - CONTRIB PATRONAL P-PLANO DE SEGUR SOC SERV	1.744.724,24	0,00	0,00	1.744.724,24	0,00	0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00
						0,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES:

FONTE: SLAFB/2015 - SPF - NCQNT - 21/JAN/2016 - 14h30min

Nota: A disponibilidade de ensino do RPPS, está comprometida com o Passivo Attribuído.

Foram incluídos na Disponibilidade de Caixa Bruta os valores líquidos de recursos a receber para restos a pagar.

LIBRATÁN MOREIRA DEL GADO
Desembargador Presidente

ARYOSWALDO JOSÉ BRITO ESÍOLA
Diretor Geral

CAIO GERALDO BARROS PESSOA DE SOUZA
Diretor da Secretaria de Controle Interno

LEONARDO GUEDES PEREIRA
Diretor da Secretaria de Planejamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 14ª REGIÃO

A CMO.
Em 15/2/2016
Ilson

Ofício nº 041/2016-GP

00100.011155/2016-19

Porto Velho, 29 de Janeiro de 2016 (Sexta-feira).

Relatório de Gestão Fiscal – 3º quadrimestre de 2015 (ENCAMINHA)

Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, encaminho cópia do Relatório de Gestão Fiscal – 3º quadrimestre de 2015, correspondente ao período de janeiro a dezembro de 2015, publicado mediante Portaria GP nº 110/2016, no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho da 14ª Região.

Ao ensejo, reitero votos de elevada estima e distinguida consideração.

Atenciosamente,

(assinado digitalmente)

Desembargador ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15º Andar
70.165-900 – BRASÍLIA/DF

AVENIDA ALMIRANTE BARROSO, Nº 600, CENTRO
PORTO VELHO/RO - CEP 76801-901
Telefone: (69) 3211-6361/6362 - FAX (69) 3211-6368

DAV A
10/01/2016 12:23



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

Portaria GP nº 0110, de 27 de janeiro de 2016.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4-5-2000,

RESOLVE:

TORNAR público o Relatório de Gestão Fiscal – 3º quadrimestre de 2015, correspondente ao período de janeiro a dezembro de 2015.

Publique-se.

(assinado digitalmente)

Desembargador ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR
Vice-Presidente do TRT da 14ª Região, no exercício da Presidência

Anexo 1 - Portaria GP nº 0110, de 27 de janeiro de 2016
1906/2016 - Quinta-feira, 28 de Janeiro de 2016

Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região

1

UNIÃO PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	248.609.163,96	430.018,38	249.039.182,34
Pessoal Ativo	201.706.497,28	45.896,72	201.752.394,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	46.902.666,68	384.121,66	47.286.788,34
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	40.289.319,45	429.678,90	40.717.998,35
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	391.319,45	429.678,90	820.998,35
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	39.897.000,00	0,00	39.897.000,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	208.320.844,51	339,48	208.321.183,99
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		674.522.742.000,00	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III e / IV)*100		0,030884%	0,000000%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=	0,057479%		387.708.926,87
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=	0,054605%		368.323.480,53
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <=	0,051731%		348.938.034,10

FONTE: SIAFI GERENCIAL/TRT14- SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA, 26-01-2016 às 18:00

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Houve Despesas com Sentenças Judiciais de Pequeno Valor executadas por descentralização: despesa liquidada R\$ 2.984.531,12 e inscrita em Restos a Pagar Não Processados R\$ 0,00. Houve despesas liquidadas de Precatórios da Administração Ind. no valor de R\$ 214.759,00 e inscritas em Restos a Pagar Não Processados de R\$ 0,00. Houve despesas liquidadas de Precatórios da Administração Direta no valor de R\$ 3.895.417,14 e inscritas em Restos a Pagar Não Processados de R\$ 0,00.

DESEMBARGADOR ILSO ALVES PEQUENO JUNIOR
VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DE PRESIDÊNCIA

RAIMUNDO JOSE ZACARIAS DA COSTA
DIRETOR GERAL DAS SECRETARIAS

WHANDER JEFFSON DA SILVA COSTA
DIRETOR DO SERVIÇO DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

RAIMUNDA TAMAR SOUZA DA ROCHA
SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: ILSO ALVES PEQUENO JUNIOR, em: 28/01/2016 12:14:6, verificador: 70C18498

Anexo 2 - Portaria GP nº 0110, de 27 de janeiro de 2016
1906/2016 - Quinta-feira, 28 de Janeiro de 2016

Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL I DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A 31/12/2015

RGF = ANEXO V al Rf. art. 55. Inciso III, última "d".

RS 1,00

[illegible]

Nota: Recursos a Receber para RP (valores Equivoc, incluídos em Disponibilidade Única) R\$ 3.429,00

DESEMBARGADOR ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR
VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DE PRESIDÊNCIA

RABUNDO JOSE ZACARIAS DA COSTA
DIRETOR GERAL DAS SECRETARIAS

WHANDER JEFFSON DA SILVA COSTA
DIRETOR DO SERVIÇO DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

RABINDA TAMAR SOUZA DA ROCHA
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: ILSO ALVES PEQUENO JUNIOR, em: 28/01/2016 12:46, verificador: 94FDCA7A

Anexo 3 - Portaria GP nº 0110, de 27 de janeiro de 2016
1908/2016 - Quinta-feira, 28 de Janeiro de 2016

Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região

1

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

LRF, art. 48 - Anexo VI		RS 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR	
Receita Corrente Líquida		674.522.742.000,00	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		206.321.103,99	0,030884
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <= >		387.708.926,87	0,057479
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <= >		568.323.480,53	0,054605
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas			
Operações de Crédito por Antecipação da Receita			
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas			
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita			
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		5.946.691,44	17.277.288,55

FONTE: Tesouro Gerencial - TRT 14ª Região - 21/1/2016 - 14h41 e 14h42 e 25/1/2016 - 12h55

DESEMBARGADOR ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR
VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DE PRESIDÊNCIA

RAIMUNDO JOSE ZACARIAS DA COSTA
DIRETOR GERAL DAS SECRETARIAS

WHANDER JEFFSON DA SILVA COSTA
DIRETOR DO SERVIÇO DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

RAIMUNDA TAMAR SOUZA DA ROCHA
SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por: ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR, em: 28/01/2016 12:46, verificador: 5BCFCDE1

UNIÃO PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)			
Pessoal Ativo	248.609.163,96	430.018,39	249.039.182,34
Pessoal Inativo e Pensionistas	201.706.497,28	45.896,72	201.752.394,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	46.902.666,68	384.121,66	47.286.788,34
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)			
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	40.283.319,45	429.678,90	40.712.998,35
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	391.319,45	429.678,90	820.998,35
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	39.397.000,00	0,00	39.397.000,00
	268.320.844,51	339,48	268.321.183,99

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			674.522.747,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III e / IV) * 100			0,030884%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - < % >	0,057479%		387.706.916,27
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - < % >	0,054605%		368.323.480,53
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - < % >	0,051731%		348.938.034,19

FONTE: SIAFI GERENCIAL/TRT14ª SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA, 26-01-2016 às 13:00

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64

2) Houve Despesas com Sentenças Judiciais de Pequeno Valor executadas por descentralização: despesa liquidada R\$ 2.984.531,12 e inscrita em Restos a Pagar Não Processados R\$ 0,00. Houve despesas liquidadas de Precatórios da Administração Ind. no valor de R\$ 214.759,00 e inscritas em Restos a Pagar Não Processado de R\$ 0,00. Houve despesas liquidadas de Precatórios da Administração Direta no valor de R\$ 3.895.417,14 e inscritas em Restos a Pagar Não Processado de R\$ 0,00.

DESEMBARGADOR ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR
VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DE PRESIDÊNCIA

RAIMUNDO JOSE ZACARIAS DA COSTA
DIRETOR GERAL DAS SECRETARIAS

WHANDER JEFFSON DA SILVA COSTA
DIRETOR DO SERVIÇO DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

RAIMUNDA TAMAR SOUZA DA ROCHA
SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR, em: 28/01/2016 12:46, verificador: 70C18498

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

LRF, art. 48 - Anexo VI			RS 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR		
Receita Corrente Líquida	674.522.742.000,00		
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL	
Despesa Total com Pessoal - DTP	208.321.103,99		0,030884
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <*>	387.708.926,87		0,057479
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <*>	368.323.480,53		0,054605
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL	
Dívida Consolidada Líquida			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL	
Total das Garantias Concedidas			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL	
Operações de Crédito Internas e Externas			
Operações de Crédito por Antecipação da Receita			
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas			
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita			
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
Valor Total	5.946.691,44		17.277.288,53

FONTE: Tesouro Gerencial - TRT 14ª Região - 21/1/2016 - 14h41 e 14h42 e 25/1/2016 - 12h55

DESEMBARGADOR ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR
VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DE PRESIDÊNCIA

RAIMUNDO JOSE ZACARIAS DA COSTA
DIRETOR GERAL DAS SECRETARIAS

WHANDER JEFFSON DA SILVA COSTA
DIRETOR DO SERVIÇO DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

RAIMUNDA TAMAR SOUZA DA ROCHA
SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR, em: 28/01/2016 12:46, verificador: 5BCFCDE1

1906/2016 Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região
Data da Disponibilização: Quinta-feira, 28 de Janeiro de 2016

5

Desembargador ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR
Vice-Presidente do TRT da 14ª Região, no exercício da Presidência

Portaria GP nº 0112, de 27 de janeiro de 2016

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o teor do Memorando nº 001/GDVMRA, datado de 25-1-2016; CONSIDERANDO que a justificativa apresentada pela Desembargadora adequa-se ao disposto no item 4.3.2 do Relatório de Auditoria, emitido pela Coordenadoria de Controle e Auditoria e elaborado em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, bem ainda na alínea "b" do item 4.2.2 da Ata de Correição Ordinária realizada neste Regional no período de 9 a 13-11-2015; CONSIDERANDO o que dispõe o art. art. 27, "L", do Regimento Interno,

RESOLVE:

SUSPENDER, ad referendum do Tribunal Pleno, a partir de 27-1-2016, por imperiosa necessidade de serviço, as férias da Desembargadora do Trabalho VANIA MARIA DA ROCHA ABENSUR, referentes ao 1º período do exercício 2016, marcadas para o interstício de 20-1 a 18-2-2016, ficando a fruição dos 23 (vinte e três) dias suspensos para gozo no período de 14-3 a 5-4-2016, procedendo à juntada do presente Ato aos autos do processo nº. 1644/75.2014.5.14.00-0000, que trata da Correição Ordinária neste Tribunal pelo Tribunal Superior do Trabalho, e nos autos 99797.2015.000.14.00-2, que trata do Relatório de Auditoria pela Coordenadoria de Controle e Auditoria do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Publique-se.

(assinado digitalmente)

Desembargador ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR
Vice-Presidente do TRT da 14ª Região, no exercício da Presidência

Portaria GP nº 0115, de 27 de janeiro de 2016

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o teor do Requerimento do Desembargador do Trabalho Francisco José Pinheiro Cruz, datado de 18-1-2016; CONSIDERANDO o disposto no art. art. 27, "L", do Regimento Interno,

RESOLVE:

DEFERIR, ad referendum do Tribunal Pleno, ao Desembargador do Trabalho FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO CRUZ a compensação de 5 (cinco) dias trabalhados em regime de plantão judiciário, nos dias 20 e 21-12-2014, 31-1-2015, bem ainda nos dias 9 e 10-10-2016, para fruição no período de 25 a 29-1-2016.

Publique-se.

(assinado digitalmente)

Desembargador ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR
Vice-Presidente do TRT da 14ª Região, no exercício da Presidência

Portaria de Subs. Cargo em Comissão

Portaria GP nº 0121, de 28 de janeiro de 2016

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o que consta no art. 36, § 1º da Lei nº 8.112/90; CONSIDERANDO o afastamento do servidor RAIMUNDO JOSÉ ZACARIAS DA COSTA, Técnico Judiciário, Área: Administrativa, Classe C, Padrão 13, Diretor-Geral das Secretarias – CJ 4, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal, no nos dias 1º e 2-2-2016, em cumprimento à Portaria GP nº 0087, de 25-2-2016; CONSIDERANDO que o substituto eventual encontrava-se impossibilitado de exercer o cargo no referido período, bem ainda a indicação constante do Memorando nº 005/2016-DGS, datado de 28-1-2016,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor EDER JORGE MACHADO SANTANA, Analista Judiciário, Área: Judiciária, Classe: B, Padrão: 10, Assistente - FC-5, lotado na Diretoria-Geral das Secretarias, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal, para exercer, cumulativamente, em substituição, o cargo em comissão de Diretor-Geral das Secretarias - CJ-4, bem ainda para responder como Ordenador de Despesas do TRT14, nos dias 1º a 2-2-2016.

Publique-se.

(assinado digitalmente)

Desembargador ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR
Vice-Presidente do TRT da 14ª Região, no exercício da Presidência

Relatório

Relatório de Gestão Fiscal

Portaria GP nº 0110, de 27 de janeiro de 2016

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4-5-2000,

RESOLVE:

TORNAR público o Relatório de Gestão Fiscal – 3º quadrimestre de 2015, correspondente ao período de janeiro a dezembro de 2015.

Publique-se.

(assinado digitalmente)

Desembargador ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR
Vice-Presidente do TRT da 14ª Região, no exercício da Presidência



1906/2016
Data da Disponibilização: Quinta-feira, 28 de Janeiro de 2016

Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região

6

Anexo 1: Download
Anexo 2: Download
Anexo 3: Download

DIRETORIA-GERAL DAS SECRETARIAS

Portaria

Portaria de Nom. de Comissões Especiais

Portaria TRT 14ª DGS nº 0001, de 28 de janeiro de 2016

O Diretor-Geral das Secretarias do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o teor da Portaria GP nº 663, de 15-3-2013, republicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho da 14ª Região em 26-4-2013, que instituiu as normas para aplicação das sanções administrativas a que se referem os arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e o art. 7º da Lei 10.520/02, no âmbito deste TRT da 14ª Região;

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º, inciso III da Portaria GP nº 3042, de 31-12-2014, publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho em 2-1-2015;

R E S O L V E:

INSTITUIR a Comissão de Processo Apuratório de que trata a Portaria GP nº 663, de 15-3-2013, com a seguinte composição: WANDA NAZARÉ ALENCAR BARBOSA, Analista Judiciário, Área: Judiciária, Classe B, Padrão 13, Assistente 4 – FC-4, da Diretoria de Serviços de Infraestrutura, Logística e Segurança; OLEGÁRIO DE OLIVEIRA REIS, Analista Judiciário, Área: Administrativa, Classe: C, Padrão: 13, Chefe da Seção de Apoio Administrativo - FC-5, da Assessoria de Comunicação Social e RODRIGO ARAÚJO DA SILVA, Analista Judiciário, Área: Administrativa, Classe A, Padrão 1, lotado na Secretaria Administrativa, todos pertencentes ao Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal, para, sob a Presidência do primeiro, procederem à apuração do eventual descumprimento contratual por parte da empresa VOX LEGIS INSTITUTO DE CONSULTORIA, CURSOS E EVENTOS LTDA, estabelecendo o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos, a contar da data da publicação. Publique-se.

RAIMUNDO JOSÉ ZACARIAS DA COSTA
Diretor-Geral das Secretarias

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Edital

Edital de Seleção Interna

EDITAL DE SELEÇÃO INTERNA Nº 01/2016

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, faz saber que fará realizar PROCESSO DE SELEÇÃO INTERNA POR COMPETÊNCIAS (conhecimentos e habilidades) para preenchimento da função comissionada de ASSISTENTE DE JUIZ – FC5 da 6ª Vara do Trabalho de Porto Velho/RO, mediante as condições e instruções previstas neste Edital.

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 O processo seletivo será regido por este Edital e executado pela Secretaria de Gestão de Pessoas.
- 1.2 A seleção de que trata o presente Edital compreenderá:
 - 1.2.1 Fase eliminatória: análise dos dados existentes no Banco de Talentos;
 - 1.2.2 Fase classificatória: será avaliada a compatibilidade da formação educacional e da experiência profissional com o perfil de competências da função (Anexo III) e realizado teste de conhecimento específico.
- 1.3 Todos os candidatos serão pontuados e classificados, salvo hipótese de eliminação.
- 1.4 Poderão participar do processo seletivo os servidores que preencherem os requisitos para o exercício das atribuições da função de ASSISTENTE DE JUIZ – FC5, atendido o respectivo perfil de competências (Anexo III).
- 1.5 Servidores em estágio probatório poderão participar do processo seletivo.
- 1.6 Servidores lotados nos Gabinetes dos Desembargadores somente poderão participar do processo seletivo com a concordância do titular do Gabinete, conforme §1º do art. 83 do Regimento Interno do TRT da 14ª Região.

2 DOS REQUISITOS


- 2.1 São requisitos para participar do processo seletivo:
 - 2.1.1 Pertencer ao Quadro de Servidores da Justiça do Trabalho da 14ª Região;
 - 2.1.2 Ocupar o cargo de Analista Judiciário, área Judiciária (sem especialidade) ou de Técnico Judiciário, área Administrativa (sem especialidade);
 - a) Servidores ocupantes de cargo efetivo com especialidade somente poderão participar do processo seletivo com autorização expressa do Presidente do Tribunal;
 - 2.1.3 possuir diploma de conclusão de curso de nível superior em Direito;
 - 2.1.4 cumprir a Resolução nº 156 do CNJ, referente a apresentação de certidões ou declarações negativas;
- 2.2 O servidor inscrito neste processo seletivo somente será designado para ocupar a função se:
 - 2.2.1 não tenha sido removido nos últimos 12 (doze) meses, em decorrência de processo de seleção interna por competências, considerados a partir dos efeitos da publicação da portaria de remoção, salvo as seguintes hipóteses:
 - a) quando o servidor tiver sido dispensado da função comissionada antes de decorrido o referido prazo;
 - b) na superveniência de processo seletivo para cargo de hierarquia superior;
 - 2.2.2 já tenha transcorrido o tempo mínimo de 1 (um) ano de permanência na localidade, se lotado em virtude de nomeação para cargo efetivo.

3 DAS INSCRIÇÕES

Código para aferir autenticidade deste caderno: 92319

Imprensa Nacional - recibo de recebimento de ofício

<https://incom.in.gov.br/recibo.do?idof=3808532>

<p>Presidência da República Imprensa Nacional</p> <p>Envio Eletrônico de Matérias Comprovante de Recebimento</p>  <p>A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:</p> <p>Data de envio: 28/01/2016 16:15:42 Origem: Diretoria-Geral Operador: Waglan dos Santos Lima de Oliveira Ofício: 3808532 Data prevista de publicação: 29/01/2016 Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1 Forma de pagamento: Isento</p> <p>As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.</p>	<p>Imprimir Recibo</p> <p>Página Principal</p>
---	--

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
8738979	Relatório de Gestão Fiscal-Demonst_Desp_com Pessoal - 1.rtf	b1d24690845e1f1458555a718c80fa84	32,00	
	Total da matéria		32,00	R\$ 971,84
8738980	DEM. RESTOS A PAGAR -Janeiro a Dez- 2015-a.rtf	aced50f26e2c6f6e4250e1f2e7a20869	22,00	
	Total da matéria		22,00	R\$ 668,14
8738981	DEMONSTRAT. SIMPL. RGF.rtf	64dd6287e27eedf3e0bc7b9b55a8cd02	15,00	
	Total da matéria		15,00	R\$ 455,55
TOTAL DO OFICIO			69,00	R\$ 2.095,53



278

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 20, sexta-feira, 29 de janeiro de 2016

R\$ 1,00

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida			674.522.742.000,00
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		278.373.138,81	0,04127
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <= >		455.828.978,59	0,067578
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <= >		433.037.529,66	0,064199
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas			
Operações de Crédito por Antecipação da Receita			
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas			
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita			
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		11.322.822,87	12.521.914,29

Des. UBIRATAN MOREIRA DELGADO
Presidente do Tribunal

ARYOSWALDO JOSÉ BRITO ESÍNOLA
Diretor-Geral

CAIO GERALDO BARROS PESSOA DE SOUZA
Diretor do Secretariado de Controle Interno

LEONARDO GUEDES PEREIRA
Diretor da Secretaria de Planejamento e Finanças

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

PORTARIA Nº 110, DE 27 DE JANEIRO DE 2016 (*)

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4-5-2000, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal - 3º quadrimestre de 2015, correspondente ao período de janeiro a dezembro de 2015.

Des. ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR
Em exercício

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015			
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ 1,00 DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Insc. em Restos a Pagar não processados (b)	Total (c)=(a)+(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)			
Pessoal Ativo	248.609.163,96	430.018,38	249.039.182,34
Pessoal Inativo e Pensionistas	201.706.497,28	45.896,72	201.752.394,00
Outras despesas do pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 19 da LRF)	46.902.666,68	394.121,66	47.296.788,34
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	40.288.319,45	429.678,90	40.717.998,35
Despesas de Despesa Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exatidão Antecipada	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	391.319,45	329.678,90	820.998,35
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	19.897.000,00	0,00	19.897.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	208.320.844,51	332,48	208.321.183,99
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)	0,038884%	0,000000%	0,038884%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III art. 20 da LRF) - <= >	0,057479%		352.704.936,87
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <= >	0,034603%		368.321.480,53
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 22 da LRF) - <= >	0,021711%		348.938.034,19

FONTE: SIAFI GERENCIAL/TRT14 - SEÇÃO CONTABILIDADE ANALÍTICA - 26/01/2016 às 18:00

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas serão agregadas em:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/acesso/2016/jan/00012016012900272>

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Nº 20, sexta-feira, 29 de janeiro de 2016

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

279



a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64;

2) Houve despesas com Sentenças Judiciais de Pequeno Valor executadas por descentralização: despesa liquidada R\$ 2.984.531,12 e inscrita em Restos a Pagar Não Processados R\$ 0,00. Houve despesas liquidadas de Precatórios da administração Ind. no valor de R\$ 214.759,00 e inscritas em Restos a Pagar Não Processados de R\$ 0,00. Houve despesas liquidadas de Precatórios da administração Direta no valor de R\$ 3.895.417,14 e inscritas em Restos a Pagar Não Processados de R\$ 0,00.

Des. ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR
Presidente do Tribunal/Em exercícioRAIMUNDO JOSÉ ZACARIAS DA COSTA
Diretor-Geral das SecretariasWHANDER JEFFSON DA SILVA COSTA
Diretor de Serviço de Controle Interno e AuditoriaRAIMUNDA TAMAR SOUZA DA ROCHA
Secretária de Orçamento e Finanças

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL							
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015							
RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "c") R\$ 1,00	IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				Disponibilidade de Caixa Líquida (Antes da inserção em restos a pagar dos processos) (f) = (a) - (b) - (c) - (d) - (e)
			Restos a pagar liquidados e não pagos		Restos a pagar empenhados e não liquidados de exercícios anteriores (d)	Demais Obrigações financeiras (e)	
			De exercícios anteriores (b)	Do exercício (c)			
	PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL-SERVIDOR 56	18.922,58	0,00	0,00	0,00	0,00	18.922,58
	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA PSS-SERVIDOR 69	981.850,77	0,00	0,00	0,00	0,00	981.850,77
	TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	1.000.773,35	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.773,35
	RECURSOS ORDINÁRIOS 00	8.591.282,93	167.087,49	47.291,26	468.571,43	14.953,00	7.897.979,75
	CUSTAS E EMOLUMENTOS DO PODER JUDICIÁRIO 27	144.926,32	0,00	0,00	0,00	0,00	144.926,32
	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS 50	2.883.505,36	0,00	6.219,40	0,00	0,00	2.877.285,96
	RECURSOS DE CONVÊNIOS 81	6.886.523,38	10.087,22	71.212,37	1.444.699,64	0,00	5.360.523,35
	TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (III)	18.509.938,19	177.174,71	124.723,23	1.913.572,07	14.953,00	16.273.087,18
	TOTAL (II)+(III)	19.507.711,54	177.174,71	124.723,23	1.913.572,07	14.953,00	17.777.788,53
	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES						5.496.691,44
							0,00

FONTE: SIAFI GERENCIAL/TRT14* SOf/SEÇÃO CONTABILIDADE ANALÍTICA 26-01-2016 às 14:30

Nota: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

Nota: Recursos a Receber para RP (valores líquido, incluídos em Disponibilidade Bruta) R\$ 3.429,90

Des. ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR
Presidente do Tribunal/Em exercícioRAIMUNDO JOSÉ ZACARIAS DA COSTA
Diretor-Geral das SecretariasWHANDER JEFFSON DA SILVA COSTA
Diretor de Serviço de Controle Interno e AuditoriaRAIMUNDA TAMAR SOUZA DA ROCHA
Secretária de Orçamento e Finanças

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015			
RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "c") R\$ 1,00	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR	VALOR
Receita Corrente Líquida			678.432.745.609,00
	DESPESA COM PESSOAL		
Despesa Total com Pessoal - DTP		208.231.119,00	0,00
Despesa Mensal com Pessoal (DTP) - 12 de 12		187.250.926,87	0,00
Despesa Mensal com Pessoal (DTP) - 12 de 12		187.250.926,87	0,00
	DESPESA COM PREVIDÊNCIA		
Despesa com Previdência Social - DTP		14.953,00	0,00
Despesa com Previdência Social (DTP) - 12 de 12		14.953,00	0,00
Despesa com Previdência Social (DTP) - 12 de 12		14.953,00	0,00
	DESPESA COM OUTROS		
Despesa com Outros - DTP		0,00	0,00
Despesa com Outros (DTP) - 12 de 12		0,00	0,00
Despesa com Outros (DTP) - 12 de 12		0,00	0,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/cidade/hav>, pelo código 00012016012900279

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



280

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 20, sexta-feira, 29 de janeiro de 2016

OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR		
Operações de Crédito Interiores e Exteriores				% SOBRE A RCT
Operações de Crédito por meio da Receita				
Fundo Fiduciário sobre Seguro Federal para Operações de Crédito Financeiras e Interiores				
Fundo Fiduciário sobre Seguro Federal para Operações de Crédito por meio da Receita				
RESTOS A PAGAR				
Despesas				
		PAGAMENTO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO		DISP. C/C LIQ. ANTES DA INSC. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC. DO EXERCÍC.
			3.946.091,44	17.277.238,11

FONTE Tasso - TKT 14º Registo-21/1/2016 - 14h41 e 14h42 e 25/1/2016 - 12h55

Des. ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR
Presidente do Tribunal Em exercício

RAIMUNDO JOSÉ ZACARIAS DA COSTA
Diretor-Geral das Secretarias

WHANDER JEFFSON DA SILVA COSTA
Diretor de Serviço de Controle Interno e Auditoria

RAIMUNDA TAMAR SOUZA DA ROCHA
Secretária de Orçamento e Finanças

(*) Republicada por ter saldo no DOU nº 19, de 28-1-2016, Seção 1, pág. 116, com incorreção no original

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

PORTARIA N° 88, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

O Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve determinar a publicação no Diário Oficial da União e no Diário da Justiça do Maranhão do Anexo I - Demonstrativo de Despesa Com Pessoal, do Anexo V - Demonstrativo de Disponibilidade de Pessoal e do Anexo VI - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal de que tratam os artigos 48 e 55, inciso I, alínea "a" e inciso III, alíneas "a" e "b", da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, partes integrantes do Relatório de Gestão Fiscal relativo ao período de janeiro de 2015 a dezembro de 2015, na forma dos quadros anexos.

JAMES MAGNO ARAÚJO FARIAS

ANEXO

UNião - Poder Judiciário
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região
Pelo Ativo de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Despesa com Pessoal
Orcamento Fiscal e da Seguridade Social
Anexo 09 - 2017

R\$ 1,00			
Despesa com Pessoal		Despesa com Pessoal (Pessoa 12 meses)	
Despesa Bruta com Pessoal (1)			
Pessoal Ativo	(a)		
Pessoal Inativo e Pensionista			
Outras despesas de pessoal decorrentes de exercício de concessão (11º do art. 32 da LRF)			
Despesas não computadas (11º do art. 19 da LRF) (II)			
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			
Despesas de Demissão Antecipada			
Despesas de Exoneração Antecipada			
Inativos e Pensionistas com Rendimentos Variáveis			
Despesa Líquida com Pessoal (III = (I - II))			
Recúta corrente líquida - RCL (IV)			
Despesa Total com Pessoal - DTP (V = RCL (IV) + III)			
Fonte: SIAFI - SOF/RT16 - 22/12/2016 - 11:15			

FONTE: SIAFI - SOF/TRT16 - 22/JAN/2016 - 11h e 45min

RECEITA SIMPLIFICADA - 22/JAN/2016 - 11h e 45min

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas empenhadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas empenhadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Nota 2: As despesas com auxílio natalidade e auxílio funeral, no montante de R\$ 32.405,90, não foram computadas no Relatório, em conformidade com o Acórdão 294/2012 - TCU - Plenário.

Nota 3: As despesas decorrentes de decisões judiciais (Precatórios e Requisições de Pequeno Valor) não foram registradas no relatório, em cumprimento ao Acórdão 2097/2011 - TCU - Plenário, e totalizaram R\$ 29.446.538,41.

Des. JAMES MAGNO ARAÚJO FARIAS
Presidente do Tribunal

ADRIANA ALBUQUERQUE DE BRITO
Diretora-Geral

FLÁVIA REGINA RÉGO CORDEIRO
Secretária de Orçamento e Finanças

MARIA HELENA PINHEIRO BELO
Coordenadora de Controle Interno

LAENA TICIANE SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Contabilidade Analítica

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/assessoria.html>, pelo código 00012016012900280

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/03/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Recebi
Em 3/2/16
[Signature]
Marcos Aurelio Pereira
Matr. 226443



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO
Avenida Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, s/n
Centro Administrativo Governador Augusto Franco – Capucho
49081-015 – Aracaju-SE
(79)2105-8640 – dg@trt20.jus.br – www.trt20.jus.br

04 FEV 2016

00100-013863/2016-94

Aracaju, 29 de janeiro de 2016.

OFÍCIO DG.PR N.º 013/2016

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15º Andar. Brasília-DF
CEP: 70.165-900

Assunto: Cópia da publicação do Relatório de Gestão Fiscal

Senhor Presidente,

Em atendimento ao disposto no art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) c/c art 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), encaminho a V. Exª. cópia da publicação do **RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**, relativo ao 3º *quadrimestre do exercício 2015*, publicado no Diário Oficial da União nº 17 - Seção 1, edição de 26/1/2016, páginas 51/52.

Por oportuno, informo a V. Exª. que o presente relatório foi disponibilizado no site www.trt20.jus.br, no item “Contas Públicas”.

Respeitosamente,

(assinado digitalmente)
CARLOS DE MENEZES FARO FILHO
Desembargador Vice-Presidente,
no exercício da Presidência

/OFPR_CN_RGF_3Q2015.odt

Nº 17, terça-feira, 26 de janeiro de 2016

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

51



UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO /2015

LRF, art. 48 - Anexo 6 Em R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		674.522.742,000,000	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		473.456.793,57	0,070343%
Limite Máximo (artigos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,01364615%		920.460.478,96	0,1364615%
Limite Prudencial (artigo único, art. 22 da LRF) - 0,01299336%		873.317.455,01	0,1299336%
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		11.750.333,30	16.719.100,41

FONTE: Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar e Condicionador de Contabilidade/SOF/TRT 6ª REGIÃO - 21/01/2016, 11h e 41m

GISANE BARBOSA DE ARAÚJO
Presidente do Tribunal

WLADEMIR DE SOUZA ROLIM
Diretor-Geral

FLÁVIO ROMERO MENDES DE OLIVEIRA
Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

ENOQUE DE SOUZA E SILVA SOBRINHO
Diretor da Secretaria de Auditoria e Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

ATO Nº 12, DE 25 DE JANEIRO DE 2016

O DESEMBARGADOR VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve

Determinar a publicação, no Diário Oficial da União, do Relatório de Gestão Fiscal de que tratam os artigos 48 e 54 e/c 55, I, "a", e III, "a" e "b", da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na forma do anexo único a este Ato.

CARLOS DE MENEZES FARO FILHO

ANEXO ÚNICO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

DESPESA COM PESSOAL		Despesa Executada (Últimos 12 meses)		Total
		Liquidada (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	(a) + (b) (c)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		127.252.700,88	1.346.782,34	128.622.483,22
Pessoal Ativo		111.444.099,92	1.363.569,30	112.808.269,22
Pessoal Inativo e Pensionistas		15.808.600,96	6.213,04	15.814.214,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, §1º da LRF)		12.503.390,11	1.306.190,27	14.809.580,38
DESPESAS NÃO CUMPRIDAS (art. 19 da LRF) (II)				
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		12.429,11	1.306.190,27	1.318.619,38
Despesas de Exercícios Anteriores		13.390.961,00		13.390.961,00
Inativos e Pensionistas com Reservas Vinculadas		113.749.310,77	63.592,02	113.813.902,84
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)				
ADAPTAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		0,018864%	0,000000%	674.522.742,000,000
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III) x (IV) - LIM		0,018864%		0,018864%
LIMITE MÁXIMO (artigos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,01364615%		0,01364615%		186.458.906,00
LIMITE PRUDENCIAL (artigo único, art. 22 da LRF) - 0,01299336%		0,01299336%		176.645.164,72
LIMITE DE ALERTA (artigo II do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,02%		0,02%		

FONTE: SIAFI - TESOURO GERENCIAL - SOF TRT da 20ª região - 20 a 21/janeiro/2016-10:41.

Notas:

- 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
 - a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 - b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64;
 - c) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de créditos (destaque: despesa liquidada R\$ 80.573,53;
 - d) Despesas com Precatórios de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque: despesa liquidada R\$ 711.821,36;
 - e) Despesas com Precatórios da Administração Indireta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque: despesa liquidada R\$ 11.716.861,51;
- 2) No campo "Pessoal Ativo" está incluída a importância de R\$ 17.181.830,22 relativa a CPSSS patronal.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/acuenciadade.html>, pelo código 00012016012600051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



52

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 17, terça-feira, 26 de janeiro de 2016

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2015 A DEZEMBRO DE 2015

RGE - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")										RS 14
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a-b+c+d-e)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)		
		Restos a pagar liquidados e não pagos		Restos a pagar empenhados e não liquidados de exercícios (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De exercícios anteriores (b)	Do exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS VINCIADOS (I)										
Despesa Total com Pessoal - DTP	2.401,27									
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCIADOS (II)	2.401,27					2.401,27				
III Recursos Ordinários	2.716.831,43	222,60	3.300,30	21.067,66	2.691.740,67	2.336.468,48				
III.1 Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	553.177,21				553.177,21	107.986,56				
III.2 Recursos de Financiamentos	17.338.251,20		19.645,98		17.309.105,26	4.381.567,87				
III.3 Remuneração dos Planos do Tesouro Nacional	247.065,00				247.065,00	247.065,00				
III.4 Recursos Diversos	3.270,95				3.270,95	0,00				
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCIADOS (II)	20.846.706,83	222,60	22.946,28	21.067,66	3.270,95	6.968.052,96				
TOTAL (III) - (I) - (II)	20.846.608,10	222,60	22.946,28	21.067,66	3.270,95	6.968.052,96				
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES (I)	2.401,27					2.401,27				

FONTE: SIAFI - TESOUREIRO GERENCIAL - SOF TRT DA 20ª REGIÃO, 20/21/janeiro/2016 - 10:41

Nota:

1. A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.
2. Valor Líquido de Recursos a Receber para pagamento de Restos a Pagar Registrados na Conta Contábil 82224.01.01 - R\$ 242.065,00

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

LRF, art. 48 - Anexo VI

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE		RS 1.000
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL	
Despesa Total com Pessoal - DTP			
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,026839%	113.812.902,84		0,016837%
Limite Prudencial (2 único, art. 22 da LRF) 0,025497%	196.272.627,47		0,024088%
Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) 0,024155%	186.458.996,09		0,022649%
RESTOS A PAGAR	176.645.364,22		0,026839%
Valor Anulado nos Demonstrativos respectivos	6.968.087,86		20.788.600,61
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO			
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)			

FONTE: SIAFI - TESOUREIRO GERENCIAL - SOF TRT DA 20ª REGIÃO - 20 a 21/janeiro/2016 - 10:41.

Aracaju, 25 de janeiro de 2016

Des. CARLOS DE MENEZES FARO FILHO

Presidente do Tribunal em Exercício

FADEU MATOS HENRIQUES NASCIMENTO

Ordenador de Despesa por Delegação

MARCUS VINICIUS REIS DE ALCANTARA

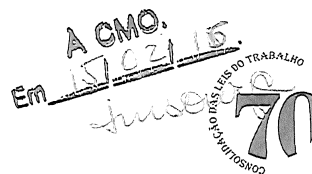
Secretário de Controle Interno

GIVALDO COSTA NASCIMENTO

Secretário de Orçamento, Finanças e Pagamento de Pessoal

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012016012600052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª. REGIÃO

Missão: Promover justiça com eficiência e celeridade, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.

OFÍCIO TRT21– GP Nº 033 /2016

00100.014716/2016-31
Natal/RN, 26 de janeiro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor

Senador Presidente JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS

Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15º Andar. Brasília-DF.

70.165.900 - Brasília - DF

05 FEV 2016

Referência: Relatório de Gestão Fiscal (RGF) – 3º Quadrimestre 2015

Senhor Senador Presidente,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, encaminho, em atenção ao disposto no art. 59 da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), c/c art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), cópia do Relatório de Gestão Fiscal relativo ao período de janeiro a dezembro de 2015, elaborado por este Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região.

Informo, ainda, que a Administração deste Regional providenciará a publicação do mencionado Relatório, na forma prevista no § 2º do art. 55 da LRF, inclusive por meio eletrônico (site www.trt21.jus.br).

Respeitosamente,


JOSEANE DANTAS DOS SANTOS
Desembargadora Presidente

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1 = SIM 2 = NÃO)

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	196.401.743,45	613.441,76	197.015.185,21
Pessoal Ativo	167.825.062,70	23.086,76	167.848.149,46
Pessoal Inativo e Pensionistas	28.576.680,75	590.355,00	29.167.035,75
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	22.315.176,94	8.139,00	22.323.315,94
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	321.070,94	8.139,00	329.209,94
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	21.994.106,00	0,00	21.994.106,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	174.086.566,51	605.302,76	174.691.869,27

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	674.522.742.000,00		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,025809%	0,000090%	0,025899%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,041892%		282.571.067,08
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,039797%		268.442.513,72
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,037703%		254.313.960,37

FONTE: Tesouro Gerencial - SECA/COF/TRT21 - 25/jan/2016 - 08h e 02m.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 - b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.
- 2) Despesas Liquidadas com Precatórios, executadas por meio de descentralização externa de créditos (destaque): R\$ 6.733.826,68
- 3) Despesas Liquidadas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização externa de créditos (destaque): R\$ 1.130.852,55
- 4) Do total das Despesas com Pessoal Ativo, R\$ 26.747.346,08 referem-se a Contribuição Patronal.

JOSEANE DANTAS DO SANTOS
Desembargadora Presidente

MARCIO DE MEDEIROS DANTAS
Ordenador de Despesa

CAIO LIMA DE AZEVEDO
Secretário de Controle Interno

ENOCK DE PAIVA CAVALCANTE
Coordenador de Orçamento e Finanças

DELMA CABRAL RODRIGUES PINTO VARELLA
Gestora Financeira Substituta

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

LRF, art. 48 - Anexo VI


R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida		R\$ 674.522.742.000,00	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		174.691.869,27	0,025899
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>		282.571.067,08	0,041892
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>		268.442.513,72	0,039797
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas			
Operações de Crédito por Antecipação da Receita			
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas			
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita			
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		5.293.925,60	7.982.553,82

FONTE: SIAFI 2015 - SECA/COF/TRT21 - 25/01/2016 - 10h51min


 Joseane Dantas dos Santos
 Desembargadora Presidente


 Márcio de Medeiros Dantas
 Ordenador de Despesa


 Caio Lima de Azevedo
 Secretário de Controle Interno


 Enock de Paiva Cavalcante
 Coordenador de Orçamento e Finanças


 Delma Cabral Rodrigues Pinto Varella
 Gestora Financeira Substituta

A CMO.
Em 15/2/2016.

Jusouza

00100. 012009/2016 - 19



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRESIDÊNCIA

Ofício nº. 53/2016-GP

Natal, 29 de janeiro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Congresso Nacional
Brasília/DF

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência cópia do Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao terceiro quadrimestre de 2015, publicado em 28 de janeiro de 2016 no Diário Oficial da União, à Seção 1, fls. 108/109, nos termos da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000.

Por oportuno, informo que o aludido Relatório encontra-se disponibilizado na página eletrônica deste Tribunal, cujo endereço é www.tre-rn.jus.br, bem como foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico – DJE na data 28 de janeiro de 2016.

Atenciosamente,


Desembargadora Maria Zeneide Bezerra
Presidente



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA N.º 22/2016-GP

Dispõe sobre o Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2015.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE, nos termos do inciso III e do parágrafo único do artigo 54, combinado com o § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº. 101/2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a dezembro de 2015, constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Natal, 25 de janeiro de 2016.

Desembargadora MARIA ZENEIDE BEZERRA
Presidente do TREN/RN

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	93.491.546,02	
Pessoal Ativo	74.318.488,19	1.614.711,30
Pessoal Inativo e Pensionistas	19.173.057,83	1.614.711,30
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	18.076.485,65	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	37.920,56
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	229.277,67	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	17.847.207,98	37.920,56
		-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	75.415.060,37	1.576.790,74

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	674.522.742.000,00	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (V) = (III + III.b)	76.991.851,11	0,011414
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	165.251.326,56	0,024499
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	156.988.422,97	0,023274
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	148.725.519,38	0,022049

FONTE: Sistema: SIAFI, Unidade Responsável: COF, Data da emissão: 21/01/2016 às 16h00m

¹Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas: 1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 20, de 18/1/2016.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alíneas "a" e "b")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR – EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,10	-	-	-	-	0,10	-	
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-	-	-	-	-	
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	0,10	-	-	-	-	0,10	-	
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	31.436.842,33	32.510,96	197.839,14	16.729.465,16	16.386,04	14.460.641,03	14.469.576,99	
0100 - Recursos Ordinários	30.596.438,83	32.510,96	98.456,97	16.713.126,65	-	13.752.344,25	13.761.280,21	ck
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	16.338,51	-	-	16.338,51	-	-	-	
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-	-	-	-	-	
0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	473.189,36	-	98.882,17	-	-	374.307,19	374.307,19	
0190 - Recursos Diversos	16.386,04	-	-	-	16.386,04	-	-	

0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	334.489,59	-	500,00	-	-	333.989,59	333.989,59	-
0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
0350 - Recursos Não-fim. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹	0,10	-	-	-	-	6,10	-	-

FONTE: SISTEMA : SIAFI, Unidade Responsável : COF, 21/01/2016
às 16h00m
Valores referentes à Portaria STN nº 20, de 18/01/2016

¹A Disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Notas:

1. Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizado no montante de R\$ 30.392.053,27.
2. A diferença entre a Disponibilidade de Caixa e a inscrição em restos a pagar não processados no valor de R\$ 8.935,96, fonte 100, refere-se a contas do grupo 113 que permaneceram com o ISF financeiro, após alteração de rotina contábil utilizada na apropriação de créditos a receber por cessão de pessoal. O ISF desse grupo de contas foi alterado pela CCONT/SIN de financeiro para permanente no SIAFI Web a partir de novembro de 2015. Os saldos serão baixados assim que ocorrer o ressarcimento pelo órgão cessionário ao Tribunal Regional.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

LRF, art. 48 - Anexo 6

RS 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	674.522.742.000,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	76.991.851,11	0,011414
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	165.251.326,56	0,024499
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	156.988.422,97	0,023274

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	14.469.576,99	14.460.641,13

FONTE: SIAFI Unidade Responsável : COF, em 21/01/2016 às 16h00m

DESEMBARGADORA MARIA ZENEIDE BEZERRA
Presidente do TREN

HANYA FERREIRA REGO
Coordenadora de Controle Interno e Auditoria

ANA ESMERA PIMENTEL DA FONSECA
Diretora-Geral

HERMANN PRUDENTE DORIA
Secretário de Administração e Orçamento em Substituição

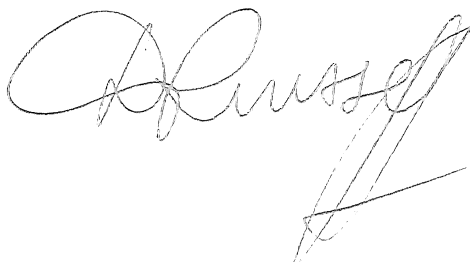
A CHO.
Em 15/2/2016
Inácio

Mensagem nº 31

Senhores Membros do Congresso Nacional,

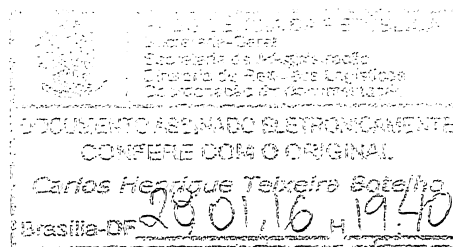
Nos termos do art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a dezembro do exercício de 2015.

Brasília, 28 de janeiro de 2016.



00001.000278/2016-42

EMI nº 00007/2016 MF CGU



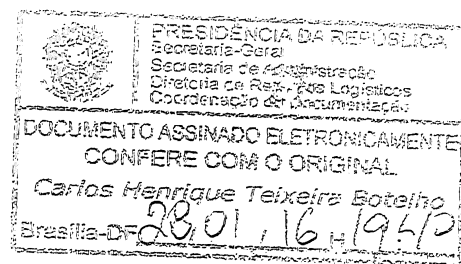
Brasília, 28 de Janeiro de 2016

Assinatura manuscrita de Carlos Henrique Teixeira Sotello, feita com uma caneta escura, apresentando traços fluidos e uma inicial "CS" bem marcada.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

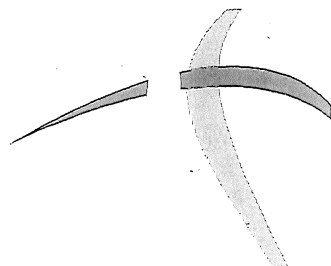
1. A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, exige, em seu art. 54, a emissão, ao final de cada quadrimestre, pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20, do Relatório de Gestão Fiscal assinado pelo respectivo Chefe e pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras autoridades que vierem a ser definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão.
2. O Relatório de Gestão Fiscal, consoante determina a supracitada lei, deve conter informações relativas à despesa total com pessoal, dívida consolidada, concessão de garantias e operações de crédito, devendo, no último quadrimestre de cada exercício, ser acrescido de demonstrativos referentes ao montante das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro e às inscrições em restos a pagar.
3. Os demonstrativos que compõem o mencionado documento são consolidados, no âmbito do Ministério da Fazenda, pela Secretaria do Tesouro Nacional e avaliados, quanto à consistência dos dados neles contidos, pela Secretaria Federal de Controle Interno, órgão integrante da Controladoria-Geral da União.
4. Determina a mesma Lei que o Relatório de que se trata deverá ser publicado e disponibilizado ao acesso público até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, prazo esse que, para o terceiro quadrimestre de 2015, se encerra em 30 de janeiro do corrente.
5. Assim, e com o objetivo de dar fiel cumprimento àquela determinação legal, cuja finalidade precípua consiste na preservação do princípio constitucional da publicidade, submetemos a Vossa Excelência o incluso Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal, referente ao período de janeiro a dezembro do exercício de 2015.
6. Além disso, o Anexo 4, relativo a Operações de Crédito, dos 1º e 2º quadrimestres, serão republicados por motivo de mudança de metodologia no cálculo das Operações Deduzidas do Limite, bem como a parte afetada do Anexo 6, Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal, substituindo os que foram publicados nos Diários Oficiais da União de 29 de maio de 2015, por meio da Exposição de Motivos Interministerial nº 69, e de 30 de setembro de 2015, por meio da Exposição de Motivos Interministerial nº 132.
7. O referido Relatório deverá ser objeto de encaminhamento ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União, em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000.

Respeitosamente,



A large, stylized handwritten signature in black ink, which appears to be 'C. H. Botelho'.

Assinado eletronicamente por: Nelson Henrique Barbosa Filho, Carlos Higino Ribeiro de Alencar



TESOURO NACIONAL

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DO PODER EXECUTIVO FEDERAL**

3º QUADRIMESTRE DE 2015

Brasília
Dezembro 2015

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RCF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	DESPESA COM PESSOAL	R\$ milhares	
		DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
		LIQUIDADAS (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		207.530.558	732.493
Pessoal Ativo		113.893.042	539.691
Pessoal Inativo e Pensionistas		93.302.254	159.388
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		335.262	33.414
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		30.601.855	236.064
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		330.624	346
Decorrentes de Decisão Judicial		6.236.027	221.135
Despesas de Exercícios Anteriores		497.099	7.284
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		23.538.106	7.300
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)		176.928.703	496.429
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III + III b)		177.425.132	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 37,9%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 36,01%

Fonte: SIAFI-STN/CONT/GENF

O limite máximo do Poder Executivo é de 40,9%, destacando-se 3% para as despesas com pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, do ex-Território de Roraima, do ex-Território do Amapá e do Distrito Federal. A repartição do limite destacado está prevista no Decreto nº 3.917/2001. O Demonstrativo da despesa com pessoal do Ministério Público e da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios é divulgado pelos respectivos órgãos.

Notas:

- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
 - Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;
 - Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei nº 4.320/64;
- A partir de 2008 o elemento de despesa 94 - Indenizações Trabalhistas foi incluído na metodologia de cálculo de Pessoal Inativo e Pensionistas com Recursos Vinculados
- A partir de 2008 o 2º Quadrimestre de 2008, a fonte de recursos 23 - Contribuição para o Custeio de Pensões Militares foi incluída na metodologia de cálculo de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados de modo que as despesas custeadas por essa fonte de recursos também passaram a ser excluídas do cálculo do limite das despesas de pessoal, conforme Nota Técnica nº 61/GSCON/SPC/CGUP/R, de 29 de agosto de 2008
- Os valores totais apresentados neste demonstrativo podem eventualmente divergir do relatório das partes em função de arredondamentos
- Os valores apresentados incluem as despesas da Defensoria Pública da União, órgão autônomo para o qual não foi ainda estabelecido Limite de Despesa com Pessoal.

OTÁVIO LADEIRA DE MEDEIROS
Secretário do Tesouro Nacional

FRANCISCO EDUARDO DE HOLANDA BESSA
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
DESPESAS DA UNIÃO COMO AMAPÁ
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF - Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a"); R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		
Pessoal Ativo	448.406	0
Pessoal Inativo e Pensionistas	0	0
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	448.406	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0	0
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	128.492	0
Decorrentes de Decisão Judicial	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores	1.774	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	222	0
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	319.914	0
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III + III b)	319.914	0
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	674.522.742	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100	0,047%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,273% (Decreto nº 3.917/2001) ¹	1.841.447	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,259%	1.747.014	

FONTE: SIAFI-STN/C/CONT/GEINF

¹ O Decreto nº 6.334, de 28 de dezembro de 2007, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.

Notas:


a) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:


- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;

- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei nº 4.320/64.

b) A partir do 2º Quadrimestre de 2008, a fonte de recursos 23 - "Contribuição para o Custeio de Pensões Militares" foi incluída na metodologia de cálculo de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados, de modo que as despesas custeadas por essa fonte de recursos também passaram a ser excluídas do cálculo do limite das despesas de pessoal, conforme Nota Técnica nº 661/GS/CON/SP/C/GU/P.R., de 29 de agosto de 2008.

c) Os valores totais apresentados neste demonstrativo divergem do somatório das partes em função de arredondamento.


OTÁVIO LADEIRA DE MEDEIROS
Secretário do Tesouro Nacional


FRANCISCO EDUARDO DE HOLANDA BESSA
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
DESPESAS DA UNIÃO COM RORAIMA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	281.898	0
Pessoal Ativo	0	0
Pessoal Inativo e Pensionistas	281.898	0
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	94.308	0
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	1.684	0
Despesas de Exercícios Anteriores	16	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	92.608	0
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	187.590	0
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	187.590	0
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	674.522.742	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100	0,028%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,160% (Decreto nº 3.917/2001)¹	1.079.236	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,152%	1.025.275	

¹ O Decreto nº 6.334, de 28 de dezembro de 2007, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 11 de setembro de 2001.

Notas:
a) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64.

- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei nº 4.320/64.

b) A partir do 2º Quadrimestre de 2008, a fonte de recursos 23 - "Contribuição para o Custeio de Pensões Militares", foi incluída na metodologia de cálculo de bativos e Pensionistas com Recursos Vinculados, de modo que as despesas custeadas por essa fonte de recursos também passaram a ser excluídas do cálculo do limite das despesas de pessoal, conforme Nota Técnica nº 6/HGSCON/SPC/CGU/PR, de 29 de agosto de 2008.

c) Os valores totais apresentados neste demonstrativo podem eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

OTÁVIO LADEIRA DE MEDEIROS

Secretário do Tesouro Nacional

FRANCISCO EDUARDO DE HOLANDA BESSA

Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
DESPESAS DA UNIÃO COM O DISTRITO FEDERAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		R\$ milhares
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		11.220.301	3.102	
Pessoal Ativo*		7.766.325	2.354	
Pessoal Inativo e Pensionistas*		3.453.976	748	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		0	0	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		347.233	590	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária*		153.761	54	
Decorrentes de Decisão Judicial		902	0	
Despesas de Exercícios Anteriores*		192.571	536	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		0	0	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)		10.873.068	2.512	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III + III b)		10.873.068	2.512	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		674.522.742
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100		1,612%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 2,200% (Decreto nº 3.917/2001)		14.839.500
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 2,090%		14.097.525

FONTE: SIAPF-STN/CONT/GERNF e GDP/Secretaria do Tesouro/Coordenação de Gestão do Fundo Constitucional do Distrito Federal

*Em razão de alterações nas classificações orçamentárias de algumas despesas do Fundo Constitucional do Distrito Federal no exercício de 2015, as despesas referentes à ação "03 D - Assistência Financeira para a realização de Serviços Públicos do Distrito Federal" da unidade orçamentária "73001-Fundo Constitucional do Distrito Federal" foram classificadas no Orçamento da União no grupo de despesa "3 - Outras Despesas Correntes", para execução mediante transferência ao Distrito Federal. No entanto, as parcelas desses recursos que foram efetivamente aplicadas pelo Distrito Federal em despesas com pessoal devem ser computadas no âmbito da União, no limite específico estabelecido pela Lei Complementar nº 81 de 2000, no art. 20, I, "c", conforme entendimento da Nota Técnica nº 669/2015/DECON/DE/SPC/C/GI/PP R. Assim, a partir de informações encaminhadas pela Coordenação de Gestão do Fundo Constitucional do Distrito Federal da Subsecretaria do Tesouro do Governo do Distrito Federal, foram incluídos R\$ 4.590.802,15 mil na linha "Pessoal Ativo", e R\$ 1339.997,73 mil na linha "Pessoal Inativo e Pensionistas" viam incluídos os valores de R\$ 23.247,40 mil na linha "Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária" e de R\$ 143.09 mil na forma descrita acima. Do mesmo modo, as "Despesas Não Computadas" viam incluídos os valores de R\$ 23.247,40 mil na linha "Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária" e de R\$ 143.09 mil na linha "Despesas de Exercícios Anteriores". Reforçamos que, tendo em vista que como estas Secretarias não conseguiram, ainda, ter acesso ao sistema SPC/CT do Governo do Distrito Federal fonte desses dados, as informações referentes ao Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) foram incluídas neste Anexo conforme foram recebidas, depois de análise de consistência realizada conforme os meios disponíveis.

Notas:

a) Durante o exercício, somente as despesas líquidas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;

- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas aquelas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei nº 4.320/64.

b) A partir do 2º Quadrimestre de 2008, a fonte de recursos 23 - "Contribuição para o Custeio de Pensões Militares" foi incluída na metodologia de cálculo de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados, de modo que as despesas inscritas por essa fonte de recursos também passaram a ser excluídas do cálculo do limite das despesas de pessoal, conforme Nota Técnica nº 616/GS/CON/SPC/C/GI/PP R, de 29 de agosto de 2008.

c) Os valores totais apresentados neste demonstrativo podem eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

OTÁVIO LADEIRA DE MEDEIROS
Secretário do Tesouro Nacional

FRANCISCO EDUARDO DE HOLANDA BESSA
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015			R\$ milhares
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC ^(I)	3.452.539.210	3.572.419.850	3.816.859.119	4.073.909.913	
Dívida Mobiliária	3.395.698.428	3.550.465.923	3.796.551.648	4.053.082.416	
Operações de Equalização Cambial - Relacionamento TN/ BCB (MP nº 435/08)	0	0	0	0	
Dívida Contratual	43.827.822	7.908.842	5.573.198	7.257.794	
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	85.009	1.728.941	1.960.133	295.137	
Outras Dívidas	12.927.951	12.316.143	12.774.140	13.274.567	
DEDUÇÕES (II)	2.093.002.574	2.241.590.744	2.352.571.231	2.343.304.205	
Ativo Disponível	603.539.838	724.791.968	816.300.445	879.390.031	
Haveres Financeiros ²	1.527.912.113	1.561.630.448	1.580.972.232	1.509.174.008	
(-) Restos a Pagar Processados ³	-38.449.377	-44.831.673	-44.701.446	-45.259.835	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	1.359.536.636	1.330.829.106	1.464.287.888	1.730.605.708	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	641.578.197	642.507.278	656.857.643	674.522.742	
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	538,13%	556,01%	581,08%	603,97%	
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	211,91%	207,13%	222,92%	256,57%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <2% ⁴	-	-	-	-	

FONTE: SIAFI - STN/CONT/GEINF

Nota: Em atendimento aos Acórdãos nº 435/2009-TCU-1ª Câmara e 5403/2009-TCU-1ª Câmara, a partir do 1º Quadrimestre de 2010, o demonstrativo passou a ser apurado a partir dos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

¹ Limite em regulamentação. O Poder Executivo encaminhou proposta de limite de endividamento da União para regulamentação pelo Senado Federal.

* O valor evidenciado nesta linha inclui o total de Restos a Pagar inscritos como Processados que aguardam pagamento e o total de Restos a Pagar inscritos com Não-Processados que foram posteriormente liquidados e aguardam, de igual maneira, pagamento. Além disso, por representarem potenciais inscrições de Restos a Pagar em 31 de dezembro, estão somados, também, os valores das despesas liquidadas no exercício financeiro atual que não foram pagas até o 2º Quadrimestre/2015.

² Diverge do demonstrativo do terceiro quadrimestre de 2014 no valor de R\$ 234.769,04 mil, em virtude da inclusão das contas contábeis 1.1.2.5.2.02.07 e 1.1.2.5.2.03.07, para fins de comparação com o exercício de 2015, relativas às Disponibilidades do PAT.

³ A variação expressiva do item Depósitos à vista em relação ao primeiro quadrimestre de 2015 decorre de lançamento contábil que transferiu saldo da conta 1.1.3.5.1.07.00 (Depósitos Especiais) para a conta 1.1.1.1.19.03 (Demais Contas - Caixa Econômica Federal), com base na aplicação do regime de caixa único, que representa a combinação da conta única com as demais contas bancárias autorizadas em lei, conforme arts. 1º e 2º do Decreto 93.872/86.

⁴ A partir do 3º quadrimestre de 2015 foram incluídos ajustes para perdas, retificando também os quadrimestres anteriores. Por esse motivo, os valores das deduções e da Dívida Consolidada Líquida serão diferentes dos valores originalmente publicados.

OTAVIO LADIERA DE MEDEIROS
Secretário do Tesouro Nacional

FRANCISCO EDUARDO DE HOLANDA BESSA
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DETALHAMENTO DO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "B")

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR		SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
	Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	Até o 4º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	3.452.539.210	3.572.419.850	3.816.859.119	4.073.909.913
Dívida Mobiliária	3.392.698.428	3.550.465.923	3.796.551.648	4.053.082.416
Dívida Mobiliária do TN Interna (em mercado)	2.198.688.105	2.351.098.376	2.566.511.946	2.663.713.417
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-35.491.822	-38.267.288	-43.588.941	-39.395.353
Dívida Mobiliária do TN Interna (em carteira BCB)	1.118.645.268	1.119.616.016	1.140.796.412	1.286.586.670
Dívida Securitizada	10.348.097	10.000.432	9.777.146	10.596.034
Dívida Mobiliária Externa	103.508.780	108.018.387	123.055.086	131.581.648
Operações de Emissão Cambial - Relacionamento TN/BCB (NIP n.º 435/08)	0	0	0	0
Dívida Contratual	43.827.822	7.908.842	5.573.198	7.257.794
Dívida Contratual de PPP	0	0	0	0
Demais Dívidas Contratuais	43.827.822	7.908.842	5.573.198	7.257.794
Precedentes posteriores a 3.5.2000 (inclusive)	85.009	1.728.941	1.960.133	295.137
Dívida Assumida pela União (Lei n.º 8.727/93)	8.713.068	6.370.134	7.193.001	8.101.943
Passivos reconhecidos com ineficiência de créditos/recursos	4.214.883	-5.946.009	5.581.138	5.172.624
DEDUÇÕES (II)	2.093.002.574	2.241.590.744	2.352.571.231	2.343.304.205
Ativo Disponível	603.539.838	734.791.968	816.300.445	879.390.031
Depósitos do TN no BCB	602.683.161	702.033.867	801.195.774	877.757.525
Depósitos à Vista ¹	454.222	-418.522	1.749.641	1.318.464
Arrendação a Recolher	402.454	22.339.579	13.355.050	314.043
Haveres Financeiros	1.527.912.113	1.561.630.448	1.580.972.232	1.509.174.008
Aplicações Financeiras	483.942.886	503.256.345	497.290.096	490.329.716
Disponibilidades do FAT ²	202.713.866	208.788.514	213.337.999	226.994.439
Aplicações de Fundos Diversos Juntos ao Setor Privado ³	281.227.020	294.467.831	283.952.097	263.335.276
Recursos da Reserva Monetária	0	0	0	0
Renegociação de Dívidas de Entes da Federação	529.370.529	534.486.211	546.656.102	486.042.695
Dívida Renegociada Estados e Municípios (Lei n.º 9.496/97 e NIP n.º 2.185/01)	497.454.157	502.677.708	518.484.040	549.576.852
Créditos da Lei n.º 8.727/93	12.810.185	12.492.334	12.275.082	11.981.789
Dívida Externa Renegociada (Lei n.º 30 e outros)	5.244.932	6.370.632	6.614.104	6.305.924
Demais Dívidas Renegociadas	21.156.218	19.728.315	18.136.886	18.745.840
Ajustes para Perdas ⁴	-7.294.963	-6.782.778	-8.854.609	-100.367.710
Demais Ativos Financeiros	514.598.698	523.887.892	537.026.035	532.801.598
Haveres Externos (Garantias)	0	0	0	0
Outros Créditos Bancários	514.598.698	523.887.892	537.026.035	532.801.598
Restos a Pagar Processados ⁵	-38.449.377	-44.831.673	-44.701.446	-45.259.835
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I) - (II)	1.359.536.636	1.330.829.106	1.464.287.888	1.730.605.708
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	641.578.197	642.507.278	656.857.643	674.522.742
% da DCL sobre a RCL (IV/RCL)	538.13%	556.01%	581.08%	603.97%
% da DCL sobre a RCL (IV/RCL)	211.91%	207.13%	222.92%	256.57%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - RCL				
FONTE: SIAFI - SINCONT/GENF				

Nota: Em atendimento aos Acórdãos nº 435/2009-TCU-1ª Câmara e 5403/2009-TCU-1ª Câmara, a partir do 1º Quadrimestre de 2010, o demonstrativo passou a ser apurado a partir dos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

¹ Limite em regulamentação. O Poder Executivo o encaminhou proposta de limite de endossamento da União para regulamentação pelo Senado Federal.

² O valor de titulação nesta linha inclui o total de Restos a Pagar inscritos como Processados que aguardam pagamento e o total de Restos a Pagar inscritos como Não-Processados que foram posteriormente liquidados e aguardam, de igual maneira, pagamento. Além disso, por representarem potenciais inscrições de Restos a Pagar em 31 de dezembro, estão somados, também, os valores das despesas liquidadas no exercício financeiro atual que não foram pagas até o 2º Quadrimestre/2015.

³ Diverge do demonstrativo de 2015, relativo ao primeiro quadrimestre de 2015, de acordo com o lançamento contábil que transferiu saldo da conta 1.1.3.5.1.07.001 (Depósitos Especiais) para a conta 1.1.1.1.19.03 (Depósitos Contas - Caixa Econômica Federal), com base na aplicação do segue de caixa único, que representa a combinação da conta única com as demais contas bancárias autorizadas em lei, conforme arts. 1º e 2º do Decreto 93.872/86.

⁴ A partir do 3º quadrimestre de 2015 foram incluídos ajustes para perdas, refletindo também os quadrimestres anteriores. Por esse motivo os valores das despesas e da Dívida Consolidada Líquida são diferentes dos valores originalmente publicados.

OTAVIO LADREIRA DE MEDEIROS
Secretário do Tesouro Nacional

FRANCISCO EDUARDO DE HOLANDA BESSA
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF - Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR		SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		R\$ milhares
	Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	Até o 4º Quadrimestre	
EXTERNAS (I)	70.176.010	81.479.562	98.818.094	110.609.455	
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	70.176.010	81.479.562	98.818.094	110.609.455	
Organismos Multilaterais ¹	66.019.132	74.238.273	89.910.402	95.781.760	
Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	53.362.804	60.170.084	73.086.333	78.671.696	
Garantias a Empresas Estaduais Federais	12.656.227	14.068.189	16.834.068	17.110.064	
Garantias a Empresas Privadas ²	0	0	0	0	
Agências Governamentais ³	2.249.899	5.263.157	6.259.675	6.988.612	
Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	1.472.062	4.465.567	5.333.245	6.120.741	
Garantias a Empresas Estaduais Federais	774.656	794.296	923.434	865.823	
Garantias a Empresas Privadas ²	3.180	3.293	2.995	2.048	
Bancos Privados ⁴	1.906.980	1.978.133	2.648.017	7.839.083	
Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	1.562.433	1.606.498	2.227.605	7.443.025	
Garantias a Empresas Estaduais Federais	344.547	371.634	420.412	396.058	
Garantias a Empresas Privadas ²	0	0	0	0	
Outros Credores ⁵	0	0	0	0	
Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	0	0	0	0	
Garantias a Empresas Estaduais Federais	0	0	0	0	
Garantias a Empresas Privadas ²	0	0	0	0	
ANDEFA - BACEN (Acordo Internacional) ¹	0	0	0	0	
Outras Garantias nos Termos da LRF ⁶	0	0	0	0	
INTERNAS (II)	153.418.651	168.688.838	183.215.458	194.878.972	
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	89.658.136	103.411.367	109.876.685	120.622.063	
Bancos Estaduais ¹	80.878.659	94.897.461	101.615.371	112.562.049	
Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	80.878.659	94.897.461	101.615.371	112.562.049	
Garantias a Empresas Estaduais Federais	0	0	0	0	
Garantias a Empresas Privadas ²	0	0	0	0	
Eletrôbras - Garantia à Itaipu Binacional ^{1,3}	0	0	0	0	
BNDES - Garantia à Itaipu Binacional ^{1,3}	0	0	0	0	
BNDES - Banco do Brasil (Contrato n.º 508/PGFN/CAF, de 23.11.2009)	0	0	0	0	
FGTS - BNDES (Contrato n.º 433/PGFN/CAF, de 28.08.2008)	4.194.815	4.092.217	4.003.606	3.929.409	
FIRFGT-SBNDES (Contrato Sn. DE 22.12.2008)	4.584.662	4.421.690	4.257.708	4.130.605	
Outras Garantias nos Termos da LRF ⁶	63.760.315	65.277.490	73.338.773	74.236.909	
Fundo de Garantia à Exportação - FGE ⁵	33.791.192	36.460.407	43.978.993	45.324.103	
Fundo de Garantia Promoção Competitividade - FGP ⁵	11.598	11.381	11.259	9.273	
Garantia de Execução de Contrato/Devolução de Sinal ¹	2.786.477	3.154.807	3.935.150	4.240.344	
Excedente Único de Riscos Extraordinários - EURE-IRB ⁷	0	0	0	0	
Siguro de Crédito à Exportação - SGE-IRB ¹	779.324	873.403	1.068.355	1.142.135	
Prog. Fortalecimento Agrie. Familiar - PRONAF/BB ¹	142.558	142.571	132.355	124.744	
Prog. Fortalecimento Agrie. Familiar - PRONAF/BNB ¹	0	0	0	0	
Prog. Garantia Ativ. Agropecuária - PROAGRO/BACEN ¹	238.174	75.472	56.923	35.299	
Prog. de Recuperação da Lavoura Caneieira - BB ¹	443.792	604.000	779.980	669.828	
Fundo de Aval para Geração de Emprego e Rend. ¹	27.370	20.110	17.504	11.960	
Lei nº 8.036/90 - Fundo de Operações Alavancas ¹	19.527.308	18.447.253	18.391.647	18.274.233	
EMGEA - AP nº 2.155, de 22.06.2001 ¹	6.012.820	5.488.086	4.966.805	4.424.990	
CBEE - AP nº 2.209 e Decreto nº 3.209, de 29.08.2001 ¹	0	0	0	0	
TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	223.594.661	250.168.420	282.033.552	305.488.427	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	641.578.197	642.577.278	656.857.643	674.522.742	
% do TOTAL DAS GARANTIAS SOBRE A RCL (III / IV)	34,83% ⁸	38,94% ⁸	42,94% ⁸	45,29% ⁸	
LIMITE DEFINIDO PELA RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 48.2007 - 60%*	384.946.918	385.504.367	394.114.586	404.713.645	

FONTE: SIAFI - STN/CYCONT/GEINF

Continua (1/2)

Continuação

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGUARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF - Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)	CONTRAGUARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR		SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		RS milhares
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre		
GARANTIAS EXTERNAS (V)	Aval ou Fiança em Operações de Crédito	61.096.104	71.721.759	87.077.416	98.748.873	
	Organismos Multilaterais*	61.096.104	71.721.759	87.077.416	98.748.873	
	Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	57.479.070	64.996.977	78.783.852	84.508.157	
	Garantias a Empresas Estatais Federais	53.362.804	60.170.084	73.086.333	78.671.696	
	Garantias a Empresas Privadas*	4.116.266	4.826.893	5.697.519	5.836.461	
	Agências Co-gerenciais*	1.926.345	4.932.681	5.861.744	6.602.452	
	Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	1.472.062	4.465.567	5.333.245	6.120.741	
	Garantias a Empresas Estatais Federais*	451.103	463.820	525.503	479.663	
	Garantias a Empresas Privadas*	3.180	3.293	2.995	2.048	
	Bancos Privados*	1.690.689	1.792.102	2.431.820	2.638.265	
	Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	1.562.433	1.606.498	2.227.605	2.443.025	
	Garantias a Empresas Estatais Federais	128.257	185.603	204.215	195.240	
	Garantias a Empresas Privadas*	0	0	0	0	
	Outros Créditos*	0	0	0	0	
GARANTIAS INTERNAS (VI)	Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	0	0	0	0	
	Garantias a Empresas Estatais Federais	0	0	0	0	
	Garantias a Empresas Privadas*	0	0	0	0	
	Outras Garantias nos Termos da LRF*	103.817.663	117.277.583	124.883.167	135.892.431	
	Aval ou Fiança em Operações de Crédito	80.878.659	94.897.461	101.615.371	112.562.049	
	Bancos Estatais*	80.878.659	94.897.461	101.615.371	112.562.049	
	Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	0	0	0	0	
	Garantias a Empresas Estatais Federais	0	0	0	0	
	Garantias a Empresas Privadas*	0	0	0	0	
	Eletrôbras - Garantia à Ilha Binacional*	0	0	0	0	
	BNDES - Banco do Brasil (Contrato n.º 518/P/GEN/CAF, de 23.11.2009)	22.939.004	22.380.123	23.267.796	23.330.382	
	Outras Garantias nos Termos da LRF*	11.598	11.381	11.259	9.273	
	Garantia de Execução de Contrato/Devolução de Sinal*	2.786.177	3.154.807	3.935.150	4.240.344	
	Prog. Fortalecimento Agre. Familiar - PRONAF/BB*	142.538	142.571	132.255	124.744	
	Prog. Garantia Ativ. Agropecuária - PROAGRO/BACEN	443.792	604.000	779.989	669.838	
	Prog. Recuperação Lavoura Censuária-BB*	27.370	20.110	17.504	11.960	
	Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda*	19.527.208	18.417.253	18.391.647	18.274.233	
Lei n.º 8.036/00 - Recuo de Operações Ativas*	164.913.767	188.999.342	211.960.582	234.641.304	(22)	
TOTAL CONTRAGUARANTIAS (VII) = (V + VI)						
TOTAL: SIAFI - STN/CON/GEN/FIN						

Notas:

- a) A relação de contratos de garantias em operações de crédito externo, efetuada pela União no período de referência deste relatório, encontra-se detalhada na "Metadologia", (IN TCU nº 592/009, Art. 4º, II, a)
- b) Nenhuma garantia foi honrada pela União no período de referência deste relatório, e não consta processo de recuperação de honra de aval externo (IN TCU nº 592/009, Art. 4º, II, b)
- * Valores informados pelos credores - registrados e acompanhados pelo Tesouro Nacional
- * Garantia acompanhada em acordo bilateral. A formalização da garantia prevista no contrato nº 1.480, no montante de US\$ 16,1 bilhões, está condicionada à celebração de contragarantia
- * Valores informados pelos mutuários - registrados e acompanhados pelo Tesouro Nacional
- * Dados informados pelos gestores dos Fundos. Programas e Operações Especiais - registrados e acompanhados pelo Tesouro Nacional.
- * Valores informados no SIAFI pelo gestor da FGPC e do FGE.
- * Empresas privadas - Funções concedidas antes da privatização, mediante contrato oneroso de fiança.
- * Vinculação de contragarantia indelimitada, conforme disposição do Conselho Monetário Nacional - CMN.
- * A apólice na qual havia participação do Governo Federal da ordem de 8,941%, foi cancelada em 16/11/2010

OTAVIO LADIERES DE MEDEIROS

Secretário do Tesouro Nacional

FRANCISCO EDUARDO DE HOLANDA BESSA

Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RCF - Anexo-I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	VALOR		Até o Quadrimestre de Referência (a)
	No Quadrimestre de Referência		
Mobiliária			
Interna			
Refinanciamento	372.576.714		1.123.378.937
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) ¹	371.276.727		1.121.677.840
Outras Internas - Orçamentárias	371.276.727		1.121.677.840
Outras Internas - Extraorçamentárias	177.425.156		775.511.500
<i>Aporte Inacen Lei nº 11.303/2008</i>	4.988.580		4.988.580
<i>Aporte em Empresas</i>	135.125.203		250.468.632
<i>Trocas e Outras Operações Internas</i>	53.737.487		90.709.128
Externa	50.000.000		75.000.000
Refinanciamento	3.737.487		15.709.128
Outras Operações Mobiliárias Externas	-		-
Contratual	1.299.987		1.701.096
Interna			
Abertura de Crédito	-		-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) ¹	-		-
Outras Operações Contratuais Internas	-		-
Externa	1.299.987		1.701.096
Abertura de Crédito - Orçamentárias	1.299.987		1.701.096
Abertura de Crédito - Extraorçamentárias	-		-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) ¹	-		-
Outras Operações Contratuais Externas	-		-
NÃO SUBSTITUI O LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (III)	-		-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES

	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	674.522.742	-
OPERAÇÕES VEDADAS (II)	-	-
OUTRAS OPERAÇÕES DEDUZIDAS DO LIMITE (III)	910.762.490	135,02%
Amortização/Refinanciamento do Principal de Dívidas ²	753.868.724	111,76%
CANCELAMENTO DE TÍTULOS ACEITOS EM TROCA DE TROCA	-	0,00%
Aporte Banco Lei 11.803/2008	75.000.000	11,12%
Concessão de Garantias ³	81.893.766	12,14%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APLICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (II) + (III) + (III)	212.616.417	31,52%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS ⁴	404.713.645	60,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (VII) = (VI) + (V)	212.616.417	31,52%

FONTE: SIAFI - STN/CONT/GEINF - STN/CODIV/GEINF

¹ Valores atualizados em atendimento ao Acórdão TCU nº 43/2009

² Dedução conforme art. 7º, § 2º, da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, alterada pela Resolução do Senado Federal nº 41, de 8 de dezembro de 2009

³ Dedução conforme art. 7º, § 2º, da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, alterada pela Resolução do Senado Federal nº 41, de 8 de dezembro de 2009

⁴ Dedução conforme art. 7º, § 2º, da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, alterada pela Resolução do Senado Federal nº 41, de 8 de dezembro de 2009

⁵ No caso de as deduções superarem as operações de crédito realizadas no período, o valor considerado para fins de aplicação do limite é zero

⁶ Limite estabelecido pela Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, tendo em vista as garantias e as taxas e os custos operacionais, em especial as relacionadas à gestão da Dívida Pública Federal

OTÁVIO LADREIRA DE MEDEIROS
Secretário do Tesouro Nacional

FRANCISCO EDUARDO DE HOLANDA BESSA
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

GRUPO DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (II) = (b + c + d + e)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E LIQUIDADOS NÃO DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras *			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS (I) **	788.028.133.891,23	3.419.333.995,22	28.857.548.786,87	24.367.896.093,49	44.848.498.653,74	686.534.866.361,90	39.872.761.072,01	9.049.200,45	
1. Recursos vinculados à Educação	21.136.761.876,52	941.143.770,85	1.366.262.886,12	7.617.497.559,41	641.196.372,23	11.070.661.387,91	7.670.820.870,72	675.669,94	
2. Recursos vinculados à Saúde	7.616.855.984,28	841.237.437,11	1.424.383.455,27	6.789.500.650,89	2.002.598.896,61	-3.440.864.455,60	8.781.193.792,94	5.233.735,01	
3. Recursos de Operação de Crédito e Receitas Financeiras	522.829.852.998,07	400.472.902,09	11.024.909.031,45	1.512.106.607,26	6.217.546.380,37	503.674.817.476,90	4.898.504.660,99	2.974,06	
4. Recursos de Atenção de Bens e Direitos	47.292.159,55	39.902,35	0,00	3.549.455,95	34.901,35	43.667.899,90	957.187,00	0,00	
5. Recursos de Transferências Constitucionais e Legais a Estados, DF, Municípios, inclusive Fundos	10.071.763.253,95	14.309,48	0,00	457.680.335,66	2.892.817,12	9.611.175.791,69	8.563.131.386,91	0,00	
6. Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS)	-1.564.781.507,40	66.698,73	13.879.515.752,90	178.688.453,65	340.034.934,77	-15.963.087.347,45	223.764.893,55	0,00	
7. Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS)	1.740.187,33	2.532.011,56	55.421,14	2.549.553,50	174.073.552,72	-177.470.351,59	7.387.248,63	0,00	
8. Recursos de Doações	249.252.811,56	32.615.712,85	36.783,68	48.490.079,48	17.334.012,55	150.786.323,00	84.905.837,15	0,00	
9. Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	176.639.489.687,28	964.947.981,73	857.645.791,90	5.418.727.198,95	18.556.117.767,97	150.841.850.946,71	8.416.428.698,11	541.623,62	
10. Recursos Vinculados a Fundos	25.289.903.293,04	736.253.268,47	304.749.664,41	2.339.106.198,73	1.464.373.204,73	20.445.420.956,69	1.225.666.496,00	2.595.197,82	
11. Recursos do Tesouro Nacional	24.544.466.206,92	0,00	0,00	0,00	15.424.999.966,32	9.119.466.240,60	0,00	0,00	
12. Recursos a Classificar	1.165.537.540,13	0,00	0,00	0,00	7.095.847,01	1.158.441.693,12	0,00	0,00	
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS/ORDINÁRIOS (II)	187.627.945.838,08	5.098.708.628,46	7.717.385.366,84	37.750.739.367,68	19.280.757.658,17	117.780.354.816,94	35.430.382.151,38	2.129.115,57	
Recursos Ordinários	187.627.945.838,08	5.098.708.628,46	7.717.385.366,84	37.750.739.367,68	19.280.757.658,17	117.780.354.816,94	35.430.382.151,38	2.129.115,57	
TOTAL (III) = (I + II)	975.656.079.729,31	8.518.032.623,68	36.574.934.153,71	62.118.635.461,17	64.129.256.311,91	804.315.221.178,84	75.303.143.223,38	11.178.316,02	

NOTAS:

* Na coluna de Demais Obrigações Financeiras está o valor de R\$ 15.412.653,40 referente às obrigações do Tesouro Nacional para com as unidades dos poderes Legislativo e Judiciário, referentes a recursos a liberar para pagamento de Restos a Pagar.

** Na coluna de Demais Obrigações Financeiras também está o valor de R\$ 1.266.985,59, referente às obrigações do Tesouro Nacional para com as unidades dos poderes Legislativo e Judiciário, relacionadas às fontes de RPPS.

** As fontes de recursos foram agrupadas conforme o atributo Fonte de Recursos e, em alguns casos, de acordo com o seu detalhamento para se adequar ao novo modelo do Anexo 5 do Relatório de Gestão Fiscal. Mais informações estão na seção de Metodologia deste RGF.

OTAVIO LADIERA DE MENEZES
Secretário do Tesouro Nacional

FRANCISCO EDUARDO DE HOLANDA BESSA
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ATÉ 3º QUADRIMESTRE DE 2015

RCF - Anexo 6 (LRF, art. 48)		RS milhares
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
PODER EXECUTIVO		
Despesa Total com Pessoal - DTP	177.425.132	26,30%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 37,9%	255.644.119	37,90%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 36,01%	242.895.639	36,01%
DESPESAS DA UNIÃO COM O AMAPÁ		
Despesa Total com Pessoal - DTP	319.914	0,047%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,273% (Decreto nº 3.917/2001) ¹	1.841.447	0,273%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,259%	1.747.014	0,259%
DESPESAS DA UNIÃO COM RORAIMA		
Despesa Total com Pessoal - DTP	187.590	0,028%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,160% (Decreto nº 3.917/2001) ¹	1.079.236	0,160%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,152%	1.025.275	0,152%
DESPESAS DA UNIÃO COM O DISTRITO FEDERAL		
Despesa Total com Pessoal - DTP	10.875.581	1,612%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 2,200% (Decreto nº 3.917/2001) ¹	14.839.500	2,200%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 2,090%	14.097.525	2,090%
DÍVIDA		
Divida Consolidada Líquida	1.730.605.708	256,57%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
GARANTIAS DE VALORES		
Total das Garantias de Valores	305.488.427	45,29%
Limite Definido pela Resolução do Senado Federal 48/2007 - 60%	404.713.645	60,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
Operações de Crédito Externas e Internas (Exceto Amortização / Refinanciamento e demais deduções)	212.616.447	31,52%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pela Resolução do Senado Federal 48/2007 para Operações de Crédito Externas e Internas - 60%	404.713.645	60%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
RESTOS A PAGAR		
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	-	-
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	804.315.221.179	-
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	75.303.143	-

Fonte: SIAFI - SFI/CONT/GEINF
O Decreto nº 6.334, de 28 de dezembro de 2007, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.

OTÁVIO LADEIRA DE MEDEIROS
Secretário do Tesouro Nacional

FRANCISCO EBUARDO DE HOLANDA BESSA
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ATÉ 1º QUADRIMESTRE DE 2015

RGF - Anexo 6 (LRF, art. 48)

OPERÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas (Exceto Amortização / Refinanciamento e demais deduções)	41.072.525	6,39%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	—	—
Limite Definido pela Resolução do Senado Federal 48/2007 para Operações de Crédito Externas e Internas - 60%	385.504.367	60,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	—	—

Fonte: SIAFI - STN/CONT/GEINF

OTÁVIO LADEIRA DE MEDEIROS
Secretário do Tesouro Nacional

FRANCISCO EDUARDO DE HOLANDA BESSA
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ATÉ O 2º QUADRIMESTRE DE 2015

RGF - Anexo 6 (LRF, art. 48)

OPERÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas (Exceto Amortização / Refinanciamento e demais deduções)	165.226.924	25,13%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	—	—
Limite Definido pela Resolução do Senado Federal 48/2007 para Operações de Crédito Externas e Internas - 60%	394.114.586	60,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	—	—

Fonte: SIAFI - STN/CONT/GEINF

OTÁVIO LADEIRA DE MEDEIROS
Secretário do Tesouro Nacional

FRANCISCO EDUARDO DE HOLANDA BESSA
Secretário Federal de Controle Interno

REPÚBLICA DO ANEXO 4, DEMONSTRATIVO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, E DO ANEXO 6, DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL, DOS QUADRIESTRES ANTERIORES

UNIAO
RELATORIO DE GESTAO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERACOES DE CREDITO
ORCAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2015

POCIE - Anexo 4 (LRF ad. 55, inciso 1, línea "d" e inciso III, línea "c")

RS autuante	RS autuado	VALOR	Mo- Quantidade de Referência	Mo- Quantidade de Referência	Mo- Quantidade de Referência
OPERAÇÕES DE CRÉDITO					
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (1)					
Refinanciamento					
Assegura, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF - art. 2º, § 1º)					
Outras Internas - Operacionais					
Outras Internas - Extracurriculares					
Apólice Bancar Local (LRF - art. 2º, § 1º)					
Apólice em Empreito					
Finanças e Outras Operações Internas					
Refinanciamento					
Outras Operações Mobiliárias Externas					
Contratual					
Interna					
Alíquota de Crédito					
Assegura, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF - art. 2º, § 1º)					
Outras Operações Mobiliárias Externas					
Contratual					
Interna					
Alíquota de Crédito - Operacionais					
Alíquota de Crédito - Extracurriculares					
Assegura, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF - art. 2º, § 1º)					
Outras Operações Mobiliárias Externas					
Contratual					
Interna					
Alíquota de Crédito - Operacionais					
Alíquota de Crédito - Extracurriculares					
Assegura, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF - art. 2º, § 1º)					
Outras Operações Mobiliárias Externas					
Contratual					
Interna					
Alíquota de Crédito - Operacionais					
Alíquota de Crédito - Extracurriculares					
Assegura, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF - art. 2º, § 1º)					
Outras Operações Mobiliárias Externas					
Contratual					
Interna					
Alíquota de Crédito - Operacionais					
Alíquota de Crédito - Extracurriculares					
Assegura, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF - art. 2º, § 1º)					
Outras Operações Mobiliárias Externas					
Contratual					
Interna					
Alíquota de Crédito - Operacionais					
Alíquota de Crédito - Extracurriculares					
Assegura, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF - art. 2º, § 1º)					
Outras Operações Mobiliárias Externas					
Contratual					
Interna					
Alíquota de Crédito - Operacionais					
Alíquota de Crédito - Extracurriculares					
Assegura, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF - art. 2º, § 1º)					
Outras Operações Mobiliárias Externas					
Contratual					
Interna					
Alíquota de Crédito - Operacionais					
Alíquota de Crédito - Extracurriculares					
Assegura, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF - art. 2º, § 1º)					
Outras Operações Mobiliárias Externas					
Contratual					
Interna					
Alíquota de Crédito - Operacionais					
Alíquota de Crédito - Extracurriculares					
Assegura, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF - art. 2º, § 1º)					
Outras Operações Mobiliárias Externas					
Contratual					
Interna					
Alíquota de Crédito - Operacionais					
Alíquota de Crédito - Extracurriculares					
Assegura, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF - art. 2º, § 1º)					
Outras Operações Mobiliárias Externas					
Contratual					
Interna					
Alíquota de Crédito - Operacionais					
Alíquota de Crédito - Extracurriculares					
Assegura, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF - art. 2º, § 1º)					
Outras Operações Mobiliárias Externas					
Contratual					
Interna					
Alíquota de Crédito - Operacionais					
Alíquota de Crédito - Extracurriculares					
Assegura, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF - art. 2º, § 1º)					
Outras Operações Mobiliárias Externas					
Contratual					
Interna					
Alíquota de Crédito - Operacionais					
Alíquota de Crédito - Extracurriculares					
Assegura, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF - art. 2º, § 1º)					
Outras Operações Mobiliárias Externas					
Contratual					
Interna					
Alíquota de Crédito - Operacionais					
Alíquota de Crédito - Extracurriculares					
Assegura, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF - art. 2º, § 1º)					
Outras Operações Mobiliárias Externas					
Contratual					
Interna					
Alíquota de Crédito - Operacionais					
Alíquota de Crédito - Extracurriculares					

Adicionalmente, se verificou que a maioria dos alunos (71,4%) não possuiu conhecimento sobre a importância da reciclagem.

Publicação conforme art. 7º, §2º, da Resolução do Senado Federal nº 48 de 21 de dezembro de 2007, alterada pela Resolução do Senado Federal nº 41 de 3 de dezembro de 2009.

Redação conforme art. 1.º, § 2.º, da Lei Complementar nº 35, de 14 de maio de 1969, e Lei Complementar nº 137, de 27 de setembro de 1969.

De acordo com o art. 7º, § 2º, da Resolução do Senado Federal nº 18, de 21 de dezembro de 2007 alterada pela Resolução nº 18, de 8 de dezembro de 2009 representa o cabotagem operações

efetuando, no período de referência do isôloto, o apuramento da variação, a partir da variação no período dos valores de Garantias Concedidas, demonstrados no Anexo 3 do Relatório de Gestão Financeira e como:

¹No caso de se deduzirem supramet as operações de crédito realizadas no período, o valor considerado para fins de apuração do lucro é zero.

Fonte: estabelecido pela Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, artigo 1.º, parágrafo único, inciso I, alínea "a", para cada exercício financeiro. Os valores divulgados, para o I-2, representam os valores não recorrentes, conforme estabelecido pelo Regulamento da Divisão de Pessoal em Exercício, em vigor, de 2004, em suas atualizações.

relações para propagação da evolução anualmente rotacionando em volta dos eixos fundamentais com as posições de equilíbrio no 2º e 3º eixos.

1

1000

LA VITA DI UN'AMERICA
IN UNO DEI PIÙ GRANDI
CANTIERI DI LAVORO
DELLA NOSTRA
STORIA

Secretaria Federal de Controle Interno
Secretaria do Tesouro Nacional

SECRETARIO DE TRABAJO Y PREVISION SOCIAL

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DIAGNÓSTICO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2015

RGF - Anexo 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d", e inciso III alínea "e")

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR		Até o Quadrimestre de Referência (a)
	No Quadrimestre de Referência		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	323.192.336	750.802.233	
Mobilização	323.065.952	750.401.114	
Interna	323.065.952	750.401.114	
Refinanciamento	256.815.788	598.086.044	
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)			
Outras Internas - Orçamentárias	62.814.228	115.343.429	
Outras Internas - Extraorçamentárias	3.705.936	36.971.641	
Aporte Inac Lot nº 11.803.2008		25.000.000	
Aporte em Empresas			
Trocas e Demais Operações Internas	3.705.936	11.971.641	
Externa			
Refinanciamento			
Outras Operações Mobiliárias Externas	126.384	401.109	
Contratual			
Interna			
Abertura de Crédito			
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)			
Outras Operações Contratuais Internas			
Externa	126.384	401.109	
Abertura de Crédito - Orçamentárias	126.384	401.109	
Abertura de Crédito - Extraorçamentárias			
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)			
Outras Operações Contratuais Externas			
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)			

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	VALOR 656.857.643
OPERAÇÕES VEDADAS (IV)	% SOBRE A RCL –
OUTRAS OPERAÇÕES DEBITADAS DO LIMITE (III)	80,15%
Anuário/Relatório/Relatório do Principal de Dívidas	76,45%
Cumprimento de dívidas aceitas em feições de trocas	0,00%
Aporte Inac Lot 11.803.2008	3,81%
Concessão de Garantias	8,99%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (III) + (II) = (III)	25,15%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	25,15%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	60,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	60,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (VII) = (VI) + (III)	25,15%
FONTE: SIAFI - ST NICCONT/GEINF e ST NICCONT/GEIOFI	

De acordo com o art. 7º, § 2º, da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, alterada pela Resolução do Senado Federal nº 41, de 8 de dezembro de 2009, o limite para a contratação de operações de crédito por antecipação da receita orçamentária é de 60% (sessenta por cento) do limite geral definido por resolução do Senado Federal para as operações de crédito externas e internas.

OTÁVIO LAQUEIRA DE MEDEIROS
Secretário do Tesouro Nacional

FRANCISCO EDUARDO DE HOLANDA BRESSA
Secretário Federal de Controle Interno

METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS QUE COMPÕEM O RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
PODER EXECUTIVO DO GOVERNO FEDERAL
3º QUADRIMESTRE DE 2015

PORTARIA Nº 553, DE 22 DE SETEMBRO DE 2014, DA STN, QUE APROVOU A 6ª EDIÇÃO DO MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS

Nota: Os valores totais apresentados nos demonstrativos deste Relatório poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

1) DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL – ANEXO I – LRF, ART.55, INCISO I, ALÍNEA “A”

1º passo – Obtenção da Despesa Bruta com Pessoal:

a) Obtem-se os valores das despesas de pessoal, no Tesouro Gerencial, consultando as contas de despesa executada, nas contas contábeis 62213.03.00 – Crédito Empenhado Liquidado a Pagar, 62213.04.00 – Crédito Empenhado Liquidado Pago, 62213.07.00 – Crédito Liquidado a Pagar Inscrito em RPP, 62213.05.00 – Crédito a Liquidar Inscrito em RPP e 62213.06.00 – Crédito em Liquidação Inscrito em RPP, na gestão Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, grupo de despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais, e grupo de despesa 3 – Outras Despesas Correntes (para fins de apuração de Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização), Poder do Órgão da Unidade Orçamentária Executivo, movimento líquido mensal, último mês do quadrimestre e os onze meses anteriores, e, em atendimento ao Acórdão nº 894/2012 – TCU – Plenário, excluindo-se os valores associados a auxílio creche ou assistência pré-escolar, bem como os “benefícios não previdenciários previstos no Plano de Seguridade Social do Servidor, atualmente representados pelo auxílio-natalidade, auxílio-funeral e assistência saúde”, e incluindo-se as despesas “relativas ao auxílio-invalidez e aos benefícios previdenciários, inclusive salário-família e auxílio-reclusão”, todas identificadas no nível de subitem.

b) Elabora-se a informação segregando as despesas de Pessoal em: Ativos, Inativos e Pensionistas e Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização.

- Para identificar os valores dos Ativos, consideram-se, com exceção dos elementos de despesa 01 – Aposentadorias e Reformas, 03 – Pensões e 34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização, os demais elementos do grupo de despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais. Também excluem-se os elementos 08 – Outros Benefícios Assistenciais, 09 – Salário-Família, 91 – Sentenças Judiciais, 92 – Despesas de Exercícios Anteriores e 94 – Indenizações Trabalhistas, somente para as despesas relativas a inativos e pensionistas, se devidamente registrados na contabilidade, no nível de subitem.

- Para identificar os Inativos e Pensionistas, filtram-se os elementos de despesas 01 – Aposentadorias e Reformas, 03 – Pensões; no grupo de despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais. Também se incluem os elementos 05 – Outros Benefícios Previdenciários, 08 – Outros Benefícios Assistenciais, 09 – Salário-Família, 17 – Outras Despesas Variáveis, 91 – Sentenças Judiciais, 92 – Despesas de Exercícios Anteriores e 94 – Indenizações Trabalhistas, somente para as despesas relativas a inativos e pensionistas, devidamente registrados na contabilidade no nível de subitem.

- Para obter os valores de Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização, filtra-se especificamente o elemento de despesas 34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (art. 18, § 1º) no grupo de despesa 3 – Outras Despesas Correntes.

c) Excluem-se os seguintes Localizadores de Gasto, do filtro, quando da geração da consulta:

00530014	Pessoal Inativo e Pensionistas de Boa Vista – Extinto Território de Roraima;	20870014	Pagamento de Pessoal Ativo de Boa Vista – Extinto Território de Roraima;
00530016	Pessoal Inativo e Pensionistas de Macapá – Extinto Território do Amapá;	20870016	Pagamento de Pessoal Ativo de Macapá – Extinto Território do Amapá.

d) Excluem-se os valores das Unidades Orçamentárias 34101 a 34106, do Ministério Público da União, 59101 – Conselho Nacional do Ministério Público e 73901 – Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF.

e) Para obter os valores do elemento 91 – Sentenças Judiciais, também são excluídos os valores dos Órgãos das Unidades Orçamentárias do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.

2º passo – Obtenção das Despesas Não Computadas:

Obtêm-se os valores das despesas não computadas nas despesas de pessoal, no Tesouro Gerencial, consultando as contas de despesa executada, conforme critério definido no 1º passo, porém filtrando-se especificamente os elementos de despesa a seguir:

- a) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária: elemento de despesa 94 – Indenizações Trabalhistas (art. 19, § 1º, inciso I), exceto as despesas relativas a inativos e pensionistas, devidamente registrados na contabilidade, no nível de subitem, custeadas com as fontes de recursos 23 – Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, 56 – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor (art. 19, § 1º, inciso IV);
- b) Decorrentes de Decisão Judicial: elemento de despesa 91 – Sentenças Judiciais, exceto as despesas relativas a inativos e pensionistas, devidamente registrados na contabilidade, no nível de subitem, custeadas com as fontes de recursos 23 – Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, 56 – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor e 69 – Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor (art. 19, § 1º, inciso IV);
- c) Despesas de Exercícios Anteriores: elemento de despesa 92 – Despesas de Exercícios Anteriores, exceto as despesas relativas a inativos e pensionistas, devidamente registrados na contabilidade, no nível de subitem, custeadas com as fontes de recursos 23 – Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, 56 – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor e 69 – Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor (art. 19, § 1º, inciso IV);
- d) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados: elementos de despesa 01 – Aposentadorias e Reformas e 03 – Pensões e os elementos de despesa 05 – Outros Benefícios Previdenciários, 08 – Outros Benefícios Assistenciais (Excluindo-se as Naturezas de Despesa 31900803 - Auxílio Funeral Inativo Civil, 31900804 - Auxílio Funeral Inativo Militar e 31900814 - Auxílio Funeral Pensionista Militar), 09 – Salário-Família, 17 – Outras Despesas Variáveis, 91 – Sentenças Judiciais, 92 – Despesas de Exercícios Anteriores e 94 – Indenizações Trabalhistas, somente para as despesas relativas a inativos e pensionistas, devidamente registrados na contabilidade, no nível de subitem, realizados nas fontes de recursos 23 – Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, 56 – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor e 69 – Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor (art. 19, § 1º, inciso VI).

DESPESAS DEFINIDAS NOS INCISOS XIII E XIV DO ARTIGO 21 DA CF/88 E NO ARTIGO 31 DA EC Nº 19/98

3º passo – Identificação da Despesa Bruta com Pessoal do GDF:

a) Obtêm-se os valores das despesas de pessoal, no Tesouro Gerencial, consultando as contas de despesa executada, nas contas contábeis 62213.03.00 – Crédito Empenhado Liquidado a Pagar, 62213.04.00 – Crédito Empenhado Liquidado Pago, 62213.07.00 – Crédito Liquidado a Pagar Inscrito em RPP, 62213.05.00 – Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP e 62213.06.00 – Crédito em Liquidação Inscrito em RPNP, na gestão Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, grupo de despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais, Poder do Órgão da Unidade Orçamentária Executivo, e grupo de despesa 3 – Outras Despesas Correntes (para fins de apuração de Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização), movimento líquido mensal, último mês do quadrimestre e os onze meses anteriores, unidade orçamentária 73901 – Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF; e, em atendimento ao Acórdão nº 894/2012 – TCU – Plenário, excluindo-se os valores associados a auxílio creche ou assistência pré-escolar, bem como os “benefícios não previdenciários previstos no Plano de Seguridade Social do Servidor, atualmente representados pelo auxílio-natalidade, auxílio-funeral e assistência saúde”, e incluindo-se as despesas “relativas ao auxílio-invalidez e aos benefícios previdenciários, inclusive salário-família e auxílio-reclusão”, todas identificadas no nível de subitem.

b) Elabora-se a informação segregando as despesas de Pessoal em: Ativos, Inativos e Pensionistas e Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização. - Para identificar os valores dos Ativos, consideram-se, com exceção dos elementos de despesa 01 – Aposentadorias e Reformas, 03 – Pensões e 34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização, os demais elementos do grupo de despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais. Também excluem-se os elementos 08 – Outros Benefícios Assistenciais, 09 – Salário-Família, 91 – Sentenças Judiciais, 92 – Despesas de Exercícios Anteriores e 94 – Indenizações Trabalhistas, somente para as despesas relativas a inativos e pensionistas, se devidamente registrados na contabilidade, no nível de subitem;

- Para identificar os Inativos e Pensionistas, filtram-se os elementos de despesas 01 – Aposentadorias e Reformas, 03 – Pensões; no grupo de despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais. Também se incluem os elementos 08 – Outros Benefícios Assistenciais, 09 – Salário-Família, 91 – Sentenças Judiciais, 92 – Despesas de Exercícios Anteriores e 94 – Indenizações Trabalhistas, somente para as despesas relativas a inativos e pensionistas, devidamente registrados na contabilidade no nível de subitem.
- Para obter os valores de Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização, filtra-se especificamente o elemento de despesas 34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (art. 18, § 1º) no grupo de despesa 3 – Outras Despesas Correntes.

4º passo – Identificação da Despesa Bruta com Pessoal do Amapá e de Roraima:

- a) Obtem-se os valores das despesas de pessoal, no Tesouro Gerencial, consultando as contas de despesa executada, nas contas contábeis 62213.03.00 – Crédito Empenhado Liquidado a Pagar, 62213.04.00 – Crédito Empenhado Liquidado Pago, 62213.07.00 – Crédito Liquidado a Pagar Inscrito em RPP, 62213.05.00 – Crédito a Liquidar Inscrito em RPP e 62213.06.00 – Crédito em Liquidação Inscrito em RPP, dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, grupo de despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais, e grupo de despesa 3 – Outras Despesas Correntes (para fins de apuração de Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização), Poder do Órgão da Unidade Orçamentária Executivo, movimento líquido mensal, último mês do quadrimestre e os onze meses anteriores, nos Localizadores de Gasto relacionados abaixo; e, em atendimento ao Acórdão nº 894/2012 – TCU – Plenário, excluindo-se os valores associados a auxílio creche ou assistência pré-escolar, bem como os “benefícios não previdenciários previstos no Plano de Seguridade Social do Servidor, atualmente representados pelo auxílio-natalidade, auxílio-funeral e assistência saúde”, e incluindo-se as despesas “relativas ao auxílio-invalidez e aos benefícios previdenciários, inclusive salário-família e auxílio-reclusão”, todas identificadas no nível de subitem.

Localizadores de Gasto:

00530014	Pessoal Inativo e Pensionistas de Boa Vista – Extinto Território de Roraima;	20870014	Pagamento de Pessoal Ativo de Boa Vista – Extinto Território de Roraima;
00530016	Pessoal Inativo e Pensionistas de Macapá – Extinto Território do Amapá;	20870016	Pagamento de Pessoal Ativo de Macapá – Extinto Território do Amapá.

- b) Elabora-se a informação segregando as despesas de Pessoal em: Ativos, Inativos e Pensionistas e Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização.
- Para identificar os valores dos Ativos, consideram-se, com exceção dos elementos de despesa 01 – Aposentadorias e Reformas, 03 – Pensões e 34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização, os demais elementos do grupo de despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais. Também excluem-se os elementos 08 – Outros Benefícios Assistenciais, 09 – Salário-Família, 91 – Sentenças Judiciais, 92 – Despesas de Exercícios Anteriores e 94 – Indenizações Trabalhistas, somente para as despesas relativas a inativos e pensionistas, se devidamente registrados na contabilidade, no nível de subitem;
 - Para identificar os Inativos e Pensionistas, filtram-se os elementos de despesas 01 – Aposentadorias e Reformas, 03 – Pensões; no grupo de despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais. Também se incluem os elementos 08 – Outros Benefícios Assistenciais, 09 – Salário-Família, 91 – Sentenças Judiciais, 92 – Despesas de Exercícios Anteriores e 94 – Indenizações Trabalhistas, somente para as despesas relativas a inativos e pensionistas, devidamente registrados na contabilidade no nível de subitem.
 - Para obter os valores de Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização, filtra-se especificamente o elemento de despesas 34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (art. 18, § 1º) no grupo de despesa 3 – Outras Despesas Correntes.

5º passo – Obtenção das Despesas Não Computadas do GDF, Amapá e Roraima:

Obtem-se os valores das despesas não computadas na despesa com pessoal, no Tesouro Gerencial, consultando as contas de despesa executada, conforme critérios definidos nos 3º e 4º passos, porém filtrando-se especificamente os elementos de despesa a seguir:

- a) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária: elemento de despesa 94 – Indenizações Trabalhistas (art. 19, § 1º, inciso I), exceto as despesas relativas a inativos e pensionistas, devidamente registrados na contabilidade, no nível de subitem, custeadas com as fontes de recursos 23 – Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, 56 – Contribuição para o Plano de Seguridade do Servidor e 69 – Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor (art. 19, § 1º, inciso IV);

- b) Decorrentes de Decisão Judicial: elemento de despesa 91 – Sentenças Judiciais, exceto as despesas relativas a inativos e pensionistas, devidamente registrados na contabilidade, no nível de subitem, custeadas com as fontes de recursos 23 – Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, 56 – Contribuição para o Plano de Seguridade do Servidor e 69 – Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor (art. 19, § 1º, inciso IV);
- c) Despesas de Exercícios Anteriores: elemento de despesa 92 – Despesas de Exercícios Anteriores, exceto as despesas relativas a inativos e pensionistas, devidamente registrados na contabilidade, no nível de subitem, custeadas com as fontes de recursos 23 – Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, 56 – Contribuição para o Plano de Seguridade do Servidor e 69 – Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor (art. 19, § 1º, inciso IV);
- d) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados: elementos de despesa 01 – Aposentadorias e Reformas e 03 – Pensões e os elementos de despesa 08 – Outros Benefícios Assistenciais (Excluindo-se as Naturezas de Despesa 31900803 – Auxílio Funeral Inativo Civil, 31900804 – Auxílio Funeral Inativo Militar e 31900814 – Auxílio Funeral Pensionista Militar), 09 – Salário-Família, 91 – Sentenças Judiciais, 92 – Despesas de Exercícios Anteriores e 94 – Indenizações Trabalhistas, somente para as despesas relativas a inativos e pensionistas, devidamente registrados na contabilidade, no nível de subitem, realizados nas fontes de recursos 23 – Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, 56 – Contribuição para o Plano de Seguridade do Servidor e 69 – Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor (art. 19, § 1º, inciso VI).

2) DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – ANEXO 2 – LRF ART. 55, INCISO I, ALÍNEA “B”

Amplitude: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Definição dos itens integrantes da dívida consolidada:

DÍVIDA CONSOLIDADA		CONTROLES DEVEDORES/ OUTROS CONTROLES/ DEMAIS CONTROLES/ EXECUÇÃO DO CONTROLE DE BENS E VALORES/ ESTOQUE DA DÍVIDA MOBILIÁRIA / DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA – CURTO PRAZO	
Dívida Mobiliária		CONTROLES DEVEDORES/ OUTROS CONTROLES/ DEMAIS CONTROLES/ EXECUÇÃO DO CONTROLE DE BENS E VALORES/ ESTOQUE DA DÍVIDA MOBILIÁRIA / DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA – LONGO PRAZO	
Dívida Mobiliária do TN Interna (em mercado)		Critérios	
(-) Aplicações em Títulos Públicos		Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados a títulos em mercado	
		ATIVO CIRCULANTE / CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA/ CAIXA E EQUIVALENTES EM MOEDA NACIONAL / CAIXA E EQUIVALENTES EM MOEDA NACIONAL – CONS / APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	
		ATIVO CIRCULANTE / CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA/ CAIXA E EQUIVALENTES EM MOEDA NACIONAL / CAIXA E EQUIVALENTES EM MOEDA NACIONAL – CONS / APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA / POUPANÇA	
		ATIVO CIRCULANTE / CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA/ CAIXA E EQUIVALENTES EM MOEDA NACIONAL / CAIXA E EQUIVALENTES EM MOEDA NACIONAL – CONS / APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA/ APLIC FINAN LIQUIDEZ	
		ATIVO CIRCULANTE / CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA/ CAIXA E EQUIVALENTES EM MOEDA NACIONAL / CAIXA E EQUIVALENTES EM MOEDA NACIONAL – CONS / APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA / RESGATE APLIC FINAN LIQUIDEZ IMEDIATA RECURSOS CTU/	
Dívida Mobiliária do TN Interna (em carteira BCB)		Critérios	
		Apenas os saldos referentes aos TIPOS DE ADMINISTRAÇÃO “3” e “8” (Administração Indireta)	
		Exceto saldos do órgão 25901 - “Fundo de Compensação e Variações Salariais (FCVS)”	
		OUTROS CONTROLES / DEMAIS CONTROLES/ EXECUÇÃO DO CONTROLE DE BENS E VALORES / ESTOQUE DA DÍVIDA MOBILIÁRIA / DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA – CURTO PRAZO	
		OUTROS CONTROLES / DEMAIS CONTROLES/ EXECUÇÃO DO CONTROLE DE BENS E VALORES / ESTOQUE DA DÍVIDA MOBILIÁRIA / DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA – LONGO PRAZO	
Dívida Securitizada		Critérios	
		Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados a títulos em carteira BCB	
		OUTROS CONTROLES / DEMAIS CONTROLES/ EXECUÇÃO DO CONTROLE DE BENS E VALORES / ESTOQUE DA DÍVIDA	

		MOBILIÁRIA / DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA – CURTO PRAZO OUTROS CONTROLES / DEMAIS CONTROLES / EXECUÇÃO DO CONTROLE DE BENS E VALORES / ESTOQUE DA DÍVIDA MOBILIÁRIA / DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA – LONGO PRAZO
+89991.39.02	Critérios	Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados a títulos referentes à dívida securitizada
+21211.02.02		PASSIVO CIRCULANTE / EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO / EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO – INTERNO / EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO – INTERNO - CONSOLIDA / EMPRÉSTIMOS INTERNOS – EM TÍTULOS / TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA (TDA)
+22211.01.02		PASSIVO NÃO - CIRCULANTE / EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO / EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO – INTERNO / EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO – INTERNO - CONSOLIDA / EMPRÉSTIMOS INTERNOS – EM TÍTULOS / TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA (TDA)
+89991.39.03	Dívida Mobiliária Externa	OUTROS CONTROLES / DEMAIS CONTROLES / EXECUÇÃO DO CONTROLE DE BENS E VALORES / ESTOQUE DA DÍVIDA MOBILIÁRIA / DÍVIDA MOBILIÁRIA EXTERNA – CURTO PRAZO
+89991.39.04		OUTROS CONTROLES / DEMAIS CONTROLES / EXECUÇÃO DO CONTROLE DE BENS E VALORES / ESTOQUE DA DÍVIDA MOBILIÁRIA / DÍVIDA MOBILIÁRIA EXTERNA – LONGO PRAZO
	Operações de Equalização Cambial - Relacionamento TN/ BCB (MP nº 435/08)	
+21891.29.02		PASSIVO CIRCULANTE / DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO / OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO / OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO – CONSOLIDAÇÃO / RESULTADO NEGATIVO DO BANCO CENTRAL / RESULTADO NEGATIVO BACEN – CUSTO DAS RESERVAS
+21894.29.02		PASSIVO CIRCULANTE / DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO / OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO / OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO – INTER OFSS - ESTADO / RESULTADO NEGATIVO DO BANCO CENTRAL / RESULTADO NEGATIVO BACEN – CUSTO DAS RESERVAS
+21895.29.02		PASSIVO CIRCULANTE / DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO / OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO / OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO – INTER OFSS - MUNICÍPIO / RESULTADO NEGATIVO DO BANCO CENTRAL / RESULTADO NEGATIVO BACEN – CUSTO DAS RESERVAS
	Dívida Contratual	
	Dívida Contratual de PPP	
21221.03.00		PASSIVO CIRCULANTE / EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO / EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - EXTERNO / EMPRÉSTIMOS A CP - EXTERNO - CONSOLIDAÇÃO / EMPRÉSTIMOS EXTERNOS - EM CONTRATOS / EMPRÉSTIMOS EXTERNOS - EM CONTRATOS
21211.03.01		PASSIVO CIRCULANTE / EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO / EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO / EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO-CONSOLIDA / EMPRÉSTIMOS INTERNOS - EM CONTRATOS / CRÉDITOS SECURITIZADOS
21211.03.03		PASSIVO CIRCULANTE / EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO / EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO / EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO-CONSOLIDA / EMPRÉSTIMOS INTERNOS - EM CONTRATOS / CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS INTERNOS
21214.03.01		PASSIVO CIRCULANTE / EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO / EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO / EMPRESÍMIO A CP - INTERNO - INTER OFSS-ESTADO / EMPRÉSTIMOS INTERNOS - EM CONTRATOS - INTER EST / CRÉDITOS SECURITIZADOS - INTER OFSS-ESTADO
21214.03.03		PASSIVO CIRCULANTE / EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO / EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO / EMPRESÍMIO A CP - INTERNO - INTER OFSS-ESTADO / EMPRÉSTIMOS INTERNOS - EM CONTRATOS - INTER EST / CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS INTERNOS - INTER EST
21215.03.01		PASSIVO CIRCULANTE / EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO / EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO / EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO-INTERNO - INTER MUN / EMPRÉSTIMOS INTERNOS-EM CONTRATOS - INTER MUN / CRÉDITOS SECURITIZADOS - INTER OFSS-MUNICÍPIO
21215.03.03		PASSIVO CIRCULANTE / EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO / EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO / EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO-INTERNO - INTER MUN / EMPRÉSTIMOS INTERNOS-EM CONTRATOS - INTER MUN / CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS INTERNOS - INTER MUN
21251.01.03		PASSIVO CIRCULANTE / EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO / JUROS E ENCARG A PAG DE EMPRES E FINANC A CP / JUROS E ENC ARG A PAG DE EMPREST E FINANC CP / JUROS DE CONTRATOS - EMPRÉSTIMOS INTERNOS / JUROS PRO-RATA S/ EMPREST INTERNOS CONTRAÍDOS
21254.01.03		PASSIVO CIRCULANTE / EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO / JUROS E ENCARG A PAG DE EMPREST E FINANC A CP / JUROS E ENC ARGOS A PAGAR DE EMPRESTIMOS E FIN / JUROS DE CONTRATOS - EMPREST INTERN -INTER EST / JUROS PRO-RATA S/ EMPREST INTERNOS -INTER EST
21255.01.03		PASSIVO CIRCULANTE / EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO / JUROS E ENCARG A PAG DE EMPREST E

FINANC A CP / JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FIN / JUROS DE CONTRATOS - EMPREST INTERN - INTER MUN
/ JUROS PRO-RATA S/ EMPREST INTERNOS - INTER MUN
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE / EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO / EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO -
EXTERNO / EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - EXTERNO-CONSOLIDA / EMPRÉSTIMOS EXTERNOS - EM CONTRATOS /
EMPRÉSTIMOS EXTERNOS - EM CONTRATOS
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE / EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO / EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO -
INTERNO / EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO-CONSOLIDA / EMPRÉSTIMOS INTERNOS - EM CONTRATOS /
EMPRÉSTIMOS INTERNOS - EM CONTRATOS

Apenas os saldos que contenham ISF do Lançamento "p".

Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive)

+63110.00.00 RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR
+63130.00.00 RPNP LIQUIDADO A PAGAR
+63151.00.00 RPNP A LIQUIDAR BLOQUEADOS POR DECRETO
+63152.00.00 RPNP A LIQUIDAR EM LIQUIDACAO BLOQUEADO
+63120.00.00 RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR EM LIQUIDACAO
+63210.00.00 RP PROCESSADOS A PAGAR
+63213.03.00 CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR
+62213.05.00 CREDITO A LIQUIDAR INSCRITO EM RPNP
+62213.06.00 CREDITO EM LIQUIDACAO INSCRITO EM RPNP
+62213.07.00 CREDITO LIQUIDADO A PAGAR INSCRITO EM RPP
+62292.01.01 EMPENHOS A LIQUIDAR
+62292.01.02 EMPENHOS EM LIQUIDACAO

Críticas

Apenas os saldos da ação 0005 - "Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas".

Dívida Assumida pela União (Lei nº 8.727/93)

+21891.26.00 PASSIVO CIRCULANTE / DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO / OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO / OUTRAS
OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO / ENTIDADES CREDORAS - FEDERAIS / ENTIDADES CREDORAS FEDERAIS
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE / DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO / OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO / OUTRAS
OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO / OBRIGAÇÕES JUNTO A ENTIDADES FEDERAIS / OBRIGAÇÕES JUNTO A
ENTIDADES FEDERAIS

Críticas

Apenas os saldos da Unidade Gestora 170512 - Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI) e ISF do Lançamento "p".

Passivos Reconhecidos por Insuficiência de Créditos/Recursos

21311.04.00 CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS
21314.04.00 CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS - INTER EST
21315.04.00 CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS - INTER MUN
21121.01.00 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS
21141.98.00 OUTROS ENCARGOS SOCIAIS
21144.98.00 OUTROS ENCARGOS SOCIAIS - INTER OFSS-ESTADO
21145.98.00 OUTROS ENCARGOS SOCIAIS - INTER MUN
21111.01.01 SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS
22311.01.00 FORNECEDORES NACIONAIS
21411.99.00 OUTROS TRIBUTOS E CONTRIB FEDERAIS A RECOLHER

Críticas

Apenas ISF do Lançamento "p".

DEDUÇÕES

Ativo Disponível

Depósitos do TN no BCB

+11111.02.XX ATIVO CIRCULANTE / CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA / CAIXA E EQUIVALENTES EM MOEDA NACIONAL / CONTA ÚNICA -
SUBCONTA DO TESOURO NACIONAL
+11111.03.XX ATIVO CIRCULANTE / CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA / CAIXA E EQUIVALENTES EM MOEDA NACIONAL / CONTA ÚNICA -
SUBCONTA DO FUNDO DO RGPS
+11111.04.XX ATIVO CIRCULANTE / CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA / CAIXA E EQUIVALENTES EM MOEDA NACIONAL / CONTA ÚNICA -
SUBCONTA DÍVIDA PÚBLICA

+ Conciliação do Movimento da Conta Única no último dia útil do período de referência (total das Ordens Bancárias não sacadas no BB e no Bacen, bem como as Ordens Bancárias de Crédito retidas).

[illegible]

Recursos da Reserva Monetária		Sem informação no Siatl	ATIVO CIRCULANTE / CAIXA E EQUIVALENTES EM MOEDA ESTRANGEIRA / CAIXA E EQUIVALENTES EM MOEDA ESTRANGEIRA – CONS / APLICAÇÕES FINANCEIRAS – FECHAMENTO DE CÂMBIO
Renegociação de Dívidas de Entes da Federação			
Divida Renegociada Estados e Municípios (Lei nº 9.496/97 e MP nº 2.185/01)			
	+1121.51.00		ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS A CURTO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS -CONS / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS A RECEBER / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS A RECEBER
			FINANCEIRAS – FECHAMENTO DE CÂMBIO
			ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS A CURTO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS -CONS / ENCARGO SOBRE EMPREST E FINAN CONCED A RECEB
			ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS A CURTO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS -CONS / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS
			ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS A CURTO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS / EMPREST E FINANÇ CONCEDIDO -INTER OFSS ESTADO / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS RECEBER - INTER EST / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS RECEBER - INTER EST
			ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS A CURTO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS / EMPREST E FINANÇ CONCEDIDO -INTER OFSS ESTADO / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS - INTER EST / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS - INTER EST
			ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS A CURTO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS / EMPREST E FINANÇ CONCED -INTER OFSS MUNICIPIO / EMPRESTIMOS CONCED RECEBER -INTER MUNICIPIO / EMPRESTIMOS CONCED RECEBER - INTER MUNICIPIO
			ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS A CURTO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS / EMPREST E FINANÇ CONCED -INTER OFSS MUNICIPIO / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS - MUNICIPIO / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS - MUNICIPIO
			ATIVO NAO CIRCULANTE/ ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDACAO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS A RECEBER
			ATIVO NAO CIRCULANTE / ATIVO REALIZA VEL A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDACAO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS
			ATIVO NAO CIRCULANTE / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO - INTER OFSS - ESTADO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS - EST / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS A RECEBER - ESTADO
			ATIVO NAO CIRCULANTE / ATIVO REALIZA VEL A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO - INTER OFSS - ESTADO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS - EST / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS - ESTADO
			ATIVO NAO CIRCULANTE / ATIVO REALIZA VEL A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO - INTER OFSS MUNICIPIO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS - MUN / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS A RECEBER - MUNICIPIO
			ATIVO NAO CIRCULANTE / ATIVO REALIZA VEL A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO - INTER OFSS MUNICIPIO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS - MUN / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS - MUNICIPIO
Créditos			
Apenas os saldos contábeis da Unidade Gestora 170512 - "Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)".			
Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados à Lei nº 9.496/1997 e à MP nº 2.185/2001.			
Créditos da Lei nº 8.727/93			
			ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS A CURTO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS -CONS / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS A RECEBER / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS A RECEBER
			ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS A CURTO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS -CONS / ENCARGO SOBRE EMPREST E FINAN CONCED A RECEB
			ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS A CURTO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS -CONS / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS
			ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS A CURTO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS / EMPREST E FINANÇ CONCEDIDO -INTER OFSS ESTADO / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS RECEBER - INTER EST / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS RECEBER - INTER EST
			ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS A CURTO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS / EMPREST E FINANÇ CONCEDIDO -INTER OFSS ESTADO / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS - INTER EST / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS - INTER EST
			ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS A CURTO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS / EMPREST E FINANÇ CONCEDIDO -INTER OFSS MUNICIPIO / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS - MUN / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS A RECEBER - MUNICIPIO

		CONCED -INTER OFSS MUNICIPIO / EMPRESTIMOS CONCED RECEBER -INTER MUNICIPIO / EMPRESTIMOS CONCED RECEBER - INTER MUNICIPIO
+1245.06.00		ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS A CURTO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS / EMPREST E FINANC CONCED -INTER OFSS MUNICIPIO / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS - MUNICIPIO / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS - MUNICIPIO
+12111.03.01		ATIVO NAO CIRCULANTE / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDACAO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS A RECEBER
+12111.03.18		ATIVO NAO CIRCULANTE / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDACAO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS
+12114.03.01		ATIVO NAO CIRCULANTE / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO - INTER OFSS - ESTADO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS - EST / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS A RECEBER - ESTADO
+12114.03.18		ATIVO NAO CIRCULANTE / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO - INTER OFSS - ESTADO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS - EST / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS - ESTADO
+12115.03.01		ATIVO NAO CIRCULANTE / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO - INTER OFSS MUNICIPIO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS - MUN / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS A RECEBER - MUNICIPIO
+12115.03.18		ATIVO NAO CIRCULANTE / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO - INTER OFSS MUNICIPIO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS - MUN / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS - MUNICIPIO
Créditos		
<i>Apenas os saldos contábeis da Unidade Gestora 170512 - "Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)"</i>		
<i>Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados à Lei nº 8.727/1993.</i>		
+1241.01.00		ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS A CURTO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS - CONS / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS A RECEBER / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS A RECEBER
+1241.04.01		ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS A CURTO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS - CONS / ENCARGO SOBRE EMPREST E FINAN CONCED A RECEB
+1241.06.00		ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS A CURTO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS - CONS / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS
+1244.01.00		ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS A CURTO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS / EMPREST E FINANC CONCEDIDO -INTER OFSS ESTADO / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS RECEBER - INTER EST / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS RECEBER - INTER EST
+1244.06.00		ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS A CURTO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS / EMPREST E FINANC CONCEDIDO -INTER OFSS ESTADO / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS - INTER EST / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS - INTER EST
+1245.01.00		ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS A CURTO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS / EMPREST E FINANC CONCED -INTER OFSS MUNICIPIO / EMPRESTIMOS CONCED RECEBER -INTER MUNICIPIO / EMPRESTIMOS CONCED RECEBER - INTER MUNICIPIO
+1245.06.00		ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS A CURTO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS / EMPREST E FINANC CONCED -INTER OFSS MUNICIPIO / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS - MUNICIPIO / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS - MUNICIPIO
+12111.03.01		ATIVO NAO CIRCULANTE / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDACAO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS A RECEBER
+12111.03.18		ATIVO NAO CIRCULANTE / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDACAO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS
+12114.03.01		ATIVO NAO CIRCULANTE / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO - INTER OFSS - ESTADO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS - EST / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS A RECEBER - ESTADO
+12114.03.18		ATIVO NAO CIRCULANTE / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO - INTER OFSS - ESTADO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS - EST / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS - ESTADO
+12115.03.01		ATIVO NAO CIRCULANTE / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO - INTER OFSS MUNICIPIO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS - MUN / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS A RECEBER - MUNICIPIO

Divida Externa Renegociada (Aviso MF nº 30 e
outros)

+12115.03.18	ATIVO NAO CIRCULANTE / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO - INTER OFSS MUNICIPIO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS - MUN / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS - MUNICIPIO
Crêterios	
<i>Apenas os saldos contábeis da Unidade Gestora 170512 - "Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)"</i>	
<i>Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados � Div�da Externa Renegociada (Plano MF n� 30 e outros).</i>	
+11241.01.00	ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS A CURTO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS - CONS / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS A RECEBER / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS A RECEBER
+11241.04.01	ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS A CURTO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS - CONS / ENCARGO SOBRE EMPREST E FINAN CONCED A RECEB
+11241.06.00	ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS A CURTO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS - CONS / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS
+11244.01.00	ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS A CURTO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS / EMPREST E FINANC CONCEDIDO - INTER OFSS ESTADO / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS RECEBER - INTER EST / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS RECEBER - INTER EST
+11244.06.00	ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS A CURTO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS / EMPREST E FINANC CONCEDIDO - INTER OFSS ESTADO / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS - INTER EST / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS - INTER EST
+11245.01.00	ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS A CURTO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS / EMPREST E FINANC CONCED - INTER OFSS MUNICIPIO / EMPRESTIMOS CONCED RECEBER - INTER MUNICIPIO / EMPRESTIMOS CONCED RECEBER - INTER MUNICIPIO
+11245.06.00	ATIVO CIRCULANTE / CREDITOS A CURTO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS / EMPREST E FINANC CONCED - INTER OFSS MUNICIPIO / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS - MUNICIPIO / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS - MUNICIPIO
+12111.03.01	ATIVO NAO CIRCULANTE / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDACÃO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS A RECEBER
+12111.03.18	ATIVO NAO CIRCULANTE / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDACÃO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS
+12114.03.01	ATIVO NAO CIRCULANTE / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO - INTER OFSS - ESTADO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS - EST / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS A RECEBER - ESTADO
+12114.03.18	ATIVO NAO CIRCULANTE / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO - INTER OFSS - ESTADO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS - EST / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS - ESTADO
+12115.03.01	ATIVO NAO CIRCULANTE / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO - INTER OFSS MUNICIPIO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS - MUN / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS A RECEBER - MUNICIPIO
+12115.03.18	ATIVO NAO CIRCULANTE / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO / CREDITOS A LONGO PRAZO - INTER OFSS MUNICIPIO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS - MUN / RESIDUO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS - MUNICIPIO
Crêterios	
<i>Apenas os saldos contábeis da Unidade Gestora 170512 - "Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)"</i>	
<i>Demais valores não identificados em nível de conta corrente como relacionados às outras rubricas.</i>	
Ajustes para Perdas	
+12111.99.02	AJUSTE DE PERDA PARA CREDITO LIQUIDACÃO
+12114.99.04	AJUSTE DE PERDAS DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO CONCEDIDO
+12115.99.04	AJUSTE DE PERDAS DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO
Crêterios	
<i>Apenas os saldos contábeis da Unidade Gestora 170512 - "Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)"</i>	
<i>Demais valores não identificados em nível de conta corrente como relacionados às outras rubricas.</i>	
Demais Ativos Financeiros	
Haveres Externos (Garantias)	
Outros Créditos Bancários	
+11241.03.01	ATIVO CIRCULANTE / CRÉDITOS A CURTO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS - CONS / OPERAÇÕES ESPECIAIS / CREDITO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS A RECEBER
+11244.03.01	ATIVO CIRCULANTE / CRÉDITOS A CURTO PRAZO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS - INTER OFSS ESTADO / OPERAÇÕES ESPECIAIS - INTER ESTADO / CREDITO DE OPERAÇÕES

	ESPECIAIS A REC – INTER ESTADO
	ATIVO CIRCULANTE / CRÉDITOS A CURTO PRAZO / EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS / EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS – INTER OFSS MUNICÍPIO / OPERAÇÕES ESPECIAIS – INTER MUNICÍPIO/ CRÉDITO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS A REC - MUNICÍPIO/
+11245.03.01	ATIVO CIRCULANTE / CRÉDITOS A CURTO PRAZO / EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS / EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS – CONS / OPERAÇÕES ESPECIAIS / OPERAÇÕES ESPECIAIS SECURITIZADAS
+11241.03.03	ATIVO CIRCULANTE / CRÉDITOS A CURTO PRAZO / EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS / EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS – INTER OFSS ESTADO/ OPERAÇÕES ESPECIAIS – INTER ESTADO/ OPERAÇÕES ESPECIAIS SECURITIZADAS – INTER ESTADO
+11244.03.03	ATIVO CIRCULANTE / CRÉDITOS A CURTO PRAZO / EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS / EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS – INTER OFSS MUNICÍPIO / OPERAÇÕES ESPECIAIS – INTER MUNICÍPIO/ OPERAÇÕES ESPECIAIS SECURITIZADAS - MUNICÍPIO/

Críticas

	Apenas os saldos contábeis da Unidade Gestora 170705 - "Coordenação-Geral de Fundos e Operações Fiscais (COFIS)"
+12111.03.01	ATIVO NAO CIRCULANTE / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CRÉDITOS A LONGO PRAZO / CRÉDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDACAO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS A RECEBER
+12111.03.08	ATIVO NAO CIRCULANTE / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CRÉDITOS A LONGO PRAZO / CRÉDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDACAO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS / FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS A REC - EXCETO FAT
+12114.03.01	ATIVO NAO CIRCULANTE / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CRÉDITOS A LONGO PRAZO / CRÉDITOS A LONGO PRAZO - INTER OFSS - ESTADO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS - EST / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS A RECEBER - ESTADO
+12114.03.08	ATIVO NAO CIRCULANTE / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CRÉDITOS A LONGO PRAZO / CRÉDITOS A LONGO PRAZO - INTER OFSS - ESTADO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS - EST / FINANCIAMENTOS CONCED A REC -EXCETO FAT - EST
+12115.03.01	ATIVO NAO CIRCULANTE / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CRÉDITOS A LONGO PRAZO / CRÉDITOS A LONGO PRAZO - INTER OFSS MUNICÍPIO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS - MUN / EMPRESTIMOS CONCEDIDOS A RECEBER - MUNICÍPIO
+12115.03.08	ATIVO NAO CIRCULANTE / ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO / CRÉDITOS A LONGO PRAZO / CRÉDITOS A LONGO PRAZO - INTER OFSS MUNICÍPIO / EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS - MUN / FINANCIAMEN CONCEDIDOS A REC -EXCETO FAT - MUN

Críticas

Apenas os saldos contábeis da Unidade Gestora 170705 - "Coordenação-Geral de Fundos e Operações Fiscais (COFIS)", e apenas os créditos concedidos ao BNDES, identificados em nível de conta corrente.

(c) Restos a Pagar Processados

+62292.01.03	EMPENHOS LIQUIDADOS A PAGAR
+63130.00.00	RP NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR
+63210.00.00	RP PROCESSADOS A PAGAR
+62292.01.07	EMPENHOS LIQUIDADOS A PAGAR INSCRITOS EM RPP

3) DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES – ANEXO 3 – LRF, ART. 55, INCISO I, ALÍNEA "C" E ART. 40, § 1º

O Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores foi elaborado de acordo com o Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais, Volume III, relativo ao Relatório de Gestão Fiscal, 2ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 462, de 2009.

I) Garantias Concedidas:

Os registros correspondentes às garantias concedidas pelo Tesouro Nacional estão identificados no SIAFI, até o mês de referência, gestão Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por meio do grupo das contas contábeis 8.1.2.1.1.XX.YY – Garantias Concedidas.

II) Contragarantias Recebidas:

Os registros correspondentes às contragarantias recebidas pelo Tesouro Nacional, decorrentes das garantias concedidas, estão identificados no SIAFI, até o mês de referência, gestão Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por meio do grupo de contas contábeis 8.1.1.1.XX.YY – Contragarantias Recebidas.

Metodologia de Elaboração:

- a) Os valores em moeda estrangeira foram convertidos para moeda nacional nas datas das informações dos respectivos saldos devedores;
- b) **Garantias Concedidas** – Identifica as garantias concedidas, relativas às operações externas ou internas, de acordo com as seguintes categorias: aval ou fiança em operações de crédito e outras garantias concedidas nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, inclusive garantias concedidas por meio de Fundos;
- c) As garantias encontram-se classificadas, no primeiro nível de classificação, nas seguintes categorias:
- d) **Garantias Externas** – São as garantias relativas a obrigações contraídas junto a organismos multilaterais de crédito, agências governamentais estrangeiras ou outros credores sediados no exterior;
- e) **Garantias Internas** – São as garantias relativas as obrigações contraídas junto a credores públicos ou privados, no país.
- f) **Garantias Externas e Internas** estão subdivididas em:

1) **Aval ou Fiança em Operações de Crédito** – Nessa linha registram-se os saldos devedores dos avais ou fianças em operações de crédito, relativos ao exercício anterior e ao exercício de referência até o quadrimestre correspondente.

2) **Outras Garantias nos Termos da LRF (externas ou internas)** – Nessa linha, registram-se os saldos devedores do exercício anterior e do exercício de referência até o quadrimestre correspondente, de outras garantias concedidas nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, incluindo garantias concedidas por meio de Fundos.

Esta categoria inclui as garantias ou riscos assumidos em operações internas realizadas no âmbito de fundos, programas de financiamento (linhas de crédito) e operações especiais aprovadas por lei específica, a seguir: Fundo de Garantia à Exportação – FGE; Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade – FGPC; garantias de execução de contrato (Operações do Tipo Performance Bond) e de devolução de sinal (Refundment-bond); Seguro de Crédito à Exportação – SCE/IRB; Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF/BB; Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF/BNB; Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO/BACEN; Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira-BB; Fundo de Aval Para Geração de Emprego e Renda- FUNPROGER; Lei nº 8.036, de 11.05.1990 – assunção do risco de operações ativas/ solvência; Empresa Gestora de Ativos - EMGEA – MP nº 2.155, de 22.6.2001. Nesses casos, os valores são informados pelas instituições, agentes operadores e financeiros federais.

Os registros são efetuados pela STN, exceto os relativos as garantias no âmbito do FGE e FGPC, cujos saldos são registrados diretamente pelos gestores desses fundos.

e) No 3º quadrimestre de 2015, em comparação com o quadrimestre anterior, o saldo devedor total das Garantias (Interna e Externa) apresentou um acréscimo no valor aproximado de R\$ 23,45 bilhões (+8,32%), apresentado no **anexo I** desta Nota. Na apuração das Garantias Internas, verifica-se um aumento de aproximadamente R\$ 11,66 bilhões (+6,37%) em relação ao saldo do 2º quadrimestre de 2015, cujo incremento justifica-se principalmente pelo contrato firmado pela Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP no valor de R\$ 2,0 bilhões e pelos desembolsos ocorridos no período. As Garantias Externas apresentaram acréscimo de aproximadamente R\$ 11,79 bilhões (+11,93%) no 3º quadrimestre de 2015, justificado principalmente pela variação cambial do dólar no período, em +7,08%.

f) No período foi assinado 1 (um) contrato de crédito externo por governo estadual junto a Organismo Multilateral. Ressaltamos que as variações ocorridas nos Saldos Devedores dos Contratos de Garantia Externa e Interna são fruto dos desembolsos, amortizações e variações cambiais ocorridos no período. Logo, conclui-se que a alteração dos valores dos Saldos Devedores das Garantias não é decorrente exclusivamente da assinatura de contratos novos, tendo em vista que o registro é feito pelos desembolsos realizados no período e não pelo valor contratado, e desta forma não varia na mesma proporção que esses. Em relação ao crédito interno houve assinatura de apenas um contrato de garantia (Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP).

g) A dispensa de contragarantia decorre principalmente de operações de empresas públicas, cujo capital pertence integralmente à União, conforme prevê o art. 40, parágrafo primeiro, da Lei de Responsabilidade Fiscal, ou de operações realizadas anteriormente à Resolução nº 96/89 do Senado Federal, que tornou obrigatória a vinculação de contragarantias a partir de sua edição. A modalidade de operações de seguro de crédito não requer contragarantia, considerando que o próprio prêmio de seguro objetiva constituir reserva atuarial para cobertura de eventual sinistro, constituindo-se assim uma situação de inexigibilidade.

h) A diferença entre os valores referentes às garantias e às contragarantias decorre das situações anteriormente citadas, conforme demonstrativo no **anexo II**.

JUSTIFICATIVAS QUANTO À DIFERENÇA ENTRE O SALDO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS

UNIAO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015						
LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º - Anexo II						
DISPENSE DE CONTRAGARANTIA – INTERNOS						
Interna	SD Exercício Anterior	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	R\$ 1,00	
CONTRATOS DE SEGURO – NÃO APLICÁVEL	49.600.988.024,72	51.411.274.810,56	58.332.291.075,68	58.986.541.260,49		
A contragarantia é o prêmio de seguro	34.808.690.204,25	37.409.281.786,64	45.104.171.831,05	46.501.537.284,34		
Fundo de Garantia à Exportação – FGE	33.791.191.937,88	37.409.281.786,64	45.104.171.831,05	46.501.537.284,34		
Seguro de Crédito à Exportação – SCE/IRB	779.323.918,76	873.402.777,43	1.068.255.472,62	1.142.135.334,94		
Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO – Bacen	238.174.347,61	75.472.040,89	56.923.485,76	35.299.074,23		
CONTRATOS SOB A VIGÊNCIA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) – LC Nº 101, DE 04.05.2000	14.792.297.820,47	14.001.993.023,92	13.228.119.244,63	12.485.003.976,15		
Obrigação de vincular contragarantias com dispensa para entidades do próprio Ente	14.792.297.820,47	14.001.993.023,92	13.228.119.244,63	12.485.003.976,15		
BNDES (Contrato S/Nº, de 22/12/2008)	4.584.662.056,28	4.421.690.281,49	4.257.708.265,01	4.130.605.038,81		
BNDES (Contrato nº 433/08)	4.194.815.400,07	4.092.216.586,41	4.003.605.503,49	3.929.408.529,43		
EMGEA – MP nº 2.155, de 22.06.2001	6.012.820.364,12	5.488.086.156,02	4.966.805.476,13	4.424.990.407,91		
Total geral	49.600.988.024,72	51.411.274.810,56	58.332.291.075,68	58.986.541.260,49		

i) Em atenção às determinações contidas no Acórdão nº 1.051/2007 do Tribunal de Contas da União – TCU, apresenta-se, no **anexo III**, a tabela “Garantias Externas – Razões para Dispensa de Contragarantias”, atualizada de acordo com padrão fixado pelo TCU.

UNIAO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015						
LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º - Anexo III						
DISPENSE DE CONTRAGARANTIA DE CONTRATOS EXTERNOS						
Externa	Data de assinatura	Data de Encerramento	Moeda de Origem	Valor Contratado de Moeda de Origem	SD Exercício Anterior (R\$)	1º Quadrimestre (R\$)
CONTRATOS SOB A VIGÊNCIA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) – LC Nº 101, DE 04.05.2000					9.079.905.717,01	9.757.802.571,42
Obrigação de vincular contragarantias com dispensa para entidades do próprio Ente					8.051.909.648,91	8.702.131.775,37
NIBNIB-100	17/07/2002	15/09/2017	USD	100.000.000,00	8.051.909.648,91	10.483.010.322,66
NIBNIB-03/15 (NIB-60)	09/11/2005	15/11/2020	USD	60.000.000,00	79.686.000,00	91.167.500,00
JBC 12.07.02	12/07/2002	14/03/2020	JPY	45.000.000.000,00	136.604.571,40	125.029.714,19
BID 1860	19/10/2007	19/10/2029	USD	1.000.000.000,00	333.553.452,51	397.931.233,47
					2.158.162.500,00	2.338.750.000,00
						2.848.984.375,00
						11.860.581.490,12
						10.678.446.025,82
						10.678.446.025,82
						78.096.000,00
						122.722.285,60
						1.427.692.500,00
						2.440.500.000,00

BID1608	23/09/2005	USD	1.000.000.000,00	1.826.137.500,00	1.964.550.000,00	2.393.146.875,00	2.928.600.000,00
BID1374	09/05/2002	USD	900.000.000,00	1.120.584.375,00	1.262.925.000,00	1.435.888.125,00	3.294.675.000,00
BID2023	19/03/2009	USD	1.000.000.000,00	2.407.181.250,00	2.619.400.000,00	3.190.862.500,00	386.160.240,22
CONTRATOS SOB A VIGÊNCIA DA RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 96, DE 15.12.1989							
Obrigação de vincular contragarantias, mas com possibilidade de dispensa caso a caso e entendimento jurídico de não aplicabilidade a empresas estatais							
BID841	12/12/1994	USD	400.000.000,00	1.027.996.068,10	1.055.670.796,05	1.257.667.742,37	1.182.135.464,30
BID1125	14/03/1999	USD	1.100.000.000,00	1.027.996.068,10	1.055.670.796,05	1.257.667.742,37	1.182.135.464,30
Total geral				9.079.905.717,01	9.757.802.571,42	11.740.678.065,03	11.860.581.490,12

j) Conforme estabelecido no art. 4º, inciso II, letra a, da Instrução Normativa – IN nº 59 do TCU, aprovada em 12.08.2009, apresenta-se, no anexo IV, a relação dos contratos de garantias em operações de crédito externo efetuadas pela União no período de referência do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo (Acórdão nº 1.779/2009/TCU).

Contratos de Garantia Assinados no 3º Quadrimestre/2015					
Banco	Contrato	Mutuiário	SIAFI	Data de assinatura	Moeda de origem
BIRD	8353-BR	Governo do Estado do ES	502298	28/09/2015	USD

k) Conforme estabelecido no art. 4º, inciso II, alínea b, da Instrução Normativa – IN nº 59 do TCU, aprovada em 12.08.2009, informamos que no período de referência deste Relatório de Gestão Fiscal, nenhuma garantia foi honrada pela União e que não há processo de recuperação de haveres da União decorrentes da Honra de Aval Externo.

4) DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO – ANEXO 4 – LRF, ART. 55, INCISO I ALÍNEA “D” E INCISO III ALÍNEA “C”

- a) Operações de Crédito – é a soma das Operações Mobiliárias e Contratuais;
- b) Operações de Crédito Mobiliárias – é a soma das Operações com Títulos Internas e Externas:
 - Operações Internas – é a soma do Refinanciamento, da Assunção e Reconhecimento de Dívidas, de Outras Operações Orçamentárias e de Outras Extra-Orçamentárias:
 - Refinanciamento: Contas Contábeis 62120.00.00 – RECEITA REALIZADA, 62131.00.00 – RESTITUIÇÕES, 62132.00.00 – RETIFICAÇÕES, 62133.00.00 – COMPENSAÇÕES, 62134.00.00 – INCENTIVOS FISCAIS e 62139.00.00 – OUTRAS DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA com filtro de Natureza de Receitas 21110100 – TIT. RESP. T. N. – REFINANC. DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL e 81110100 – TIT. RESP. T. N. – REFINANC. DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL.
 - Assunção e Reconhecimento de Dívidas: Contas Contábeis 89611.03.09 – EMISSÃO INTERNA POR ASSUNÇÃO DE DÍVIDAS – CP e 89611.03.10 – EMISSÃO INTERNA POR ASSUNÇÃO DE DÍVIDAS – LP.
 - Outras Operações Orçamentárias: Contas Contábeis 62120.00.00 – RECEITA REALIZADA, 62131.00.00 – RESTITUIÇÕES, 62132.00.00 – RETIFICAÇÕES, 62133.00.00 – COMPENSAÇÕES, 62134.00.00 – INCENTIVOS FISCAIS e 62139.00.00 – OUTRAS DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA com filtro de Natureza de Receita 21110200 – TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA – TDA e 21110300 – TIT. RESP. DO TES. NAC. – OUTRAS APLICAÇÕES.
 - Outras Operações Extra-Orçamentárias:
 - Aportes ao BACEN: Contas Contábeis 89611.03.03 – EMISSÃO INTERNA POR APOORTE AO BACEN – CP e 89611.03.04 – EMISSÃO INTERNA POR APOORTE AO BACEN – LP.
 - Aportes em Empresas: Contas Contábeis 89611.03.11 – EMISSÃO INTERNA POR APOORTE EM EMPRESAS – CP e 89611.03.12 – EMISSÃO INTERNA POR APOORTE EM EMPRESAS – LP.
 - Demais Extra-Orçamentárias: Contas Contábeis 89611.03.01 – EMISSÃO DE TÍTULOS DE CURTO PRAZO – MERCADO, 89611.03.02 – EMISSÃO DE TÍTULOS DE LONGO PRAZO – MERCADO, 89611.03.05 – EMISSÃO DE TÍTULOS DE CURTO PRAZO – TDA e 89611.03.06 – EMISSÃO DE TÍTULOS DE LONGO PRAZO – TDA.
- c) Operações Externas – é a soma dos Refinanciamentos e Outras Operações Externas:
 - Refinanciamento: Contas Contábeis 62120.00.00 – RECEITA REALIZADA, 62131.00.00 – RESTITUIÇÕES, 62132.00.00 – RETIFICAÇÕES, 62133.00.00 – COMPENSAÇÕES, 62134.00.00 – INCENTIVOS FISCAIS e 62139.00.00 – OUTRAS DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA com filtro de Natureza de Receita 21220100 – TIT. RESP. REFINANC. DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL.

Outras Operações Externas: Contas Contábeis 62120.00.00 – RECEITA REALIZADA, 62131.00.00 – RESTITUIÇÕES, 62132.00.00 – RETIFICAÇÕES, 62133.00.00 – COMPENSAÇÕES, 62134.00.00 – INCENTIVOS FISCAIS e 62139.00.00 – OUTRAS DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA com filtro de Natureza de Receita 21220200 – TÍTULOS TESOURO NACIONAL – OUTRAS APLICAÇÕES somadas com as Contas Contábeis 89611.03.07 – EMISSÃO DE TÍTULOS DE CURTO PRAZO EXTERNO e 89611.03.08 – EMISSÃO DE TÍTULOS DE LONGO PRAZO – EXTERNO.

c) Operações de Crédito Contratuais – é a soma das Operações Contratadas Internas e Externas:

- Operações Internas – é a soma das Aberturas de Crédito e de Outras Operações Internas:

Abertura de Crédito: Contábeis 62120.00.00 – RECEITA REALIZADA; 62131.00.00 – RESTITUIÇÕES; 62132.00.00 – RETIFICAÇÕES; 62133.00.00 – OUTRAS DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA com filtro de Natureza de Receita 62134.00.00 – INCENTIVOS FISCAIS e 62139.00.00 – CONTRATAIS.

Outras Operações Internas: Conta Contábil 2/21.03.98 – OUTROS CONTRATOS – EMPRÉSTIMOS INTERNOS.

Operações Externas — é a soma das Abertura de Créditos Orcamentários e Extra-Orcamentários e de Outras Operações Contratuais Externas:

Abertura de Crédito – Orçamentários: Contas Contábeis 62120.00.00 – RECEITA REALIZADA, 62131.00.00 – RESTITUIÇÕES, 62132.00.00 – OUTRAS DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA, 62133.00.00 – COMPENSAÇÕES, 62134.00.00 – INCENTIVOS FISCAIS e 62139.00.00 – OUTRAS DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA.

Abertura de Crédito – Extra-Orçamentários: Contas Contábeis 62120.00.00 – RECEITA REALIZADA, 62131.00.00 – RESTITUIÇÕES, 62132.00.00 – RETIFICAÇÕES, 62133.00.00 – COMPENSAÇÕES, 62134.00.00 – INCENTIVOS FISCAIS e 62139.00.00 – OUTRAS DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA.

d) **Receita Corrente Líquida – RCL**: retirada do Anexo 3 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

e) Amortização/Refinanciamento do Principal das Dívidas: Contas Contábeis 62213.03.00 – CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR, 62213.04.00 – CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR INSCRITO EM RPP, com filtro de Grupo de Despesa 6 – AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA.

0 Concessão de Garantias: retirada do Anexo 3 deste RGF.

5) **DEMONSTRATIVO DAS DISPONIBILIDADES DE CAIXA – LRF, art. 55, inciso III alínea “a”, Anexo 5**

As consultas são realizadas considerando os seguintes critérios:

- **Gestão:** Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto quando indicado de forma diferente no quadro abaixo;
- **Mês de referência:** 14 (o código 14 indica exercício fechado no SIAFI);
- **Poder:** I/G Executiva: Executivo, exceto quando indicado de forma diferente no quadro abaixo;

Composição das colunas do relatório:

GRUPO DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS			
DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	(a)		+ 1.1.0.0.00.00 ("Caixa e Equivalentes de Caixa") com ISF (Indicador de Superávit Financeiro) igual a "F". + Valor positivo da equação "8.2.2.4.01.01 (Restos a Pagar – Recursos a Receber – Autorizado – Inscrito) – 8.2.2.1.4.01.01 (Restos a Pagar – Recursos a Liberar – Autorizado – Inscrito)", ou seja, o valor líquido dos recursos a receber para pagamento de restos a pagar. Caso a equação resulte em valor negativo, esse valor deve ser desconsiderado.
OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	(b)	De Exercícios Anteriores	+ 6.3.2.1.0.00.00 (Restos a Pagar Processados a Pagar); + 6.3.1.3.0.00.00 (Restos a Pagar Não Processados Liquidados a Pagar);
	(c)	Do Exercício	+ 6.3.2.7.0.00.00 (Restos a Pagar Processados Inscritos no Exercício).
	(d)	Restos a Pagar	+ 6.3.1.1.0.00.00 (Restos a Pagar Não Processados a Pagar);



	Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores		+ 6.3.1.2.0.00.00 (Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em Liquidação); + 6.3.1.5.1.00.00 (Restos a Pagar Não Processados a Liquidar Bloqueados por Decreto); + 6.3.1.5.2.00.00 (Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em Liquidação Bloqueados);
	Demais Obrigações Financeiras	(e)	+ 2.0.0.0.0.00.00 com filtro "ISF Lançamento" igual a "p"; - 2.1.8.9.2.39.01 (Conta Recebida Diferida); - 2.1.8.9.2.39.02 (Repasse Recebido Diferido); - 2.1.8.9.2.39.03 (Sub-Repasse Recebido Diferido); - Colunas "b" e "c"; - 6.3.1.2.0.00.00 (Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em Liquidação); - 6.3.1.5.2.00.00 (Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em Liquidação Bloqueados); - 5.3.1.7.1.02.00 (Restos a Pagar Não Processados do Exercício em Liquidação); + Valor positivo da equação "8.2.2.1.4.01.01 (Restos a Pagar – Recursos a Liberar – Autorizado – Inscrição) – 8.2.2.2.4.01.01 (Restos a Pagar – Recursos a Receber – Autorizado – Inscrição)". Caso a equação resulte em valor negativo, esse valor deve ser desconsiderado.
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	(f) = (a – (b + c + d + e))	Para apurar a Disponibilidade de Caixa Líquida (Antes da Inscrição em RPNP do Exercício), subtraímos da coluna "a" (Disponibilidade de Caixa Bruta) a soma das colunas "b", "c", "d" e "e".
	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO		+ 5.3.1.7.1.01.00 (Restos a Pagar Não Processados do Exercício a Liquidar); + 5.3.1.7.1.02.00 (Restos a Pagar Não Processados do Exercício em Liquidação).
	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)		+ 6.3.1.9.1.00.00 (Cancelamento por Insuficiência de Recursos).

Composição dos GRUPOS DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS a partir dos códigos de destinação de recursos e seus detalhamentos:

Linhas Agregadas	Fonte de Recursos		Fonte Detalhe
	00	RECURSOS ORDINARIOS	
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS/ORDINÁRIOS (II)	29	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	= 017000; 032281; 392070; 980000
	42	COMPENS.FINANC./EXPL.DE PETR. OU GAS NATURAL	= 980000
	77	FONTE A CLASSIFICAR	
	78	FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	= 980000
	86	OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	= 711010; 980000
	97	DIVIDENDOS + UNIAO	
	98	DES VINCULACAO DE RECURSOS	
	99	RECURSOS DO FUNDO DE ESTABILIZACAO FISCAL	
1. Recursos vinculados à Educação	12	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	
	13	CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	EXCETO 150071
	21	SEM CODIGO SIAFI - MAS RELACIONADO COM O GRUPO	
	93	PRODUTO DA APLIC.DOS REC.A CONTA DO SAL.EDUC.	

2 Recursos vinculados à Seguridade Social	06	CONTR. FUNDO DE SAUDE POL. MIL. BOMBEIROS DO DF			
	17	REC. ORIUNDOS CONTR. VOLUNTARIAS MONTEPIO CIVIL			
	18	CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	=		033907; 033908; 033909
	22	RENTA LIQUIDA DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS			
	23	CONTRIBUICAO P/ CUSTEIO DE PENSOES MILITARES			
	25	SEM CODIGO SIAFI - MAS RELACIONADO COM O GRUPO			
	39	ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS	=		191372; 209262
	40	CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	=		171431
	51	CONTR. SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS			
	53	CONTRIBUICAO P/ FINANCIAM DA SEGURIDADE SOCIAL			
	55	CONTRIB. PROVISORIA S/ MOVIMENTACAO FINANCEIRA			
	84	CONTRIBUIÇÕES S/ REMUN. DEV. AO TRABALHADOR-FGTS			
3 Recursos de Operação de Crédito e Receitas Financeiras	43	REFINANCIAMENTO DA DIV. PUBL. MOBIL. FEDERAL			
	44	TITULOS DE RESPONSABIL. DO TESOIRO NACIONAL			
	46	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA			
	47	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - BENS/SERVIÇOS			
	48	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS-EM MOEDA			
	49	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS-BENS/SERVIÇOS			
	52	RESULTADO DO BACEN			
	59	REC. OPER. OF. CRED.-RET. REF. DIV. MED. E L. PRAZOS			
	60	RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO			
	61	CERTIFICADOS DE PRIVATIZACAO			
	64	TITULOS DA DIVIDA AGRARIA			
	67	NOTAS DO TES. NAC. - SERIE "P" - MOEDA CORRENTE			
	71	REC. DAS OPER. OF. DE CREDITO-RET. DE OC.-BEA/BIB			
	73	REC. DAS OPER. OF. DE CREDITO-RET. DE OC.-EST. MUN.			
	88	REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOIRO NACIONAL			
	89	REC. OPER. OF. CRED. - RETORNO REF. DIV. CLUB. PARIS			
4 Recursos de Alienação de Bens e Direitos	62	REFORMA PATRIMONIAL - ALIENACAO DE BENS			
	63	REFORMA PATRIMONIAL - PRIVATIZACOES			
	65	ALIENACAO DE OBRIGACOES DO FND			
	87	ALIENACAO DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS			
5 Recursos de Transferências Constitucionais e Legais a Estados, DF, Municípios, inclusive Fundos	01	IMPOSTO S/ RENDA E S/ PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS			
	02	IMPOSTO TERRITORIAL RURAL			
	11	CONTRIB. DERIV. PETROLEO. COMB. COM - CIDE	=		017337
	13	CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	=		150071
	18	CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	=		033905; 033910
	19	IMPOSTO S/ OPERACOES FINANCEIRAS-OURO			
	29	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	=		442081; 442082
	34	COMPENSAÇOES FINANC. P/ UTILIZ. DE REC. HIDRICOS	=		001198; 032000; 032001
	41	COMPENSAÇOES FINANC. P/ EXPLOR. DE REC. MINERAIS	=		032000
	42	COMPENSA. FINANC. P/ EXPL. DE PETR. OU GAS NATURAL	=		032284; 032290
	45	REC. PROD. DE PETROLEO/GAS NAT. CAMADA PRE-SAL	=		731040; 731041
6 Recursos vinculados à Previdência Social (RGPS)	54	RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVID. SOCIAL			
7 Recursos vinculados à Previdência	56	CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR			

[illegible]

57	RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS		
58	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF		
66	OUTROS RECURSOS VINCULADOS	=	41000
72	OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	=	012069; 024301; 024302; 024303; 024304; 024305; 024306; 024307; 024308; 024309; 024310; 024311; 041310; 041902; 249010; 249011; 249012; 249013; 249014; 249015; 700111
74	TX/MUL.P/PODER DE POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD	=	016067; 020172; 020246; 020256; 030911; 038298; 038338; 110071; 120069; 120320; 120520; 253003; 270031; 270032; 300905; 300906; 419020; 429020; 449010; 702307
75	TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS	=	017294; 039000; 110071
76	OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	EXCETO	012069; 038204; 121031; 700113
78	FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	EXCETO	980000
79	FUNDO DE COMBATE A ERRADICACAO DA POBREZA		
09	RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		
66	OUTROS RECURSOS VINCULADOS	EXCETO	041000
90	RECURSOS DIVERSOS		
12. Recursos a Classificar	Demais códigos contidos no Tesouro Gerencial que não se encaixam nas demais fontes.		

6) DEMONSTRATIVO DOS LIMITES – ANEXO 6 – LRF, ART. 48

As informações são obtidas dos Anexos 1 a 5.

~~A CMO.~~
~~Em _____~~

Aviso nº 66 - C. Civil.

Brasília, 28 de janeiro de 2016.

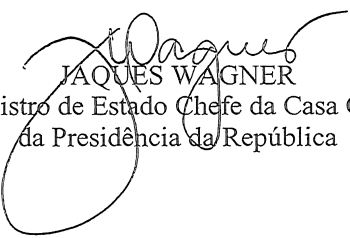
A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidenta da República, de remessa do Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a dezembro do exercício de 2015.

Atenciosamente,


JAQUES WAGNER
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A CMO.
Em 15/2/2016.
Instituto

GP-O nº 35 /2016

Brasília, 28 de janeiro de 2016.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional

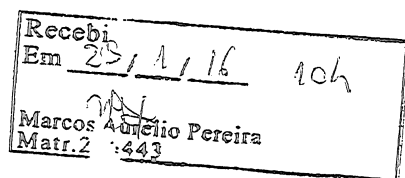
Assunto: Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no inciso I do art. 5º da Lei 10.028, de 19/10/2000, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de janeiro a dezembro de 2015.

Atenciosamente,


EDUARDO CUNHA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

PORTARIA nº 10, de 30/01/2016

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de janeiro a dezembro de 2015.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, especialmente nos arts. 18, 19, 54, 55 e 71, RESOLVE, *ad referendum* da Mesa:

Art. 1º Fica aprovado o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL da Câmara dos Deputados, referente ao período de janeiro a dezembro de 2015, na forma dos anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Em _____ de janeiro de 2016.

Assinatura manuscrita de Eduardo Cunha.

EDUARDO CUNHA
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DOS DEPUTADOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

LRF, art. 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		674.522.742.000,00	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		3.671.604.049,94	0,544326%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>		8.161.725.178,20	1,210000%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>		7.753.638.919,29	1,149500%
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas			
Operações de Crédito por Antecipação da Receita			
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas			
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita			
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		127.972.846,66	638.414.622,42

FONTE: Tesouro Gerencial: Consulta "RGF_DDC E RP_2015". Câmara dos Deputados - 25/jan/2016 - 08h54min.

Nota: Elaborado com base no Manual de Demonstrativos Fiscais aprovado pela Portaria nº 553, de 22 de setembro de 2014, da Secretaria do Tesouro Nacional.

ROMULO DE SOUSA MESQUITA
Diretor-Geral

RICARDO SOARES DE ALMEIDA
Secretário de Controle Interno

FLÁVIO GOMES DE MESQUITA
Diretor Substituto de Finanças, Orçamento e Contabilidade



CÂMARA DOS DEPUTADOS

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DOS DEPUTADOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Jan a Dez/2015)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	4.207.690.319,29	11.708.000,00
Pessoal Ativo	2.754.562.027,12	1.757.000,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.453.128.292,17	9.951.000,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	545.023.269,35	2.771.000,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	40.345.213,28	950.000,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	15.838.760,07	1.821.000,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	488.839.296,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	3.662.667.049,94	8.937.000,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	674.522.742.000,00	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)	3.671.604.049,94	0,544326
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - (1,210000%)	8.161.725.178,20	1,210000
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único, art. 22 da LRF) - (1,149500%)	7.753.638.919,29	1,149500
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - (1,089000%)	7.345.552.660,38	1,089000

Nota nº 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

RÔMULO DE SOUSA MESQUITA
Diretor-Geral

RICARDO SOARES DE ALMEIDA
Secretário de Controle Interno

FLÁVIO GOMES DE MESQUITA
Diretor Substituto de Finanças, Orçamento e Contabilidade



CÂMARA DOS DEPUTADOS

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DOS DEPUTADOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

RS 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	551.271.239,66	-	1.820,00	46.104.456,20	6.122.046,23	499.042.917,23	979.767,23	-
12 - RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	1.600,00	-	-	-	-	1.600,00	-	-
50 - RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	406.913.606,14	-	1.820,00	100.162,53	-	406.811.623,61	979.767,23	-
51 - CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	555.501,30	-	-	-	-	555.501,30	-	-
53 - CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL	26.392.457,15	-	-	23.521.577,58	-	2.870.879,57	-	-
69 - CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	22.924.771,82	-	-	22.482.716,09	-	442.055,73	-	-
80 - RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	88.361.257,02	-	-	-	-	88.361.257,02	-	-
90 - RECURSOS DIVERSOS	6.122.046,23	-	-	-	6.122.046,23	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	527.343.660,27	5.175.182,72	4.094.277,30	245.249.839,28	133.452.655,78	139.371.705,19	126.993.079,43	-
00 - RECURSOS ORDINARIOS	527.343.660,27	5.175.182,72	4.094.277,30	245.249.839,28	133.452.655,78	139.371.705,19	126.993.079,43	-
TOTAL (III) = (I + II)	1.078.614.899,93	5.175.182,72	4.096.097,30	291.354.295,48	139.574.702,01	638.414.622,42	127.972.846,66	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: Tesouro Gerencial: Consulta "RGF_DDC E RP_2015", Câmara dos Deputados - 25/jan/2016 - 08h54min.

Nota: Elaborado com base no Manual de Demonstrativos Fiscais aprovado pela Portaria nº 553, de 22 de setembro de 2014, da Secretaria do Tesouro Nacional. A coluna "Demais obrigações financeiras" contempla, na fonte recursos ordinários, valores referentes aos recursos diferidos para 2016, cuja apuração decorreu da diferença entre a cota recebida e a despesa empenhada no exercício de 2015.

ROMULO DE SOUSA MESQUITA

Diretor-Geral

RICARDO SOARES DE ALMEIDA

Secretário de Controle Interno

FLÁVIO GOMES DE MESQUITA

Diretor Substituto de Finanças, Orçamento e Contabilidade



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

A CMO.
Em 15/2/2016
[Assinatura]

OFÍCIO GDGSET.GP.Nº 035

00100-009702/2016-04
Brasília, 26 de janeiro de 2016.

27 JAN 2016

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Brasília – DF

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Em cumprimento ao artigo 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, encaminho a Vossa Excelência, em anexo, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de janeiro a dezembro de 2015.

Atenciosamente,

Ministro IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
Vice-Presidente no exercício da Presidência
do Tribunal Superior do Trabalho

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	698.598.572,83	7.410.590,25	706.009.163,08
Pessoal Ativo	489.102.091,15	7.246.693,19	496.348.784,34
Pessoal Inativo e Pensionistas	209.496.481,68	163.897,06	209.660.378,74
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	211.570.648,75	398.469,45	211.969.118,20
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	164.050,74	0,00	164.050,74
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	3.297.788,56	330.627,39	3.628.415,95
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	208.108.809,45	67.842,06	208.176.651,51
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	487.027.924,08	7.012.120,80	494.040.044,88

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

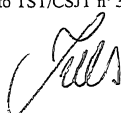
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	674.522.742.000,00		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100	0,072203%	0,001040%	0,073243%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,181764%		1.226.039.516,77
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)	0,172675%		1.164.732.144,75
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	0,163588%		1.103.438.263,18

FONTE: SIAFI e Tesouro Gerencial - DICON/SEA/TST, 13/jan/2016, às 12:00.

Notas: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II, da Lei nº 4.320/64.

2) Os Limites Máximo e Prudencial foram estipulados conforme Ato Conjunto TST/CSJT nº 30, de 26 de agosto de 2013, alterado pelo Ato Conjunto TST/CSJT nº 12, de 1º de julho de 2015.



Ministro IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
 Vice-Presidente no exercício da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho



GUSTAVO CARIBE DE CARVALHO
 Diretor-Geral da Secretaria



RUBENS LUIZ MURGA DA SILVA
 Secretário de Controle Interno



MARIA TEREZA DE ANDRADE LIMA ORLANDI
 Secretária de Administração Substituta

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")								R\$ 1,00	
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a – (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras	(e)			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	19.526.073,31	-	-	63.870,31	1.510.454,81	17.951.748,19	67.842,06	-	
156 - Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor	6.096.907,50	-	-	624,83	417.517,53	5.678.765,14	2.313,35	-	
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Segurid. Soc. Servidor	13.429.165,81	-	-	63.245,48	1.092.937,28	12.272.983,05	65.528,71	-	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	575.002.309,10	408.803,04	2.954.240,64	17.374.839,58	222.621.220,07	331.643.205,77	48.298.089,23	-	
100 - Recursos Ordinários	529.631.724,47	228.955,83	439.065,26	16.487.160,07	210.825.276,86	301.651.266,45	33.000.657,24	-	
127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	30.337.145,97	179.847,21	2.515.175,38	887.679,51	316.239,34	26.438.204,53	15.297.431,99	-	
150 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	1.351.238,65	-	-	-	-	1.351.238,65	-	-	
151 - Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	8.677,92	-	-	-	-	8.677,92	-	-	
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	9.746.297,99	-	-	-	-	15.566,82	-	-	
190 - Recursos Diversos	801.316,66	-	-	-	-	9.761.864,81	-	-	
300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	2.879.782,00	-	-	-	-	801.316,66	-	-	
329 - Recursos de Concessões e Permissões	200.748,06	-	-	-	-	916.522,40	-	-	
388 - Remuneração das Disponib. do Tesouro Nacional - Exer. Ant.	45.377,38	-	-	-	-	200.748,06	-	-	
TOTAL (III) = (I + II)	594.528.382,41	408.803,04	2.954.240,64	17.438.709,89	224.131.674,88	349.594.953,96	48.365.931,29	-	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES'	19.526.073,31	-	-	63.870,31	1.510.454,81	17.951.748,19	67.842,06	-	

Fonte: Tesouro, Gerencial, DICONTE/SEAF/STST, 20/jan/2016, às 14h1. Imin.

Fonte: Tesouro Gerencial, DICON/SEAT/ST, 20/jan/2016, às 14h11min.

Notas:

1. A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.
2. Em atendimento ao disposto no item 9.4.4 do Acórdão nº 1.573/2006 - TCU - Plenário, estão incluídos do Órgão Setorial de Programação Financeira (UG 080017) da Justiça do Trabalho os valores de R\$ 532.182.582,91, na "Disponibilidade de Caixa Bruta" relativo ao "Limite de Saque com Vinculação de Pagamento", e de R\$ 232.260.008,28, em "Demais Obrigações Financeiras" relativo à conta "Restos a Pagar Recursos a Liberar Autorizado Inscricao".
3. No saldo da coluna "Demais Obrigações Financeiras" está incluído o valor positivo líquido a liberar para pagamento de Restos a Pagar, de R\$ 223.107.129,00, referente à diferença entre R\$ 232.260.008,28 da UG 080017 (conta 82214.01.01) e R\$ 9.152.879,38 da UG 080001 - Tribunal Superior do Trabalho (conta 82224.01.01).

Ministro IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

Vice-Presidente no exercício da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho

[Assinatura]
GUSTAVO CARIBE DE CARVALHO
Diretor-Geral da Secretaria

RUBENS LUIZ MURGA DA SILVA

Secretário de Controle Interno

[Assinatura]

MARIA TEREZA DE ANDRADE LIMA ORLANDI

Secretária de Administração Substituta

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2015

LRF, art. 48 - ANEXO VI

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR	
Receita Corrente Líquida	674.522.742.000,00	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	494.040.044,88	0,073243
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.226.039.516,77	0,181764
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	1.164.732.144,75	0,172675
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) ¹
Valor Total	48.365.931,29	349.594.953,96

FONTE: Demonstrativo da Despesa com Pessoal e Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - DICONTE/SEA/TST, em 20/jan/16, às 14h11min.

Nota: ¹ A Disponibilidade de Caixa Líquida inclui o valor de R\$ 299.922.574,63, relativo ao Órgão Setorial de Programação Financeira (UG 080017) da Justiça do Trabalho, em atendimento ao disposto no item 9.4.4 do Acórdão nº 1.573/2006 - TCU - Plenário. Assim, a Disponibilidade de Caixa Líquida do Tribunal Superior do Trabalho (UG 080001) é de R\$ 49.672.379,33.

Ministro IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
 Vice-Presidente no exercício da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho

GUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO
 Diretor-Geral da Secretaria

RUBENS LUIZ MURGA DA SILVA
 Secretário de Controle Interno

MARIA TEREZA DE ANDRADE LIMA ORLANDI
 Secretária de Administração Substituta

A CMO.
Em 15/2/2016

M. S. C.

JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**Ofício GDG/SCOF nº 01/2016**C 5 FEV-2016
00100.014732/2016-24
São Paulo, 29 de janeiro de 2016**Senhor Senador**

Em cumprimento ao artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000, bem como em observância ao disposto no artigo 5º, inciso I da Lei nº 10.028/2000, encaminhamos a Vossa Excelência os anexos Quadros Demonstrativos “Despesa com Pessoal”, “Disponibilidade de Caixa”, “Restos a Pagar” e “Demonstrativo Simplificado”, em relação à Receita Corrente Líquida, que compõem o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, do período de janeiro a dezembro de 2015.

Esclarecemos que os referidos Demonstrativos foram publicados no Diário Oficial da União, Seção 1, páginas 268 e 269, em 29 de janeiro de 2016, conforme cópias anexas, e, igualmente, estão sendo enviados, nesta data, ao C. Tribunal de Contas da União.

Na oportunidade, apresentamos a Vossa Excelência nossos protestos de estima e elevado apreço.

DENIZE MOTA

Diretora Geral da Administração Substituta

Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS
DD. Presidente do
Congresso Nacional
BRASÍLIA-DF



268

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 20, sexta-feira, 29 de janeiro de 2016

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015
RGF - Anexo VII (LRF, art. 48) R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		1.029.380.935,99	0,152609
Limite máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <= >		1.986.746.029,51	0,294541
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - <= >		1.887.408.728,04	0,279814
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE RCL
Dívida Consolidada Líquida			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE RCL
Total das Garantias Concedidas			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE RCL
Operações de Crédito Internas e Externas			
Operações de Crédito por Antecipação da Receita			
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas			
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita			
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RP NÃO PROCESSADA DO EXERCÍCIO	DISP DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RP NÃO PROC DO EXERCÍCIO)
Valor Total		33.093.243,05	34.901.943,45

Fontes: SIAFI e TESOIRO GERENCIAL-CCON/SOF/TRT 1ª Região - 22/01/2016 - 14:30h

Des. MARIA DAS GRAÇAS CABRAL VIEGAS PARANHOS
Presidente do Tribunal

FLÁVIO PIRES FERREIRA CLEMENTINO
Diretor-Geral

SÉRGIO HONORATO DOS SANTOS
Diretor da Secretaria de Controle Interno

MARIA DE LOURDES PIRES BITTENCOURT
Diretora da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

ATO Nº 3, DE 20 DE JANEIRO DE 2016

A Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, publicada no D.O.U. de 05/05/2000, resolve publicar os quadros demonstrativos: "Despesa com Pessoal", "Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar" e "Demonstrativo Simplificado", referentes ao Relatório de Gestão Fiscal do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, do período de janeiro a dezembro de 2015.

Desª SÍLVIA REGINA PONDÉ GALVÃO DEVONALD

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)			R\$ 1,00
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não processados (b)	Total (c) = (a) + (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.846.577.928,98	12.909.253,02	1.859.487.182,00	
Pessoal Ativo	1.362.503.835,34	8.041.447,66	1.370.545.283,00	
Pessoal Inativo e Pensionistas	484.074.093,64	4.867.805,36	488.941.899,00	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	425.506.115,16	5.713.278,07	431.219.393,23	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores	2.674.926,77	4.378.109,46	7.053.036,23	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	422.831.188,39	1.335.168,61	424.166.357,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.421.071.813,82	7.195.974,95	1.428.267.788,77	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV) * 100			674.522.742.000,00	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <= >	0,210678%	0,001067%	0,211745%	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <= >	0,366147%		2.469.744.784,15	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <= >	0,347840%		2.346.257.544,94	
FONTE: TESOIRO GERENCIAL - CCON/SOF/TRT 2ª REGIÃO - 21/JAN/2016 - 14h00	0,329532%		2.222.770.305,74	

Notas:

- 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
 - a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 - b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.
- 2) Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 - TCU - Plenário, nas despesas com Pessoal não estão computadas as despesas executadas por meio de descentralizações a seguir indicadas:
 - a) Sentenças de Pequeno Valor, classificadas nos itens de despesa 33190.91.32 e 33190.91.33, no montante de R\$ 3.446.372,86;
 - b) Precatórios da Administração Direta e Indireta, classificadas nos itens de despesa 33190.91.25 e 33190.91.97, no total de R\$ 13.027.335,75.
- 3) Em dezembro de 2015, foram cancelados R\$ 11.493.772,82 referentes aos Restos a Pagar não processados inscritos e reinscritos em 2014 (não inclui Precatórios).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012016012900268

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 20, sexta-feira, 29 de janeiro de 2016

Diário Oficial da União - Seção .1

ISSN 1677-7042

269



UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2015

RGE - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	Disponibilidade de caixa bruta (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				Disponibilidade de caixa líquida (antes da inscrição em Restos a Pagar não processados do exercício) (f) = (a - (b + c + d + e))	Restos a Pagar empenhados e não liquidados do exercício	Empenhos não liquidados cancelados (não inscritos por insuficiência financeira)
		Restos a Pagar liquidados e não pagos	De exercícios anteriores (b)	Do exercício (c)	Restos a Pagar empenhados e não liquidados de exercícios anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)		
FONTE 156 - Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor	1.484.069,72	0,00	0,00	0,00	1.148.901,11	0,00	335.168,61	0,00
FONTE 169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	2.484.069,72	0,00	0,00	0,00	1.148.901,11	0,00	1.335.168,61	0,00
FONTE 100 - Recursos Ordinários	55.637.113,69	0,00	6.451.640,92	26.560.224,30	0,00	0,00	22.625.248,47	0,00
FONTE 127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	12.695.973,63	0,00	11.356,98	1.099.335,01	0,00	0,00	11.585.281,64	0,00
FONTE 150 - Recursos Não Financeiros Diretamente Arrecadados	5.562.462,16	0,00	0,00	206.440,00	0,00	0,00	5.356.022,16	0,00
FONTE 181 - Recursos de Convênios	50.390.285,91	0,00	0,00	2.461.988,34	0,00	0,00	47.928.297,57	0,00
FONTE 188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	6.485.649,21	0,00	50.736,66	0,00	0,00	0,00	6.434.912,55	0,00
FONTE 190 - Recursos Diversos	313.534,93	0,00	0,00	0,00	313.534,93	0,00	0,00	0,00
FONTE 381 - Recursos de Convênios	45.041.459,31	0,00	9.822,25	0,00	0,00	0,00	45.031.637,06	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	176.126.478,84	0,00	6.523.556,81	30.327.987,65	313.534,93	0,00	138.961.399,45	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	178.610.548,56	0,00	6.523.556,81	31.476.888,76	313.534,93	0,00	140.296.568,06	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES (I)	2.484.069,72	0,00	0,00	0,00	1.148.901,11	0,00	1.335.168,61	0,00
FONTE: TESOURO GERENCIAL - CCONT/SCOF/TRT 2ª REGIÃO - 21/JAN/2016 - 14h00								

Notas:

- 1) A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.
2) Na Disponibilidade de Caixa Bruta está incluído o valor de R\$ 1.821.579,50 referente a existência de valores líquidos de recursos a receber para restos a pagar, conforme registrado na conta contábil 8.2.2.2.4.01.01 - Restos a Pagar Autorizado - Inscrição e detalhado nas seguintes Fontes: 100 (R\$ 29.654,50), 156 (R\$ 335.000,00), 169 (R\$ 1.000.000,00) e 188 (R\$ 456.925,00).
3) Na-Disponibilidade de Caixa Bruta não está computado o valor de R\$ 729.946,50 (Fonte 100), que juntamente com o valor da nota 2 acima refere-se a crédito suplementar recebido em 30/12/2015 sem o respectivo financeiro (total de R\$ 2.551.526,00). Este total ficou pendente como Recursos a Receber, porém o valor citado de R\$ 729.946,50 não foi registrado na conta contábil 8.2.2.2.4.01.01 em 2015. Sua regularização foi só feita no Siafi em janeiro/2016, conforme registro na conta contábil 8.2.2.2.4.01.02 - Restos a Pagar Autorizado - a Programar.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2015

LRF, art. 48 - Anexo 6

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE		R\$ 1,00
Receita Corrente Líquida				674.522.742.000,00
DESPESA COM PESSOAL		VALOR		% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		1.428.267.788,77		0,211745
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>		2.469.744.784,15		0,366147
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>		2.346.257.544,94		0,347840
Limite de Alerta (inciso II do parágrafo 1º do art. 59 da LRF) - <=>		2.222.770.305,74		0,329532
RESTOS A PAGAR		Inscrição em Restos a Pagar não processados do exercício		Disponibilidade de Caixa líquida (antes da inscrição em restos a pagar não processados do exercício)
Valor Total		75.298.351,64		140.296.568,06
FONTE: Demonstrativo da Despesa com Pessoal e Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar				

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, parágrafo único da LRF):

Des. SILVIA REGINA PONDÉ GALVÃO DEVONALD
Presidente do TribunalDENIZE MOTA
Diretora-Geral da Administração SubstitutaNIVALDO CATANIA
Diretor da Secretaria de Coordenação Orçamentária e FinanceiraEDUARDO ANTONIO ENGHOLM CARDOSO
Diretor da Secretaria de Controle Interno SubstitutoEste documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012016012900269

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Ofício TRT4 DG nº 029/2016

PA nº 0001033-43.2010.5.04.0000

Porto Alegre, 29 de janeiro de 2016.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **José Renan Vasconcelos Calheiros**
Presidente do Congresso Nacional
Brasília - DF

A CMO.
Em 15/2/2016
huscaga

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

Senhor Presidente,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, e tendo em vista o contido no art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal, combinado com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), encaminho-lhe cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, publicado na Seção 1 do Diário Oficial da União de 28-01-2016.

Atenciosamente,

Beatriz Renck
Presidente do TRT da 4ª Região / RS

Nº 20, sexta-feira, 29 de janeiro de 2016

Diário Oficial da União – Seção 1

ISSN 1677-7042

271

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ANEXO VII (LRF, art. 48) R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal- DTP		1.098.013.611,21	0,162784
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,304548%		2.054.245.520,31	0,304548
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,289321%		1.951.533.244,19	0,289321
Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 29 da LRF) - 0,274093%		1.848.820.968,28	0,274093
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		-	-
GARANTIA DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		-	-
Limite Definido pelo SF para Operações de Crédito Externas e Internas		-	-
Limite Definido pelo SF para Operações de Cred. por Antecip. da Receita		-	-
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
Valor Total	30.539.616,23	65.183.523,33	

FONTE: Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Demonstrativo dos Restos a Pagar e Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa.

Des. JÚLIO BERNARDO DO CARMO
Presidente do Tribunal

JOSÉ NACIP COELHO
Assessor de Ordenação de Despesas

MARILIA SOUZA DINIZ ALVES
Diretora de Orçamento e Finanças

ANA RITA GONÇALVES LARA
Secretária de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PORTARIA Nº 369, DE 27 DE JANEIRO DE 2016

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, nos termos do § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, torna público o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL constante no Processo Administrativo Eletrônico TRT 4ª nº 0001033-43.2010.5.04.0000.

BEATRIZ RENCK

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF-Anexo I (LRF, art.55, inc.I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL		Despesas Executadas (últimos 12 meses)		R\$ 1,00
		Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
		(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		1.205.774.037,32	444.639,91	1.206.218.677,23
Pessoal Ativo		824.819.612,69	77.627,61	824.897.240,30
Pessoal Inativo e Pensionistas		380.954.424,63	367.012,30	381.321.436,93
Outras despesas de pessoal decorrentes de Outras despesas de pessoal decorrentes de contrato de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)		0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)		301.725.621,77	391.276,12	302.116.897,89
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		0,00	0,00	0,00
Despesas de Decisão Judicial		141.404,80	0,00	141.404,80
Despesas de Exercícios Anteriores		1.545.178,97	391.276,12	1.936.455,09
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		300.039.038,00	0,00	300.039.038,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)=(I - II)		904.048.415,55	53.363,79	904.101.779,34
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				674.522.742,00(100)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (IIIc / IV) * 100		0,134028%	0,000008%	0,134036%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <= >		0,221065%		1.491.133.699,60
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <= >		0,210012%		1.416.577.014,62
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 29 da LRF) - <= >		0,198959%		1.345.020.826,64

FONTE: Tesouro Gerencial e SIAFI Operacional - COFIN/TRT4 - 21/JAN/2016 - 15h.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64;

2: Despesas com precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada: R\$ 16.989.433,41;

3: Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada: R\$ 4.939.751,03;

4: Despesa Liquidada de Precatórios da Administração Indireta: R\$ 75.114.001,21.

BEATRIZ RENCK
Presidente do Tribunal

ANDRÉ LUÍS DE ASSIS
Ordenador de Despesas

CLAUDIA DUARTE RAFFO
Coordenadora de Orçamento e Finanças

TANIA MARA DE ARAÚJO BORGES
Diretora da Secretaria de Controle Interno

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012016012900271

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Documento digitalmente assinado em 29/01/2016, nos termos da Lei 11.419/06, Processo 0001033-43.2010.5.04.0000 - (PA) Confirma a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.92959.04541.61348.90458-1



272

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 20, sexta-feira, 29 de janeiro de 2016

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras	(ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS)		
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício			E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO		
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
56- Contribuição Plano Seguridade Social do Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69 - Contribuição Patronal p/ Plano da Seguridade do Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00 - Recursos Ordinários	29.591.187,82	0,00	0,00	14.304.408,75	0,00	15.286.779,07	15.286.779,07	0,00
27 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	209.307,35	0,00	0,00	156.369,44	0,00	52.937,91	0,00	0,00
29 - Recursos de Concessões e Permissões	386.514,61	0,00	0,00	386.514,61	0,00	0,00	0,00	0,00
50 - Recursos Não Financeiros Diretamente Arrecadados	1.529.283,75	0,00	0,00	0,00	0,00	1.529.283,75	771.637,99	0,00
81 - Recursos de Convênios	12.119.606,22	0,00	0,00	2.764.091,76	0,00	9.355.514,46	8.650.956,36	0,00
90 - Recursos Diversos	158.775,40	0,00	0,00	0,00	158.775,40	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	43.994.675,15	0,00	0,00	17.611.384,56	158.775,40	26.224.515,19	24.709.373,42	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	43.994.675,15	0,00	0,00	17.611.384,56	158.775,40	26.224.515,19	24.709.373,42	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SIAFI - CCON/TRT4 - 21/JAN/2016 - 15h.

Nota: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial;

2: Em Disponibilidade de Caixa Bruta e em Obrigações Financeiras há o valor de R\$ 158.775,40 na fonte 0190, referente à caução em dinheiro depositado na Caixa Econômica Federal (garantia nas contratações);

3: Em Disponibilidade de Caixa Bruta há o valor de R\$ 23.359,20, na fonte 100, referente a recursos a receber para restos a pagar.

BEATRIZ RENCK
Presidente do TribunalANDRÉ LUIS DE ASSIS
Ordenador de DespesasCLAUDIA DUARTE RAFFO
Coordenadora de Orçamento e FinançasTANIA MARA DE ARAUJO BORGES
Diretora da Secretaria de Controle Interno

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 48)

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		674.522.742,000,00	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		904.101.779,34	0,134036
Limite Máximo (incisos I, II, e III, art.20 da LRF) - <=>		1.491.133.699,60	0,221065
Limite Prudencial (parágrafo único, art.22 da LRF) - <=>		1.416.577.014,62	0,210012
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			
Total das Garantias Concedidas		VALOR	% SOBRE A RCL
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	
Operações de Crédito Internas e Externas			
Operações de Crédito por Antecipação de Receitas			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação de Receitas			
RESTOS A PAGAR		Inscrição em Restos a Pagar não processados do exercício	Disponibilidade de caixa líquida (antes da inscrição em RP não processados do exercício)
Valor Total		24.709.373,42	26.224.215,19

FONTE: Tesouro Gerencial e SIAFI - COFIN/CCON/TRT4 - 21/JAN/2016 - 15h.

BEATRIZ RENCK
Presidente do TribunalANDRÉ LUIS DE ASSIS
Ordenador de DespesasCLAUDIA DUARTE RAFFO
Coordenadora de Orçamento e FinançasTANIA MARA DE ARAUJO BORGES
Diretora da Secretaria de Controle InternoEste documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012016012900272

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Documento digitalmente assinado em 29/01/2016, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0001033-43.2010.5.04.0000 - (PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.92959.04541.61348.90458-1

A CMO.
Em 15/2/2016

Assessoria



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Trav. D. Pedro I, 746 - Umarizal - 68030-100
(91) 4008.7070 - segredo@trt1.jus.br



CONSELHO SUPERIOR DA
JUSTIÇA DO TRABALHO

151/2016-70
12 FEV 2016

OFÍCIO TRT-8ª - PRESI/SEADM nº 001/2016

Belém, 29 de janeiro de 2016

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15º Andar
CEP: 70.165-900
Brasília/DF

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal - 3º Quadrimestre de 2015

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, e em atendimento ao disposto no art. 59 da LRF c/c art. 5º, inciso I da Lei nº 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal deste Órgão relativo ao período de janeiro de 2015 a dezembro de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 29/01/2016, Seção 1, páginas 273/274.

Respeitosamente,

FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA
Presidente



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO



ATO Nº 26, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, e

Tendo em vista o disposto nos artigos 54, inciso III e parágrafo único, e 55, inciso I, a), III, a) e b) e § 2º da Lei Complementar nº 101, de 04.5.2000, e na Portaria STN nº 553/2014;

RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, relativo ao 3º quadrimestre de 2015, conforme Anexos deste Ato, contendo o Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar e Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal.

Publique-se e registre-se.

FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA
Desembargador Presidente

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1 = SIM 2 = NÃO)



UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	432.929.034,49	4.526.093,51	437.455.128,00
Pessoal Ativo	310.336.410,71	4.124.130,29	314.460.541,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	122.592.623,78	401.963,22	122.994.587,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00		0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	107.196.620,45	1.013.762,62	108.210.383,07
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	14.794,29	0,00	14.794,29
Despesas de Exercícios Anteriores	1.050.096,16	1.013.762,62	2.063.858,78
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	106.131.730,00	0,00	106.131.730,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	325.732.414,04	3.512.330,89	329.244.744,93

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		674.522.742.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,048291%	0,000521%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>	0,091173%	614.982.619,56
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>	0,086614%	584.233.488,59
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <=>	0,082056%	553.484.357,61

FONTE: SIAFI GERENCIAL - COAUD/TRTSª Região, 25/jan/2016, às 14h

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Despesas com Precatórios Judiciais (Ação 0005): R\$ 2.639.347,00

Despesas com Requisições de Pequeno Valor (Ação 0625): R\$ 633.246,81

FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA
Presidente

RÉGINA UCHÔA DE AZEVEDO
Diretora da Secretaria Administrativa e Ordenadora da Despesa

VALDENOR MONTEIRO DE BRITO
Coordenador de Orçamento e Finanças

IZANEIDE SALIM DE LIMA LHEIS PINHEIRO
Coordenadora de Auditoria e Controle Interno

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO?
(1 = SIM 2 = NÃO)

2

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL.
JANEIRO A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RS 1.00

[illegible]

FONTE:

Nota: ¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Nota: Recursos a Receber para Restos a Pagar (valores líquidos, incluídos em Disponibilidade Bruta): Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 24.640.498,99

FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA
Presidente

REGINA LUCHA DE AZEVEDO

Diretora da Secretaria Administrativa e Ordenadora da Despesa

VALDENOR MONTEIRO DE BRITO
Coordenador de Orçamento e Finanças

IZANEIDE SALIM DE LIMA LHEIS PINHEIRO
Coordenadora de Auditoria e Controle Interno

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2015

LRF, art. 48 - Anexo 6


R\$ 1,00

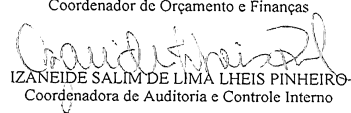
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		674.522.742.000,00	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		329.244.744,93	0,048812%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>		614.982.619,56	0,091173%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>		584.233.488,59	0,086614%
Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>		553.484.357,61	0,082056%
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		0,00	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		0,00	
GARANTIA DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Garantias Concedidas		0	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		0	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		0	
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0	
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		0	
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação de Receita		0	
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		80.190,06	21.743.750,34

FONTE: SIAFI GERENCIAL - COAUD/TRT8ª Região, 25/jan/2016, às 14h


FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA
Presidente


REGINA UCHOA DE AZEVEDO
Diretora da Secretaria Administrativa e Ordenadora da Despesa


VALDENOR MONTEIRO BRITO
Coordenador de Orçamento e Finanças


IZANEIDE SALIM DE LIMA LHEIS PINHEIRO
Coordenadora de Auditoria e Controle Interno



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

Ofício PRE/CDCOI n.º 001/2016

A CMO.
Em 15/2/2016

Brasília, 1.º de fevereiro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, em atendimento ao disposto no art. 59 da LRF c/c art. 5.º, inciso I da Lei n.º 10.028/2000, publicação do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, alusivo ao período de janeiro a dezembro de 2015.

Respeitosamente,

ANDRÉ R.P.V. DAMASCENO
Desembargador Presidente do TRT da 10.ª Região



200

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 21, segunda-feira, 1 de fevereiro de 2016

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS

PORTARIA Nº 31, DE 27 DE JANEIRO DE 2016

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS, no uso de suas atribuições legais e, considerando as disposições contidas no § 6º do art. 99, da Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, publicada na Edição Extra do Diário Oficial da União do dia 31 de dezembro de 2015, e a Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016, publicada no Diário Oficial do dia 15 de janeiro de 2016, resolve:

Art. 1º Tornar público o demonstrativo de saldo dos provimentos do exercício 2015, com base em 31.12.2015:

CARGO EFETIVO	CARGO EM COMISSÃO	FUNÇÃO COMISSIONADA	SALDO
5	-	14	19

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Des. WALTER CARLOS LEMES

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

PORTARIA Nº 15.750, DE 28 DE JANEIRO DE 2016

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no § 6º, art. 99 da Lei nº 13.242/2015, resolve:

Art. 1º - Tornar público o demonstrativo de saldo dos provimentos do exercício de 2015, nos termos da tabela abaixo:

CARGO EFETIVO	CARGO EM COMISSÃO	FUNÇÃO COMISSIONADA	SALDO TOTAL
41	-	13	54

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAIMUNDO HOLANDA REIS

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

PORTARIA Nº 58, DE 21 DE JANEIRO DE 2016

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no § 6º do art. 99 da Lei nº 13.242/2015, de 30 de dezembro de 2015, bem como a publicação da Lei nº 13.255, de 13 de janeiro de 2016 e o contido no Pad nº 448/2016, resolve:

Tornar público o demonstrativo de saldo dos provimentos do exercício de 2015:

CARGO EFETIVO	CARGO EM COMISSÃO	FUNÇÃO COMISSIONADA	SALDO TOTAL
35	00	27	62

Des. JUCIMAR NOVOCHADLO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

PORTARIA Nº 2, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

O Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o contido no Processo SEI nº 16.0.00000644-4, resolve:

Tornar público, nos termos do art. 55, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal, em anexo, relativo ao período de janeiro a dezembro de 2015.

Des. ANDRÉ R.P.V. DAMASCENO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ (100)	
DESPESA COM PESSOAL		Despesas Executadas (Últimos 12 meses)	
		Liquidadas(a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)
			Total (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		429.152.875,66	1.031.801,34
Pessoal Ativo		303.772.477,19	254.199,81
Pessoal Inativo e Pensionistas		125.380.398,47	777.401,53
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		-00	-00
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		98.947.840,59	777.401,53
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		-00	-00
Decorrentes de Decisão Judicial		-00	-00
Despesas de Exercícios Anteriores		1.073.612,59	777.401,53
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		97.874.238,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)		330.205.035,07	254.199,81
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			674.522.742.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DIP sobre a RCL (V) = (III) e / (IV) x 100		0,048954%	0,000038%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		0,094278%	635.926.550,70
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)		0,089564%	604.130.223,17
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)		0,084850%	572.333.895,63

FONTE: TESOURO GERENCIAL - NUCAN/SEORF/TRT 10ª Região - 21/jan/2016 - 18h53min.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Despesas com "Outros Precatórios Judiciais": despesa liquidada no valor de R\$ 4.676.271,84.

3) Despesas com Precatórios da Administração Direta "Sentenças Judiciais de Pequeno Valor (RPV)": despesa liquidada no valor de R\$ 5.981.830,89.

4) Do montante das "Demais Despesas com Pessoal Ativo", R\$ 46.959.824,00 correspondem a contribuição patronal para o RPPS, sendo que R\$ 46.713.208,97 correspondem à despesa liquidada e R\$ 246.615,03 correspondem à despesa inscrita em Restos a Pagar.

5) Do montante das "Demais Despesas com Pessoal Ativo", R\$ 111.384,66 correspondem a contribuições previdenciárias ao INSS, despesa liquidada.

6) Do montante das "Demais Despesas com Pessoal Ativo", R\$ 183.202,95 correspondem a contribuições previdenciárias ao FUNPRESP, despesa liquidada.

7) O saldo na conta 63198,00,00 - Outros cancelamentos de RPNP, no Grupo de Despesa 1, no período de janeiro/2015 a dezembro/2015 refere-se a cancelamento de saldo inscrito em RP de Precatórios; Pessoal: Ativo, Inativo, Pensionista e Obrigações Patronais.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.tj.go.br/autenticidade.html>, pelo código 00012016020100200

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 21, segunda-feira, 1 de fevereiro de 2016

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

201



UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

RGP - ANEXO V (LRF, art. 35, inciso III, alínea "a")		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					RS 1.00			
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS		DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores		Disponibilidade de caixa líquida (antes da inscrição de restos a pagar não processados)	Restos a pagar empenhados e não liquidados do exercício	Empenhos não liquidados cancelados (não inscritos por insuficiência financeira)
			De Exercícios Anteriores		Do Exercício	Demais Obrigações Financeiras				
(a)	(b)		(c)	(d)	(e)	(f = (a - (b + c + d+ e))				
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	12.716.388,04	33.774,80	8.183,81	6.090.465,55	0,00	6.583.963,88	6.583.963,88			
27 - CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIÁRIO	2.989.119,81	0,00	142.130,42	0,00	0,00	2.846.989,39	2.845.973,83			
50 - RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAM.AR-RECAD.	239.644,69	200,46	5.682,89	0,00	0,00	233.761,34	43.685,15			
69 - CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	286.535,45	0,00	0,00	286.535,45	0,00	0,00	0,00			
81 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	16.700.496,99	21.715,16	86.929,35	257.561,94	0,00	16.334.290,54	10.443.179,14			
						0,00	0,00			
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	32.932.184,98	55.690,42	242.926,47	6.634.562,94	0,00	25.999.005,15	19.916.802,00		0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	32.932.184,98	55.690,42	242.926,47	6.634.562,94	0,00	25.999.005,15	19.916.802,00		0,00	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES						0,00				

FONTE:

Nota: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

*Restos a Pagar Autorizado - Inscrição (Recursos a Receber para RP): R\$ 714.462,24, correspondente ao saldo da conta 8.2.2.2.4.01.01.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 48)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE/SEMESTRE		RS 1,00
Receita Corrente Líquida				674.522.742.000,00
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL	
Despesa Total com Pessoal - DTP		330.459.234,88		0,05
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,094278%		635.926.550,70		0,09
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,089564%		604.130.223,17		0,09
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL	
Dívida Consolidada Líquida		0,00		0
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		0,00		0
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL	
Total das Garantias Concedidas		0,00		0
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		0,00		0
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL	
Operações de Crédito Internas e Externas		0,00		0
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00		0
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		0,00		0
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00		0
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
Valor Total		19.916.802,00		25.999.005,15

FONTE: TESOURO GERENCIAL - NUCAN/SEORF/TRT 10ª Região - 21/jan/2016 - 18h53min.

Des. ANDRÉ R.P.V. DAMASCENO
 Presidente do Tribunal

GILVAN SILVA PEREIRA RAMOS
 Diretor-Geral e Ordenador de DespesasSubstituto

LUCÍLIA BARBOSA MONTEIRO RFNNO
 Coordenadora de Controle Interno

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012016020100201

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

A CMO.
Em 15/2/2016
Inscrito

16
CONSELHO SUPERIOR DA
JUSTIÇA DO TRABALHO

Ofício n.º 030/2016 – GP

Campinas, 28 de janeiro de 2016.

00100.014722/2016-99

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal

05 FEV 2016

Senhor Senador,

Ao tempo em que apresento meus cumprimentos, encaminho a Vossa Excelência, em atendimento ao disposto no artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 c/c o artigo 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000, a anexa cópia do Relatório de Gestão Fiscal, relativo ao período de janeiro/2015 a dezembro/2015, deste Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – Campinas, publicado no Diário Oficial da União – Seção 1 de hoje, 28/01/2016, às fls. 118/119, e que está sendo disponibilizado também na Internet, no site deste Regional: <http://portal.trt15.jus.br>.

Cordialmente,


LORIVAL FERREIRA DOS SANTOS
Desembargador Presidente do Tribunal



115

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União – Seção 1

Nº 19, quinta-feira, 25 de janeiro de 2016

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

PORTARIA Nº- 5, DE 25 DE JANEIRO DE 2016

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, resolve: Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

Des. LORIVAL FERREIRA DOS SANTOS

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO/2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	Liquidadas (a)	Despesas Executadas (últimos 12 meses)	
		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.161.586.299,43	2.929.860,37	1.164.516.160,00
Pessoal Ativo	938.580.856,94	1.683.497,06	940.264.354,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	223.005.442,49	1.244.363,31	224.249.806,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	189.580.074,51	2.436.606,95	192.016.681,46
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária	7.109,93	0,00	7.109,93
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	4.336.077,58	2.436.606,95	6.772.684,53
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	185.236.887,00	0,00	185.236.887,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	972.006.224,92	495.355,63	972.499.480,55

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		674.522.742.000,00
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DIP sobre a RCL (V) = (III c/ IV) * 100	0,144103%	0,000075%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,355194%	0,144166%
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,242434%	1.635.274.487,91
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 29 da LRF)	0,229673%	1.549.707.429,60

FONTE: SIAFI - Tesouro Gerencial - CCIN/IRI 15ª Região

20/Jan/2016 - 14h e 40m

Notas:

1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

2. Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 - TCU - Plenário, não foram incluídas:



118

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 19, quinta-feira, 28 de janeiro de 2016

a) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), sendo despesa liquidada R\$ 14.818.351,71.

b) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), sendo despesa liquidada R\$ 7.593.909,11.

3. Conforme determinação contida no Acórdão 346/2006 - TCU - Plenário não foi incluído o valor de R\$ 307.654,69 referente a "Precatórios da Administração Indireta".

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO/2015

PGF - ANEXO V (LRF art. 55, Inciso III, alínea "a" e "b")										PS 1.00
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)		
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
		(a)	(b)	(c)	(d)					(e)
69 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Soc. Serv.	299.653,70	0,00	0,00	0,00	0,00	299.653,70	0,00		0,00	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	299.653,70	0,00	0,00	0,00	0,00	299.653,70	0,00		0,00	
90 - Recursos Ordinários	22.551.155,92	9.709,93	111.456,40	8.386,57	0,00	14.043.416,96	15.480.206,56		0,00	
27 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	7.186.849,41	0,00	786.532,97	723.168,58	16.736,96	5.660.410,90	5.636.660,01		0,00	
50 - Recursos Não-Financeiros - Diretamente Arrecadados	3.290.645,19	0,00	2.588,98	1.516,36	0,00	3.286.539,85	1.848.681,37		0,00	
81 - Recursos de Convênios	60.769.448,05	0,00	603.707,69	2.807.887,94	0,00	57.357.852,42	10.056.572,84		0,00	
83 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.612.907,69	0,00	0,00	0,00	0,00	1.612.907,69	1.612.907,69		0,00	
90 - Recursos Diversos	135.092,10	0,00	0,00	0,00	135.092,10	0,00	0,00		0,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (III)	95.346.098,26	9.709,93	1.504.286,04	11.919.145,51	151.829,06	81.961.127,82	31.635.028,47		0,00	
TOTAL (III) = (I) + (II)	95.645.751,96	9.709,93	1.504.286,04	11.919.145,51	151.829,06	82.260.781,52	31.635.028,47		0,00	
						0,00				
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES										
FONTE: SIAFI - Tesouro Gerencial - CCM-VIRI 15º Remun										22/06/2016 - 14h e 40m

FONTE: SIAFI/ Tesouro Gerencial - CCIN/TRT 15ª Região

28/Jan/2016 - 14h e 40m

NOTAS: 1 A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial..

2 Recursos a receber para RP no montante de R\$ 1.058.356,00 (valores líquidos, incluídos em Disponibilidade Bruta).



UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO/2015

LRF art 48 - ANEXO VI			RS 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida			674.532.743.000,00
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DIP		972.499.478,54	0,144176
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		1.711.341.566,22	0,255194
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)		1.635.274.487,91	0,242434
DÍVIDA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		0,00	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		0,00	-
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias		0,00	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		0,00	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		0,00	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		0,00	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação de Receita		0,00	-
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Anulado nos Demonstrativos respectivos		32.635.028,47	32.660.781,57
Fonte: FONTE: SIAFI - Tesouro Gerencial - CCIN/TRT15		22Jan/2016 - 14h e 40m	

IZABEL CRISTINA BRAGA ARROYO

Ordenadora de Despesas com Pessoal Substituta

PAULO EDUARDO DE ALMEIDA

Diretor-Geral

MARCO ANTONIO FERNANDES

Resp. p/Controle Interno

Des. LORIVAL FERREIRA DOS SANTOS

Presidente do Tribunal



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

A CMO.
Em 15/2/2016
Luscar

02 FEV 2016

Ofício G.P. nº 27/2016

São Luís – MA, 26 de janeiro de 2016 00100.012.050/2016-87

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15º Andar.
Brasília – DF.
CEP: 70.165-900

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º Quadrimestre de 2015

Senhor Presidente,

Em atendimento ao disposto no Art. 59 da Lei nº 101/2000 c/c Art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), encaminho o Anexo I - Demonstrativo de Despesa Com Pessoal, o Anexo V - Demonstrativo de Disponibilidade de Pessoal e o Anexo VI - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal de que tratam os artigos 48 e 55, inciso I, alínea "a" e inciso III, alíneas "a" e "b", da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, partes integrantes do Relatório de Gestão Fiscal relativo ao período de janeiro de 2015 a dezembro de 2015.

Atenciosamente,


JAMES MAGNO ARAÚJO FARIAS
DESEMBARGADOR PRESIDENTE

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO?

(1 = SIM 2 = NÃO)

2

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	154.022.696,63	151.830,02	154.174.526,65
Pessoal Ativo	137.283.185,32	144.389,50	137.427.574,82
Pessoal Inativo e Pensionistas	16.739.511,31	7.440,52	16.746.951,83
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	14.600.405,52	127.229,10	14.727.634,62
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	199.505,93	127.229,10	326.735,03
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	14.400.899,59	0,00	14.400.899,59
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	139.422.291,11	24.600,92	139.446.892,03

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	674.522.742.000,00		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,020670%	0,000004%	0,020673%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,042882%		289.248.842,22
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,040738%		274.786.400,11
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,038594%		260.323.958,00

FONTE: SIAFI - SOF/TRT16 - 22/JAN/2016 - 11h e 45min

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Nota2: As despesas com Auxílio Natalidade e Auxílio Funeral, no valor de R\$ 32.405,90, não foram computadas no presente relatório, em atendimento ao Acórdão nº 894/2012 - TCU - Plenário;

Nota3: As despesas decorrentes de decisões judiciais (Precatórios e Requisições de Pequeno Valor) não foram registradas no relatório, em cumprimento ao Acórdão nº 2097/2011 - TCU - Plenário, e totalizaram R\$ 29.446.588,41.

JAMES MAGNO ARAÚJO FARIAS
Desembargador Presidente

ADRIANA ALBUQUERQUE DE BRITO
Diretora Geral

FLÁVIA REGINA RÊGO CORDEIRO
Secretária de Orçamento e Finanças

MARIA HELENA PINHEIRO BELO
Coordenadora de Controle Interno

LAENA TICIANE SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Contabilidade Analítica

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1 = SIM 2 = NÃO)	2
--	---

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANFEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alinea "a")

RS 1.00

[illegible]

FONTE: SLAFI - SOF/TRT16 - 22/JAN/2016 - 11h e 45min

Nota: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Nota2: Na apuração da Disponibilidade foi considerado o valor de R\$ 1.411.762,09, referente a Recursos a Receber para Restos a Pagar.

JAMES MAGNO ARAÚJO FARIAS
Desembargador Presidente

ADRIANA ALBUQUERQUE DE BRITO
Diretora Geral

FLAVIA REGINA RÉGO CORDEIRO
Secretária de Orçamento e Finanças

MARIA HELENA PINHEIRO BELO
Coordenadora de Controle Interno

LAENA TICIANE SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Contabilidade Analítica

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1 = SIM 2 = NÃO) → 2

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 48)

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida		674.522.742.000,00
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	%SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	139.446.892,03	0,020673%
Limite Máximo (incisos I, II, e III, art.20 da LRF) - <%>	289.248.842,22	0,042882%
Limite Prudencial (parágrafo único, art.22 da LRF) - <%>	274.786.400,11	0,040738%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	%SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	%SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação de Receitas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação de Receitas		
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	4.934.555,23	6.375.840,56

FONTE: SIAFI - SOF/TRT16 - 22/JAN/2016 - 11h e 45min

JAMES MAGNO ARAÚJO FARIAS
 Desembargador Presidente

ADRIANA ALBUQUERQUE DE BRITO
 Diretora Geral

FLÁVIA REGINA RÉGO CORDEIRO
 Secretária de Orçamento e Finanças

MARIA HELENA PINHEIRO BELO
 Coordenadora de Controle Interno

LAENA TICIANE SANTOS CARDOSO
 Chefe do Setor de Contabilidade Analítica

ANEXO 153 / 2016 - 7 +
mesa

A CMO.
Em 16/2/2016
Jusceira



172 FEV 2016

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Avenida da Paz, 2076 - Edifício Sede - Centro, CEP: 57020-440, Maceió - AL.
Fone: (82) 2121-8283 - FAX (82) 2121-8230 - e-mail: presidencia@trt19.gov.br

Ofício n. 07 /2016/GP

Maceió, 27 de janeiro de 2016.

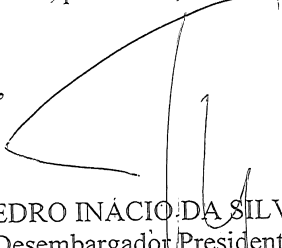
A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15º Andar
Brasília - DF
CEP 70.165-900

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal do TRT da 19ª Região..

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao estabelecido na Lei Complementar n. 101/2000, encaminhamos a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal - Terceiro Quadrimestre de 2015 deste Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, referente ao período de janeiro a dezembro de 2015, o qual foi publicado no Diário Oficial da União – Seção 1, em 27 de janeiro de 2016, p. 88 e 89, conforme cópia anexa.

Respeitosamente,


PEDRO INÁCIO DA SILVA
Desembargador Presidente
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1 = SIM 2 = NÃO)

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	159.688.063,31	488.307,69	160.176.371,00
Pessoal Ativo	141.964.598,50	369.204,50	142.333.803,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	17.723.464,81	119.103,19	17.842.568,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	16.152.282,54	209.276,46	16.361.559,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			0,00
Decorrentes de Decisão Judicial			0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	154.210,44	207.348,56	361.559,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	15.998.072,10	1.927,90	16.000.000,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	143.535.780,77	279.031,23	143.814.812,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			674.522.742.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,021280%	0,000041%	0,021321%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>	0,034738%		234.315.710,12
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>	0,033001%		222.599.924,61
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <=>	0,031264%		210.884.139,10

FONTE: SIAFI GERENCIAL E TESOUREO GERENCIAL /SOF/TRT 19ª REGIÃO.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2. As despesas com requisição de pequeno valor -RPV- R\$ 250.983,80; precatório R\$ 117.009,00.

Pedro Inácio da Silva
Desembargador Presidente

Shéila Santos Rolim
Ordenadora de Despesas

Henrique Cardoso Mesquita Mello
Secretário de Orçamento e Finanças

Rafaela de Freitas Santos
Coordenadora de Controle Interno

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

LRF, art. 48 - Anexo VII		R\$ Mil
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	210.884.139	0,031264
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,034738%	234.315.710	0,03
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) -0,033001%	222.599.924	0,033001
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	22.288.911	2.289.659

Demonstrativo da Despesa com Pessoal e Demonstrativo de Restos a Pagar.

Pedro Inácio da Silva
Desembargador Presidente

Sheila Santos Rolim
Ordenador de Despesas

Henrique Cardoso Mesquita Mello
Secretário de Orçamento e Finanças

Rafaela de Freitas Santos
Coordenadora de Controle Interno



88

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 18, quarta-feira, 27 de janeiro de 2016

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Fonte: SIAFI, Unidade Responsável: COFIN/SAO/TRE-SE, Data de emissão: 21/jan/2016, hora da emissão: 08h e 30m.

1. A Disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.
Nota: Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizados no montante de R\$ 3.191.940,64.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

LRF, art. 48 - Anexo 6		VALOR ATÉ O BIMESTRE		RS 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA				674.522.742.000,00
Receita Corrente Líquida				
DESPESA COM PESSOAL				
Despesa Total Com Pessoal - DTP		VALOR	% SOBRE A RCL	0,007540
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		50.860.835,70		0,014142
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)		95.591.006,17		0,013435
Restos a Pagar		90.622.130,39		
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
		3.811.978,92		3.972.460,52

Valor Total
Fonte: SIAFI, Unidade Responsável: COFIN/SAO/TRE-SE, Data de emissão: 21/jan/2016, hora da emissão: 08h e 30m.

NORIVAL NAVAS NETO
Secretário de Administração e Orçamento
ANA MARIA RABELO DE CARVALHO DANTAS
Coordenadora de Controle Interno e Auditoria
RUBENS LISBÔA MACIEL FILHO
Diretor-Geral
Des. OSÓRIO DE ARAÚJO RAMOS FILHO
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

ATO Nº 5, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

Limita o valor de diárias no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região ao montante estabelecido na Lei nº 13.242/2015 e no Ato CSJT/GP/SG CGPES nº 4/2016.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO, Desembargadora MARIA DAS GRAÇAS ALECRIM MARINHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, prevista no art. 55, XLVI, do Regimento Interno deste Tribunal,

CONSIDERANDO o caráter normativo das Resoluções do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e as disposições do ATO CSJT/GP/SG CGPES Nº 4/2016, que altera a Resolução CSJT Nº 124, de 28 de fevereiro de 2013, a qual regulamenta a concessão de diárias e a aquisição de passagens aéreas no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus;

CONSIDERANDO que este Tribunal Regional do Trabalho utiliza como Ato regulamentar para concessão de diárias e passagens a RA CSJT Nº 124/2013, assim como a RA Nº 160/2015-TRT11, que reajustou o valor das diárias no âmbito deste Regional;

CONSIDERANDO que o reajuste no valor das diárias promovido pela Resolução Administrativa Nº 160/2015, de 11 de maio de 2015, acrescido do adicional de deslocamento poderá, em algumas oportunidades, ultrapassar o limite imposto pelo ATO CSJT/GP/SG CGPES Nº 4/2016, resolve, ad referendum:

Art. 1º Determinar que a soma do valor da diária e do adicional de deslocamento a ser pago em viagens nacionais, não poderá ser superior a:

I - R\$ 700,00 (setecentos reais), quando devida a diária integral;

II - R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), quando devida meia diária; e

III - R\$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais), quando devida 25% da diária integral.

Parágrafo único. Para o cumprimento do limite previsto neste artigo, metade do valor do adicional de deslocamento será agregada à diária do dia de chegada na cidade de destino e a outra metade será agregada à diária do dia da saída da cidade de destino.

Art. 2º Vedar, em decorrência do disposto no art. 17, inciso X, da Lei nº 13.242, de 30-12-2015 (LDO-2016), durante o exercício de 2016, o pagamento de diárias e passagens a agente público da ativa por intermédio de convênios ou instrumentos congêneres, firmados com entidades de direito privado ou com órgãos ou entidades de direito público.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012016012700088

Art. 3º Vedar, durante o exercício corrente, ou até ulterior deliberação, o pagamento adicional de deslocamento para atividades relativas à itinerância, correções e diligências para cumprimento de mandado judicial.

Art. 4º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, sem prejuízo da aplicação dos termos da Lei nº 13.242, de 30-12-2015 (LDO-2016), desde o início do exercício de 2016.

MARIA DAS GRAÇAS ALECRIM MARINHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

PORTARIA Nº 61, DE 25 DE JANEIRO DE 2016

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA NONA REGIÃO, usando de suas atribuições legais e regimentais estabelecidas no inciso XIX do art. 22 do Regimento Interno, e considerando o disposto no inciso III do artigo 54 e § 2º do artigo 55 da Lei Complementar n. 101, de 04 de maio 2000, e na Lei n. 13.080, de 02 de janeiro de 2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015) e/ou o art. 5º, inciso I da Lei n. 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), resolve:

Tomar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2015, que compreende o período de janeiro a dezembro de 2015, conforme documentação em anexo.

Des. PEDRO INÁCIO DA SILVA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ 1,00		Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		Total
DESPESA COM PESSOAL		1 Equiladas (a)	Inscritas em restos a pagar não processados (b)	(a) + (b) = (c)
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)		150.688.063,31	488.307,69	160.176.371,00
Pessoal Ativo		141.964.598,50	369.204,50	142.333.803,00
Pessoal Inativo e Pensionistas		17.723.464,81	119.103,19	17.842.568,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)				0,00
DESPESAS NÃO COMPITADAS (§1 do art. 19 da LRF) (II)		16.152.282,54	209.276,46	16.361.559,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária				0,00
Decorrentes de Decisão Judicial				0,00
Despesas de Exercícios Anteriores		154.210,44	207.348,56	361.559,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		15.998.072,10	1.927,90	16.000.000,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (II) (I + II)		143.535.780,77	279.031,23	143.814.812,00
ATUALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				674.522.742.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			0,000041%	0,021321%
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) (III e IV) 100		0,034738%		244.315.710,12
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - %		0,033001%		222.599.724,01
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - %		0,031264%		210.884.139,10
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 29 da LRF)				

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 18, quarta-feira, 27 de janeiro de 2016

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

89



FONTE: SIAFI GERENCIAL E TESOUREIRO GERENCIAL/SOFTTET 19º Região

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processadas são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processadas, consideradas aquelas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64;
- As despesas com aquisições de Pequeno Valor - RPV - R\$ 250.983,80, precatórios R\$ 117.009,00.

Des. PEDRO INÁCIO DA SILVA
Presidente do Tribunal

SHEILA SANTOS ROLIM
Ordinadora de Despesas

HENRIQUE CARDOSO MESQUITA MELLO
Secretário de Orçamento e Finanças

RAFAELA DE FREITAS SANTOS
Coordenadora de Controle Interno

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

DELIBERAÇÃO Nº 4.844, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015

Altera dispositivos da Deliberação nº 4.839, de 30 de novembro de 2015, que homologa os Dossês Eleitorais dos Conselhos Regionais de Economia - Exercício de 2015

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e disposições regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, Decreto nº 1.794, de 17 de novembro de 1952, Lei nº 6.021, de 3 de janeiro de 1974, Lei nº 6.537, de 19 de junho de 1978, ad referendum do Plenário, CONSIDERANDO a falha apontada no processo eleitoral do Conselho Regional do Espírito Santo, relativa à data de realização da Sessão Plenária para exame e julgamento dos dossês eleitorais; CONSIDERANDO a falha apontada no processo eleitoral do Conselho Regional do Piauí, relativa à data de publicação do edital de eleição no Diário Oficial do Estado; CONSIDERANDO que as falhas apontadas motivaram a homologação com ressalvas dos dossês eleitorais dos Regionais supracitados, nos termos da Deliberação nº 4.839, de 30 de novembro de 2015, publicada no Diário da União nº 235, Seção 1, de 9 de dezembro de 2015, página 127; CONSIDERANDO a existência de erro material nas atas de apuração das eleições, relativo à data de realização das eleições eletrônicas; CONSIDERANDO a comprovação de que o Conselho Regional do Espírito Santo realizou a Sessão Plenária para exame e julgamento do dossê eleitoral no prazo estabelecido no calendário eleitoral do Cofecon, aprovado pela Resolução nº 1.865/2011, qual seja, até 11/11/2015; CONSIDERANDO que consta nos autos do respectivo processo administrativo a comprovação de que o Conselho Regional do Piauí publicou o edital de eleições no Diário Oficial do Estado no prazo estabelecido no calendário eleitoral do Cofecon, aprovado pela Resolução nº 1.865/2011, qual seja, até 14/8/2015; CONSIDERANDO a manifestação do Sutor Jurídico do Cofecon, acostada nos respectivos processos; CONSIDERANDO que o Conselho Federal de Economia tem o poder de rever seus atos de ofício; resolve:

Art. 1º Incluir entre os dossês eleitorais homologados os relativos ao Conceito-PI, Processo nº 17.071/2015, e ao Conceito-ES, Processo nº 17.066/2015, tidos como homologados com ressalva no artigo 2º da Deliberação 4.839, de 30 de novembro de 2015, publicada no DOU nº 235, de 9 de dezembro de 2015, Seção 1, Página 127. Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAULO DANTAS DA COSTA

CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA

ATA DA 51ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 18 DE JANEIRO DE 2016

Aos 18 dias do mês de janeiro de 2016, na sede provisória do Cofem localizada no Museu Vicente de Azevedo - MVA, sito à Rua Dom Luiz Laszaga nº 300, Ipiranga, São Paulo/SP, às 10h00, teve início a 51ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Federal de Museologia, com a presença da Sra. Ana Silveira Bloise, Presidente gestão 2015, COREM 4R no 045-II, RG 5756625-2, CPF: 085.678.438-98, residente em Anjã/SP na Al. Via Lactea, no 185 - Condomínio Anjã Hills II e da Sra. Cecília Volkmer Ribeiro, Vice-presidente gestão 2015, COREM 3R no 0015-IV, RG 1004914832.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012016012700089

CPF 003.408.390-15, residente em Porto Alegre/RS na Rua Oscar Pereira, no 1.220, Apt. 106 e das Conselheiras - Andra Fernandes Considera, COREM 4R, 0149-I, RG 07.255.464-5, CPF 010.099.107-60, residente em Brasília/DF, SMAS Trucho 1 Lote C Bl. H Apto 710, Centro e como suplente - vacância. Para o biênio 2016-2017: Clarote de Oliveira Magalhães, COREM 5R no 0002-IV, efetiva no biênio 2014-2016, RG 304.015-1, CPF 876524625-53, residente em Curitiba/PR na Rua Mariano Torres, no 764, Apto. 1802; Márcia Silveira Bibiani, COREM 2R 0263-I, RG 696736-1 - MMAR, CPF 145.771.001-34, residente no Rio de Janeiro/RJ, na Av. Nossa Senhora de Copacabana, 454 / 701, Copacabana; Maria Cristina Pons da Silva, COREM 3R 0079-IV, RG 2014908541, CPF 293.686.000-82, residente em Vianna, RS, na Rua Quilme, nº 48, Condomínio Cam-ignoli; Maria Eugênia dos Santos Teixeira Satumi, COREM 4R no 022-IV, efetiva biênio 2015-17, RG 7.644.343 SSPP, CPF 941.728.038-49, residente em São Paulo/SP na Rua Ministro Godoy, no 671 - Apto. 93; Maria Regina Martins Batista e Silva, COREM 1R, Nº 130-I, efetiva biênio 2015-17, RG 1.175.888 - SSPP, CPF 084.051.234-15, residente em Recife/PE, na Rua Jacobina nº 45, apto. 2301, Graças; Rita de Cássia de Mattos, COREM 2R no 0064-I, efetiva biênio 2015-17, RG 03187210-4, CPF 351.604.207-97, residente no Rio de Janeiro na Av. 28 de Setembro, no 15, Apto. 404. Justificaram a ausência por problemas pessoais: Andre Andion Angulo, COREM 2R 0671-I, integrante da Comissão de Tomada de Contas 2015; Gleice Maria Pereira, COREM 1R 0274-I, efetiva biênio 2014-16; Eunice Penna Neves de Farias, COREM 6R 0022-IV, efetiva biênio 2014-16 e Inga Ludmila Veitenheimer Mendes, COREM 3R 0017-IV, que designou sua suplente, Pauta: 1. Posse dos Novos Conselheiros e Conselheiras Federais. Para o biênio 2016-18 foram empossados: pelo COREM 2R, como efetivo Márcia Silveira Bibiani, COREM 2º R 0263-I, e como suplente Heloisa Helena de Queiroz, COREM 2R 0726-I, RG 05624954-3, CPF 842.040.797-68, residente no Rio de Janeiro/RJ, na Rua Esteves Junior, 62/204, Laranjeiras; pelo COREM 3R como efetivo Inga Ludmila Veitenheimer Mendes, COREM 3R 0017-IV, RG 100087245, CPF 106.882.730-34, residente em Porto Alegre na Rua Simbu, 129, apto. 302 e como suplente - Maria Cristina Pons da Silva, COREM 3R 0079-IV, pelo COREM 4R como efetiva - Andra Fernandes Considera, COREM 4R, 0149-I, houve vacância para suplente. Para o biênio 2016-17 pelo COREM 1R, como suplente Jomar Lima Conceição, COREM 1R 0381-I. O COREM 6R não se manifestou até esta data sobre o Conselheiro suplente com mandato até 31 de dezembro de 2016, portanto não houve posse. 2. Entrega dos Cargos da Atual Diretoria: A Diretoria do Cofem eleita em 2015 procedeu à entrega dos cargos. 3. Votação e Posse da Nova Diretoria: Presidiu a mesa para conduzir o processo eleitoral a Conselheira e Diretora Secretária Maria Eugênia. Colocado em votação, por unanimidade foram eleitos e empossados Rita de Cássia de Mattos, COREM 2R no 0064-I, Presidente e Inga Ludmila Veitenheimer Mendes, COREM 3R 0017-IV, para Vice-Presidente. Por indicação da presidente foi reconduzida a Conselheira Maria Eugênia Satumi, COREM 4R no 022-IV, como Diretora Secretária e para Diretora Tesoureira foi indicada Márcia Silveira Bibiani, COREM 2º R 0263-I. 4. Constituição das Comissões: A Comissão da Tomada de Contas ficou composta pelas(ões) Conselheiras(ões): Andra Fernandes Considera, COREM 4R, 0149-I, como PRESIDENTE; Katia Ribeiro Costa e Silva Garcia, COREM 2R 0540-I; e Gleice Maria Pereira, COREM 1R 0274-I. Para a Comissão de Legislação e Normas: Maria Cristina Pons da Silva - COREM 3R 0079-IV, como PRESIDENTE; Maria Regina Martins Batista e Silva, COREM 1R, Nº 130-I; e Clarote de Oliveira Magalhães, COREM 5R no 0002-IV. 5. Movimentação de Conta Bancária Cofem no Banco do Brasil - a plenária autoriza a prorrogação, pelo prazo de 30 dias úteis, de poderes de representação junto ao Banco do Brasil da Presidente Rita de Cássia de Mattos e da Diretora Tesoureira Márcia Silveira Bibiani, a partir de 31 de dezembro de 2016. As 12h30, nada mais havendo a tratar eu, Maria Eugênia Satumi, lavrei esta ata que, depois de lida e aprovada, foi por todos assinada. Andra Fernandes Considera - COREM 4R, 0149-I; Ana Silveira Bloise - COREM 4R nº 045-II; Cecília Volkmer Ribeiro - COREM 3R nº 0015-IV; Clarote de Oliveira Magalhães - COREM 5R nº 0002-IV; Márcia Silveira Bibiani - COREM 2º R 0263-I; Maria Cristina Pons da Silva - COREM 3R 0079-IV; Maria Eugênia dos Santos Teixeira Satumi - COREM 4R nº 022-IV; Maria Regina Martins Batista e Silva - COREM 1R, Nº 130-I; Rita de Cássia de Mattos - COREM 2R nº 0064-I.

RITA DE CÁSSIA DE MATTOS
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE

DECISÃO Nº 30, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015

Dispõe sobre a aprovação da Decisão nº 30/2015 do Orçamento Programático de 2016 do Coven-SE, pelo Conselho Federal de Enfermagem através da Decisão 342/2015

O Conselho Regional de Enfermagem informa a aprovação da Decisão 30/2015, pelo Conselho Federal de Enfermagem. Segue Decisão na íntegra.

A Presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Sergipe, em conjunto com a Secretária, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas no Regimento Interno; CONSIDERANDO a Lei nº 3.905/73, em seus arts. 8º, VIII e 15, VI; CONSIDERANDO o Regimento Interno do COPEN, em seu art. 13, XXXIV, alínea "a";

CONSIDERANDO o Regimento Interno do COREN/SE, art. 12, VII; CONSIDERANDO a Ata da 397ª Reunião Plenária Ordinária - Gestão 2015 a 2017, ocorrida em 26/10/2015; decidem:

Art. 1º - Aprovar o Orçamento Programático para o Exercício 2016, no valor de R\$ 7.288.874,15 (sete milhões, duzentos e oitenta e oito mil, oitocentos e setenta e quatro reais e quinze centavos), de acordo com o Quadro Geral da Receita e Quadro Geral da Despesa, em anexo. Art. 2º - Esta decisão poderá sofrer alterações caso haja mudança na política econômica do país. Art. 3º - O presente ato decidirá entrar em vigor após homologação pelo Conselho Federal de Enfermagem e sua publicação na Imprensa Oficial, revogando-se as disposições em contrário.

MARIA CLAUDIA TAVARES DE MATTOS
Presidente do Conselho

MARIA APARECIDA VIEIRA SOUZA
Secretária

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL 2º REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 47, DE 7 DE JANEIRO DE 2016

Institui Parágrafo Único, respectivamente, nos Anexos dos Arts. 5º das Resoluções COFFITO-192 e COFFITO-193, de 9 de Dezembro de 1998, relativas às Comissões de Ética e Deontologia da Fisioterapia e da Terapia Ocupacional

O Plenário do CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 2ª REGIÃO - CREFITO-2, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, e nos termos dos Incisos VII e XVII do Art. 8º da Resolução COFFITO-182, bem como, cumprindo o deliberado na 359ª Reunião Plenária, realizada em 09/12/2015; CONSIDERANDO que o Plenário desta Autarquia é órgão de deliberação superior da Instituição na forma prevista no Art. 8º da Resolução COFFITO-182, tendo autonomia administrativa em matérias de sua alçada; CONSIDERANDO que a expedição da Resolução COFFITO-423, de 03/05/2013 (DOU de 22/05/2013), que Estabelece o Código de Processo Ético-Deontológico da Fisioterapia e da Terapia Ocupacional em seu texto substituiu a Comissão de Sindicância pelo Instrutor, na forma prevista no Art. 6º do referido diploma legal; CONSIDERANDO que as finalidades das Comissões de Ética e Deontologia da Fisioterapia e da Terapia Ocupacional estão previstas nos Anexos das Resoluções COFFITO-192 e COFFITO-193, de 9 de Dezembro de 1998; CONSIDERANDO que as Comissões de Ética e Deontologia da Fisioterapia e da Terapia Ocupacional têm funções de relevância em Assessoramento da Presidência da Autarquia em questões conexas à ética e deontologia e garantir o cumprimento e os prazos das etapas e a condução da dinâmica administrativa dos processos ético-disciplinares, bem como em apoio administrativo e/ou assessoramento técnico aos instrutores, conselheiros relatores e revisores, orientações ético-disciplinares, pedagógicas, e preventiva aos profissionais, assim como participação em eventos técnico-científico do campo Ético Deontológico, resolve:

Art. 1º - Institui Parágrafo Único, respectivamente, nos Anexos dos Arts. 5º das Resoluções COFFITO-192 e COFFITO-193, de 9 de Dezembro de 1998, relativas às Comissões de Ética e Deontologia da Fisioterapia e da Terapia Ocupacional, passando a vigorar com a seguinte redação: "Art. 5º - Compete às Comissões de Ética e Deontologia da Fisioterapia e da Terapia Ocupacional, analisar, instruir e dar pareceres nos assuntos ou processos que lhe forem enviados pelo Presidente do CREFITO, retornando-os e após por ele devidamente avaliados, quando for o caso, se assim entender, encaminhando ao conhecimento ou deliberação da Presidente, da Diretoria ou do Plenário, inclusive, para julgamento. Parágrafo Único: Caberá, também, às Comissões de Ética e Deontologia da Fisioterapia e da Terapia Ocupacional, dentro das respectivas competências: Condução da dinâmica administrativa dos processos ético-disciplinares; Assessoramento à Presidente da Autarquia em questões conexas à ética e deontologia, notadamente na análise das representações afixadas para deliberações quanto ao juízo e fundamentos de administrabilidade, sendo que tais procedimentos antecedem eventual instauração de processo ético-disciplinar, dada a sua natureza sigilosa. Providenciar apoio administrativo e/ou assessoramento técnico, quando necessário aos instrutores, conselheiros-relatores e revisores; Orientação ético-disciplinares, pedagógica e preventiva aos profissionais quando necessário; Organização de eventos que difundam o conhecimento técnico-científico do campo ético-deontológico" Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGINA MARIA DE FIGUEIRÓIA
Presidente do Conselho

ISIS SINDOES MENEZES
Diretora-Secretária

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região
Gabinete da Presidência

A CMO.
Em 16/2/2016
[Assinatura]

00100.013881/2016-76

Ofício n. 033/2016/TRT/SOF/DG

Cuiabá-MT, 28 de janeiro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Renan Vasconcelos Calheiros
Presidente do Congresso Nacional
Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15º andar
CEP 70.165-900 - Brasília - DF

04 FEV 2016

Assunto: Publicação do Relatório de Gestão Fiscal

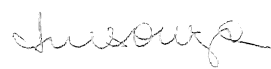
Excelentíssimo Senhor Presidente,

A par de cumprimentá-lo, em atendimento ao disposto no art. 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), comunico a Vossa Excelência a publicação do Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, relativo ao período de janeiro a dezembro de 2015, no Diário Oficial da União, Seção 1, página 123/124, em 28 de janeiro de 2016, por intermédio da Portaria TRT/DG/GP nº 170, de 27 de janeiro de 2016.

Ao ensejo, renovo protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

[Assinatura]
MARIA BEATRIZ THEODORO GOMES
Desembargadora-Presidente

A CMO.
Em 15/2/2016


OF/TRT/GP/N. 9/2016

03 FEV 2016

00100.013063/2016-73
Campo Grande, 26 de janeiro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal – janeiro a dezembro de 2015

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, em atendimento ao disposto no art. 59 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, c/c art. 5º, inciso I, da Lei n. 10.288, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, relativo ao período de janeiro a dezembro de 2015.

Colho o ensejo para manifestar votos de elevado apreço e distinta consideração.


NERY SÁ E SILVA DE AZAMBUJA
Desembargador Presidente do Tribunal Regional
do Trabalho da 24ª Região



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	170.886.269,61	-	170.886.269,61
Pessoal Ativo	152.343.838,63	-	152.343.838,63
Pessoal Inativo e Pensionistas	18.542.430,98	-	18.542.430,98
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art.18, § 1º da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	14.544.139,77	-	14.544.139,77
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	68.158,11	-	68.158,11
Despesas de Exercícios Anteriores	795.760,66	-	795.760,66
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	13.680.221,00	-	13.680.221,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	156.342.129,84	-	156.342.129,84
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			674.522.742.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III/ IV) x 100	0,023178%	-	0,023178%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,044404%			299.515.078,36
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,042184%			284.539.324,44
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,039964%			269.563.570,52

FONTE: SIAFI, STN, SOF/TRT 24ª REGIÃO - 21/jan/2016 - 11h e 37m

Notas: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.
- 2) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), no valor de R\$ 756.066,27.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

LRF, art. 55, inciso III, alíneas "a" e "b" - Anexo V							R\$ 1,00	
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a- (b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)			
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)					
-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte 00 - Recursos Ordinários	17.363.561,07	24.144,21	884.351,20	455.151,31	-	15.999.914,35	15.999.914,35	-
Fonte 50 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	223.443,47	-	615,38	-	-	222.828,09	1.015,00	-
Fonte 81 - Recursos de Convênios	877.910,65	6.774,50	30.067,65	136.964,60	-	710.242,90	303.464,78	-
Fonte 90 - Recursos Diversos	4.512,26	-	-	-	4.512,26	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	18.469.427,45	24.781,71	915.032,23	592.115,91	4.512,26	16.932.985,34	16.304.394,13	-
TOTAL (III) = (I + II)	18.469.427,45	24.781,71	915.032,23	592.115,91	4.512,26	16.932.985,34	16.304.394,13	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: STAFI - SOR/TRT 24ª REGIÃO - 21/jan/2016 - 11h e 37m

Nota: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Nota 2: Foram incluídos na coluna Disponibilidade de Caixa Bruta, fonte 00, os valores a receber de restos a pagar e os créditos a receber decorrentes de folha de pagamento, R\$ 13.220.547,72 e R\$ 16.309,45, respectivamente.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

LRF, art. 48 - Anexo VII


R\$ 1,00

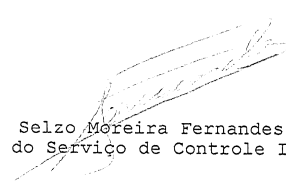
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	156.342.129,84	0,023178
Limite Máximo (incisos I,II e III, art. 20 da LRF)	299.515.073,36	0,044404
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	284.539.324,44	0,042184

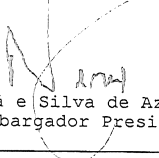
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	16.304.394,13	16.932.985,34

FONTE: Demonstrativo da Despesa com Pessoal e Demonstrativo da Disponib. de Caixa e dos Restos a Pagar

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, § único da LRF):


Adriano Pires de Souza
Diretor do Serviço de Orçamento e Finanças
Substituto


Selzo Moreira Fernandes
Diretor do Serviço de Controle Interno


Nery Sá e Silva de Azambuja
Desembargador Presidente

Já sabe pesquisar o diário na Internet?

Siga o passo a passo!



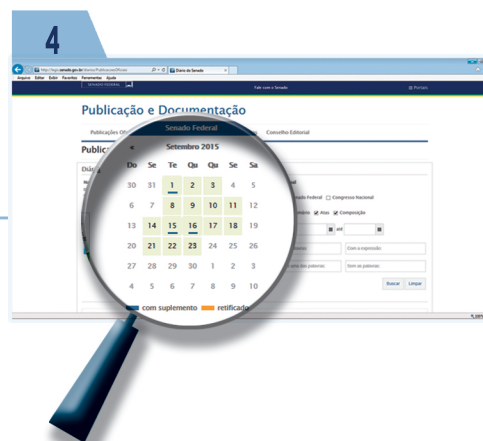
Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.



Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.



Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um link para os diários da **Câmara dos Deputados**.



Selecione a **data da sessão** publicada no diário.



Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: www.senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

